

# CEG

## Anais do X Congresso de **Ensino de** **Graduação** da UFPel



# SUMÁRIO

## **O AUMENTO DAS DOENÇAS INFECCIOSAS PÓS ENCHENTE E SEU IMPACTO NA SAÚDE PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL**

MARIA PAULA SILVA DO NASCIMENTO; PATRICIA FERNANDES SILVA;  
DANIELA ISABEL BRAYER PEREIRA.

15 - 17

---

## **REAÇÕES EM UM GRUPO UNIVERSITÁRIO NA REDE SOCIAL SOBRE UMA POSTAGEM DE DIVULGAÇÃO DA OFERTA DE REIKI EM AMBIENTE ACADÊMICO**

LARA MEIATO TAVARES; LUCAS DA SILVA DELLALIBERA; ISADORA  
GOTTINARI KOHN; ALINE KOHLER GEPPERT; RENATA VIEIRA AVILA;  
ADRIZE RUTZ PORTO.

18 - 21

---

## **AVALIAÇÃO DA VULNERABILIDADE ESTRUTURAL DE UM OUTDOOR E PROPOSIÇÃO DE TIPOLOGIAS CONFORME ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**

HELOÍSA FERRARINI CECCONELLO; JOSE RAFAEL YEPEZ AGUIRRE.

22 - 24

---

## **INSTALAÇÃO E CONDIÇÃO DOS PISOS TÁTEIS NOS ENTORNOS DOS CAMPI DA UFPEL**

JORIS BIANCA DA SILVA; FÁBIO RIBEIRO VIEIRA; THUANNE  
CORREA BRANÇÃO; RENATA C. R. DA SILVA; ALINE NUNES  
DA CUNHA DE MEDEIROS.

25 - 28

---

## **EDUCAÇÃO SEXUAL E SEXUALIDADE: UMA NOVA PERSPECTIVA DE APRENDIZAGEM A PARTIR DO PROJETO SE TOCA**

LUCAS MATILDE DE ALMEIDA; ANA LAURA SICA CRUZEIRO SZORTYKA.

29 - 32

---

## **IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA DE TUTORIAS NA PERMANÊNCIA E ÊXITO ACADÊMICO: PERSPECTIVAS DOS TUTORANDOS**

LIDIANE AFFONSO DE OLIVEIRA; ÉRICA HARTWIG FRANK; ALINE  
NUNES DA CUNHA DE MEDEIROS.

33 - 36

---

# SUMÁRIO

## **DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO NÚCLEO DE APOIO À INCLUSÃO (NAI) NO ENSINO SUPERIOR: PAPEL, LEGISLAÇÃO E PRÁTICAS DE INCLUSÃO**

*NATHÁLIA MENESES GONÇALVES; BÁRBARA DE PAULA TEIXEIRA;  
ALINE NUNES DA CUNHA DE MEDEIROS.*

37 - 40

---

## **SUBCIDADANIA DIGITAL EM JESSÉ SOUZA**

*VALENTINY LÜDTKE SEBAJE; FRANCISCO DOS SANTOS KIELING.*

41 - 44

---

## **A INFLUÊNCIA DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NO AMBIENTE ESCOLAR: PERSPECTIVAS DAS PROFESSORAS**

*ROSANGELA KARPINSKI ODORIZZI; FERNANDA MACHADO AZAMBUJA DE  
SOUZA; LIDIANE AFFONSO DE OLIVEIRA; SIMONE GONÇALVES DA SILVA.*

45 - 48

---

## **CAFÉ DAS GURIAS: UM ESPAÇO PARA APOIAR E FORTALECER MULHERES NA COMPUTAÇÃO**

*TIAGO DUARTE MACKEDANZ; LAURA QUEVEDO JURGINA; LEOMAR SOARES  
DA ROSA JR.*

49 - 52

---

## **ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NOS CURSOS DE LETRAS: RELATO SOBRE O IMPACTO DAS TUTORIAS NA TRAJETÓRIA ACADÊMICA DOS ESTUDANTES**

*EDIANE PEREIRA DA CUNHA; FRANCINE NUNES DE SOUZA; DANIELA FARIAS  
ALDADO; ALINE NUNES DA CUNHA DE MEDEIROS.*

53 - 55

---

## **TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: ESTRATÉGIAS PARA A INSERÇÃO E A PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**

*RACHEL CAMPOS ALBAINI DA SILVA; ALINE NUNES DA CUNHA MEDEIROS.*

56 - 59

---

# SUMÁRIO

## **ALÉM DE ADA LOVELACE: AS MULHERES PIONEIRAS NAS CIÊNCIAS EXATAS COMO INSPIRAÇÃO PARA AS FUTURAS GERAÇÕES**

*EDUARDA PEREIRA MEDEIROS; LAURA QUEVEDO JURGINA; LEOMAR SOARES DA ROSA JUNIOR.*

60 - 63

---

## **DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS TUTORES DO NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO (NAI), PARA MELHOR AUXILIAR SEUS TUTORANDOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**

*BRENDA MARQUES MOREIRA; LUCIELE DOS SANTOS OLIVEIRA; ALINE NUNES DA CUNHA DE MEDEIROS.*

64 - 67

---

## **DIVERSIDADE EM FOCO, UMA PROPOSTA DE SÉRIE ANIMADA**

*EDUARDA LAMEGO GUERRA; ALINE NUNES DA CUNHA DE MEDEIROS.*

68 - 71

---

## **PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO E INVENTARIAÇÃO DE LUGARES DE INTERESSE PARA PRÁTICA DO ARQUEOTURISMO**

*MARIA LUIZA KLEINICKE MORAES HERNANDES; SIDNEY DANIEL BATISTA.*

72 - 75

---

## **LABORATÓRIO DE ESTUDOS EM INFERÊNCIA ESTATÍSTICA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL - LEIA**

*KAILA ANDRESSA DOS SANTOS OLIVEIRA; LUIZA GIODA NORONHA; LAYLLA GALDINO DOS SANTOS; ANDRÉ LUIZ RODRIGUES MELLO; LUANA CARLA SALVE; LUIZ ALEXANDRE CHISINI.*

76 - 78

---

## **FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEMANDAS EDUCACIONAIS DIVERSAS**

*FRANCINE NUNES DE SOUZA; DANIELA FARIAS ALDADO; EDIANE PEREIRA DA CUNHA; SIMONE SANTOS DE SOUZA; ALINE NUNES DA CUNHA DE MEDEIROS.*

79 - 81

---

# SUMÁRIO

## **INCLUSÃO ACADÊMICA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: CAMINHOS PARA UMA SOCIEDADE EQUITATIVA**

*JOÃO LUCAS TELES BORGES; ANA CAROLINA MENDONÇA BARRETO;  
CAROLINE GUTKNECHT DORO; ALINE DE MEDEIROS CUNHA.*

82 - 85

## **RALÉ PELOTENSE: OS OBSTÁCULOS ENFRENTADOS PARA O COMBATE ÀS ENCHENTES**

*HERISON DE CARVALHO SILVA; FRANCISCO DOS SANTOS KIELING.*

86 - 89

## **O BULLYING E O CIBERBULLYING COMO INFRAÇÕES PENAIIS PREVISTAS NO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO**

*GABRIELLA XIMENES SILVA; DANIEL BROD RODRIGUES DE SOUSA.*

90 - 93

## **INCLUSÃO, ACESSIBILIDADE, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: UM ESTUDO SOBRE OS MUSEUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)**

*RAFAELA DOMINGUES CAVALHEIRO; ALINE NUNES DA CUNHA DE  
MEDEIROS.*

94 - 97

## **ESTUDANTE-TRABALHADOR: IMPACTOS NA FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

*RAFAELLA HERMES LEMOS; HELENA COSTA DA TRINDADE;  
FRANCISCO DOS SANTOS KIELING.*

98 - 101

## **CACHORRO VELHO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA OBRA**

*DANIELE SANTOS; ALINE SILVA.*

102 - 105

## **ACESSIBILIDADE DIGITAL E AS DIFICULDADES DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ACESSO AO SITE E-AULA/COBALTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**

*MATHIAS EZEQUIEL MILBRATH; VALTAIR AUGUSTO VIEIRA FIRMINO E  
SOUZA; ADRIELE KAILANE DE OLIVEIRA COLOSSI; ALINE NUNES DA  
CUNHA DE MEDEIROS; RENATA CRISTINA ROCHA DA SILVA.*

106 - 109

# SUMÁRIO

## O USO DA LITERATURA INFANTIL NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICA PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

IARA MARIA MORAES FERNANDES; SIMONE GONÇALVES DA SILVA.

110 - 112



## O AUMENTO DAS DOENÇAS INFECCIOSAS PÓS ENCHENTE E SEU IMPACTO NA SAÚDE PÚBLICA DO RIO GRANDE DO SUL.

MARIA PAULA SILVA DO NASCIMENTO<sup>1</sup>;  
PATRICIA FERNANDES SILVA<sup>2</sup>;

DANIELA ISABEL BRAYER PEREIRA<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – mariapaulasilvanascimento26@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas – paty.fernandess@gmail.com

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas – danielabraye@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

As devastadoras enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul (RS) em 2024 evidenciaram a urgência em compreender os impactos das mudanças climáticas. A intensificação do efeito estufa, decorrente das atividades humanas, têm alterado os padrões climáticos globais, tornando eventos extremos como chuvas torrenciais mais frequentes e intensas (IPCC, 2024). No sul do Brasil, essa tendência se manifestou por eventos de precipitação cada vez mais severos que sobrecarregaram os rios e causaram inundações generalizadas. O relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) corrobora essa relação, indicando que o aquecimento global aumenta a probabilidade e a intensidade de eventos extremos, como os que vivenciamos no RS (IPCC, 2020).

As mudanças climáticas ao intensificarem eventos extremos como as recentes enchentes, desencadearam um grave problema de saúde pública: o aumento exponencial de doenças infecciosas (GUAÍBA, 2024). A água contaminada e o acúmulo de água parada, consequências diretas das inundações, proporcionaram o ambiente ideal para a proliferação de vetores como o mosquito *Aedes aegypti* e a bactéria *Leptospira* spp., elevando significativamente os casos de dengue e leptospirose, respectivamente (CNN BRASIL, 2024). Além disso, a fragilidade da infraestrutura e dos sistemas de saúde, especialmente em áreas mais vulneráveis, agravou a situação, tornando a população mais suscetível a essas doenças.

O presente estudo teve como objetivo investigar a relação entre eventos de enchentes e o aumento da incidência de casos de dengue e leptospirose no RS no ano de 2024.

### 2. ATIVIDADES REALIZADAS

A pesquisa adotou uma abordagem metodológica combinada, quantitativa e exploratória, a fim de proporcionar uma análise aprofundada e abrangente da relação entre eventos de enchente e o aumento da incidência de casos de dengue e leptospirose no RS.

Para a realização deste trabalho foi realizada buscas aprofundadas em plataformas digitais, principalmente no *website* Google, utilizando como palavras-chaves: alagamentos RS, aumento das doenças infecciosas nas enchentes, saúde pública em áreas alagadas, impactos das inundações, leptospirose, dengue e casos relacionados a leptospirose e a dengue.

As enchentes de maio de 2024 que assolaram o RS desencadearam uma crise de saúde pública, com um aumento exponencial dos casos de dengue e leptospirose (GUAÍBA, 2024). De acordo com o Centro Estadual de Vigilância em Saúde, a capital Porto Alegre, foi especialmente atingida, registrando 100 novos casos de dengue em duas semanas. Esses surtos, além de sobrecarregar o sistema de saúde, geraram um impacto significativo na qualidade de vida da população, com afastamentos do trabalho, custos com tratamentos e óbitos. No âmbito estadual, os números são ainda mais alarmantes, com mais de 267 mil notificações, 177 mil confirmações e 277 óbitos por dengue, evidenciando a gravidade da situação (LENHARDT, 2024).

A dengue é uma doença viral, aguda, sistêmica e debilitante. É uma arbovirose causada por um vírus da família *Flaviviridae*, gênero *Flavivirus*. O ciclo de vida do mosquito *Aedes aegypti*, vetor do *Flavivirus*, está diretamente ligado à presença de água parada. Ao se acumularem, principalmente em locais com pouca higiene, esses depósitos de água proporcionam o ambiente ideal para a reprodução do mosquito, aumentando assim o risco de surtos de dengue (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2024). Historicamente, os casos de dengue no Brasil apresentavam um padrão sazonal, com picos ocorrendo principalmente no mês de abril. No entanto, a partir de 2023, observou-se uma mudança significativa nesse perfil epidemiológico, com a ocorrência de casos distribuídos ao longo de todo o ano. Essa alteração no comportamento da doença pode ser atribuída a diversos fatores, entre eles as mudanças climáticas, que têm intensificado eventos extremos como chuvas torrenciais e inundações. No RS, por exemplo, as frequentes cheias têm contribuído para a disseminação da dengue (LENHARDT, 2024).

A leptospirose é uma doença infecciosa febril aguda que é transmitida a partir da exposição direta ou indireta à urina de animais (principalmente roedores) infectados ou reservatórios da bactéria *Leptospira* ssp. A espiroqueta presente nas águas contaminadas, penetra pela pele íntegra ou lesionada ou através das mucosas. O período de incubação pode variar de 1 a 30 dias, porém normalmente ocorre entre 7 a 14 dias após a exposição. Durante períodos de chuva intensa e enchentes, a contaminação da água e do solo se intensifica, aumentando o risco de infecção (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2024).

Durante a enchente que assolou o RS, no mês de junho de 2024, ocorreu um surto de leptospirose, com 7.000 casos notificados, confirmação de 610 casos e 25 óbitos, em decorrência do contato direto da população com a água das enchentes (LENHARDT, 2024).

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as enchentes que ocorreram no RS no mês de junho de 2024, observou-se um aumento no número de casos de dengue e leptospirose nos períodos subsequentes aos eventos da enchente, evidenciando a importância do acúmulo de água parada como fator de risco para a proliferação dos vetores e a transmissão das doenças.

Esses achados reforçam a necessidade de implementar medidas de prevenção e controle mais eficazes, especialmente em áreas vulneráveis. É fundamental investir em ações de educação em saúde, no controle de vetores, na melhoria do saneamento básico e na gestão de resíduos sólidos. Adicionalmente, é crucial ressaltar que a prevenção e o controle dessas enfermidades constituem



um desafio complexo que demanda a atuação integrada de diversos setores da sociedade.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Ministério de Saúde. **Dengue**. Online. Acesso em 15 de setembro de 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/d/dengue#:~:text=A%20dengue%20faz%20parte%20de.%22odioso%20do%20Egito%22>).

Ministério de Saúde. **Leptospirose**. Acesso em 15 de setembro de 2024. Online. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/l/leptospirose>

BBC News Brasil. **Novo relatório da IPCC adverte sobre impactos “irreversíveis”**. 28 de fevereiro de 2022. Acesso em 15 de setembro de 2024. Online. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60554761.amp>

Ministério de Saúde. **Enchentes**. Acesso em 15 de setembro de 2024. Online. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/e/enchentes>

CNN Brasil. **Enchente aumenta risco de doenças como leptospirose e dengue**. 7 de maio de 2024. Acesso em 15 de setembro de 2024. Online. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/enchente-aumenta-risco-de-doencas-como-leptospirose-e-dengue-veja-cuidados/#:~:text=Casos%20de%20dengue%20podem%20aumentar%20com%20as%20enchentes&text=Isso%20acontece%20porque%20o%20mosquito,s%C3%A3o%20transmitidas%20pelo%20mesmo%20mosquito>

Secretaria da Saúde. **Confirmado segundo óbito por leptospirose relacionado as enchentes no RS**. 22 de maio de 2024. Acesso em 15 de setembro de 2024. Online. Disponível em: <https://saude.rs.gov.br/confirmado-segundo-obito-por-leptospirose-relacionado-as-enchentes-no-rs>

Rádio Guaíba. **Enchentes provocam aumento de doenças do RS**. 16 de maio de 2024. Acesso em 15 de setembro de 2024. Online. Disponível em: <https://guaiba.com.br/2024/07/16/enchentes-provocam-aumento-de-doencas-no-rs/>

## REAÇÕES EM UM GRUPO UNIVERSITÁRIO NA REDE SOCIAL SOBRE UMA POSTAGEM DE DIVULGAÇÃO DA OFERTA DE REIKI EM AMBIENTE ACADÊMICO

LARA MEIATO TAVARES<sup>1</sup>; LUCAS DA SILVA DELLALIBERA<sup>2</sup>; ISADORA  
GOTTINARI KOHN<sup>3</sup>; ALINE KOHLER GEPPERT<sup>4</sup>; RENATA VIEIRA AVILA<sup>5</sup>;  
ADRIZE RUTZ PORTO<sup>6</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [lameiato01@gmail.com](mailto:lameiato01@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [dellaliberalucas.97@gmail.com](mailto:dellaliberalucas.97@gmail.com)

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas – [isadoragottinarik@hotmail.com](mailto:isadoragottinarik@hotmail.com)

<sup>4</sup>Universidade Federal de Pelotas – [aline.geppert@hotmail.com](mailto:aline.geppert@hotmail.com)

<sup>5</sup>Universidade Federal de Pelotas – [erreavila@hotmail.com](mailto:erreavila@hotmail.com)

<sup>6</sup>Universidade Federal de Pelotas – [adrizeporto@gmail.com](mailto:adrizeporto@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

As Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) no Brasil se alinham à definição da Organização Mundial da Saúde (OMS) de Medicina Tradicional, Complementar e Integrativa (MTCI), na qual envolvem uma série de conhecimentos, habilidades e práticas de diferentes culturas, focadas em teorias e orientações que visam promover a saúde integral, focada como um estado de bem-estar físico, mental, emocional, social e espiritual. O Sistema Único de Saúde (SUS) integra essas práticas por meio da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC), instituída em 2006, que permite a oferta dessas práticas à população. Em 2017, o Reiki foi inserido como uma das PICS por meio da Portaria nº 849/2017 do Ministério da Saúde, e a PNPIC foi atualizada pela Portaria 702/2018, que lista 29 práticas oferecidas no SUS.

Nesse contexto, o Reiki, na qual em 2018 foi reconhecido oficialmente como uma especialidade da enfermagem na área das PICS pela Resolução COFEN nº 518, é uma das práticas de cura vibracional que compõem o arcabouço de técnicas de imposição de mãos e bioenergéticas, as quais promovem harmonização física, mental, espiritual e do biocampo graças à atuação estimulante sobre a energização de órgãos e centros energéticos (chakras). Idealizado por Mikao Usui no início do século 20 no Japão, o Reiki atua por meio do estímulo dos canais de energia dos seres vivos. Embora não seja uma intervenção biomédica clássica, revisões sistemáticas têm evidenciado que esta terapia pode ser útil para vários sintomas (dor, ansiedade, depressão), geralmente complementando ou, até mesmo, substituindo intervenções biomédicas (tais como o uso de fármacos) (COSTA, 2022).

Entretanto, apesar dessas comprovações sobre a eficácia dessa prática, a disseminação ainda é dificultada uma vez que a valorização da comprovação científica por experimentos e o modelo biomédico centrado na doença, gera repulsa e insegurança referente a utilização tanto em pacientes quanto profissionais da saúde por falta de vivência e de conhecimento sobre o Reiki (GOMES, 2024). Dentro da própria área da saúde, há esse embate dilemático que tais práticas não deveriam ser reconhecidas e ofertadas. Quiçá entre as diferentes áreas de conhecimentos, pode refletir obstáculos para o ensino de graduação e outras atividades numa direção multidisciplinar e a resolução de possíveis problemas complexos de maneira mais conjunta para dar conta com múltiplos olhares e abordagens (NASCIMENTO, 2018).

Na graduação, na Faculdade de Enfermagem da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), há o ensino das PICS e vivências em oficinas, incluindo o Reiki. Por meio da curricularização da extensão, o Projeto de Extensão (PE) Práticas Integrativas e Complementares na Rede de Atenção em Saúde (PIC-RAS), permeia o ensino desse conteúdo no terceiro semestre. Nesse projeto, também há atuação de multiprofissionais. Também no curso é ofertada disciplina optativa sobre PICS para graduação e pós-graduação. Assim, esse trabalho tem como objetivo analisar reações em um grupo universitário em rede social sobre uma postagem de divulgação de oferta de Reiki em ambiente acadêmico.

## 2. ATIVIDADES REALIZADAS

Foram analisados comentários de uma postagem de 2020, sobre disponibilização de Reiki à distância para a comunidade acadêmica, no grupo universitário de uma rede social da UFPEL, na qual totalizaram 346 comentários.

Dentre esses, 110 eram a favor da oferta de Reiki, defendendo a oferta dessa prática com intuito de ter mais uma opção para a população no momento de isolamento social e sua importância no processo de cuidado dentro dos serviços de saúde. As terapias integrativas são amplamente utilizadas para melhorar a qualidade de vida, e a demanda por esses tratamentos têm crescido. Essas abordagens buscam as energias do corpo, equilibrando-se em níveis físicos, psíquicos, energéticos e espirituais. Eles auxiliam no alívio de ansiedade e dor, além de promover bem-estar emocional e superar barreiras e bloqueios mentais que impedem o desenvolvimento do potencial máximo das pessoas. A pandemia da COVID-19 aumentou os casos de estresse, nervosismo e ansiedade, afetando o bem-estar de muitas pessoas. Nesse contexto, as terapias integrativas mostram uma excelente opção para recuperar o equilíbrio físico, mental e emocional (ABREU, 2021).

Contudo, o restante dos comentários, contabilizou 236 e eram contra a realização da atividade, na qual questionavam sobre a técnica à distância e gasto público com pseudociência, na qual compararam a prática com religião. No entanto, o Reiki é uma técnica bastante simples, baseado na canalização da energia do universo e aplicação no paciente através da imposição das mãos, em que a força vital transmitida por este método abrange todo o sistema de glândulas endócrinas e órgãos do corpo, energizando o ser humano em níveis físico, mental, emocional e energético ao mesmo tempo, os quais podem ser gravemente afetados principalmente em ocasiões como a atual de pandemia e isolamento social.

O reiki é uma energia inteligente, flui para onde é necessário, quer seja no local, momento, à distância, no passado ou no futuro. É necessário que o reikiano (pessoa que aplica o Reiki) esteja devidamente sintonizado no nível 2 (formação em Reiki) para poder trabalhar à distância ou no tempo, a qual traz de volta o estado pleno de saúde, harmonia e felicidade como um instrumento de transformação e realização, além de promover o retorno ao estado original de saúde física, emocional, existencial e espiritual. Os princípios do Reiki como normas de conduta para se utilizar a técnica, os quais são: somente hoje não se zangues, somente por hoje seja grato, somente por hoje não se preocupe, somente por hoje cumpra seu dever e somente por hoje seja grato, nos quais permitem que os reikianos percebem que suas próprias ações, atitudes e pensamentos podem influenciar o meio em que ele vive, além de conceder um

estado de equilíbrio e paz interior, dizendo ainda que o Reiki coloca o próprio ser como responsável por sua condição de doença ou saúde, além de fazer o mesmo compreender sua relação com a sociedade e a natureza (ABREU, 2021).

Ademais, o conhecimento científico deve passar por quatro metas primárias: descrição, previsão, controle e explicação. Essas etapas exigem estudos específicos e testagens para validar uma hipótese como científica, em que um conhecimento é considerado científico quando é baseado em procedimentos estabelecidos, testáveis e replicáveis, ressaltando a importância da responsabilidade individual e do desenvolvimento do pensamento crítico. Assim, a pseudociência é um conjunto de crenças e práticas aos quais os seus defensores e/ou precursores desejam de forma ingênua ou maliciosa, consideram que aquele conhecimento é científico, entretanto adotam métodos que são duvidosos para investigação, ou até mesmo distorcem os resultados e as evidências disponíveis (Bastos, 2022). Porém, apesar de muitas pesquisas mostrarem benefícios dos tratamentos, especialmente em tratamentos mais longos, e que não há diferença de eficiência entre diversas modalidades terapêuticas, o ceticismo persiste. Isso porque, a ciência social não é tratada como algo exato e variável, os métodos tradicionais de validação não são suficientes para comprovar a eficácia das práticas, uma vez que dados dos "Relatos do Consumidor" complementam estudos tradicionais ao refletir a prática real da psicoterapia, por exemplo, na qual é apontado como limitações na metodologia (SOSCHINSKI, 2021). A exemplo, foi realizada uma meta-análise, na qual o objetivo foi investigar o efeito do Reiki no nível de dor, na qual o resultado obtido após a aplicação final do Reiki foi avaliado no escore de dor análogo-visual. Quando o grupo Reiki (n=104) foi comparado com o grupo controle (n=108), a diferença média padronizada foi observada como sendo -0,927 (IC 95%: -1,867 a 0,0124). Observou-se que o Reiki causou uma diminuição estatisticamente significativa de dor (DOGAN, 2018).

Outrossim, A Organização Mundial da Saúde define saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, superando o conceito antigo de saúde como mera ausência de doença. Além disso, a dimensão espiritual é considerada um importante indicador de saúde. Ao integrar a dimensão espiritual no cuidado, é essencial distinguir entre os termos religiosidade e espiritualidade, a religiosidade é entendida como uma construção multidimensional que envolve referências, comportamentos, rituais e cerimônias, podendo ser praticada em qualquer ambiente. A espiritualidade, por outro lado, refere-se à busca pelo sentido da vida e por questões fundamentais ligadas ao sagrado, podendo ou não estar associada a uma religião. O desenvolvimento da dimensão espiritual promove o encontro do propósito de vida e a transformação da realidade do indivíduo (FRANÇA, 2023). Então, como já citado, o conceito e o propósito do Reiki, é promover a espiritualidade do indivíduo, não possuindo relação com nenhuma religião, e assim contribuindo no processo de cuidado.

Portanto, esses aspectos constituem em obstáculos para o ensino multidisciplinar, visto que esses discursos e métodos de construção tradicional do saber científico, dificultam a integração e a compreensão entre as diferentes áreas do conhecimento. Isso prejudica na formação dos profissionais dentro das universidades, principalmente da área da saúde uma vez que os alunos encontraram dificuldade na comunicação e colaboração com profissionais que atuam com diferentes paradigmas, na qual é fundamental para o fornecimento de um cuidado ampliado e humanizado nos serviços de saúde em que observar o indivíduo como um todo e respeitar suas formas de autocuidado é fundamental (NASCIMENTO, 2018).

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se reações em um grupo universitário em rede social que permeou discussão entre diferentes áreas do conhecimento, questionando principalmente o que é válido ou não dentro do ambiente acadêmico público, como uma ação de oferta de Reiki. A postagem teve grande repercussão, demonstrando possivelmente a dificuldade que é de compreensão das diferentes áreas sobre uma atuação mais conjunta, quiçá interdisciplinar. Tal aspecto reflete os obstáculos a serem enfrentados para o ensino multidisciplinar e outras atividades mais integradoras entre as áreas, que são as diferenças que parecem se colocar mais fortemente e acima do diálogo. Contudo, tal análise contribuiu de forma positiva em minha formação acadêmica pois compreendi a importância do diálogo e a troca de conhecimento, entre os profissionais aceitando de diferentes áreas, aceitando as inúmeras práticas, para a evolução dos serviços.

### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Leonardo Scopel. REIKI: terapia alternativa auxiliar em período de pandemia. In: **XI Seminário de Extensão e Inovação da UTFPR**. 2021.

BASTOS, Emily da Rocha. A invasão da pseudociência na psicoterapia e as implicações psicológicas de práticas não regulamentadas. 2022.

COSTA, Josane Rosenilda da et al. Reiki para promoção da saúde e qualidade do sono em profissionais de enfermagem de hospital. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 75, p. e20210535, 2022.

DOGAN, Melike Demir. O efeito do reiki na dor: uma meta-análise. **Terapias Complementares na Prática Clínica**, v. 31, p. 384-387, 2018.

FRANÇA, Luiz Carlos Moraes et al. Espiritualidade e religiosidade para universitários: uma revisão de literatura. **Enfermagem Brasil**, v. 22, n. 2, p. 258-274, 2023.

GOMES, Eduardo Tavares; PÜSCHEL, Vilanice Alves de Araújo. Efetividade da terapia Reiki para ansiedade pré-operatória na cirurgia cardíaca: ensaio clínico randomizado. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 37, 2024.

NASCIMENTO, Marilene Cabral do et al. Formação em práticas integrativas e complementares em saúde: desafios para as universidades públicas. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 16, p. 751-772, 2018.

SOSCHINSKI, Caroline Keidann; SCHULP, Daiani; SILVA, Marcia Zanievicz. Ciência versus pseudociência: um duelo ainda enfrentado? Science Versus Pseudoscience: a duel still faced?. **Revista Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 20, n. 38, 2021.



# **AValiação DA VULNERABILIDADE ESTRUTURAL DE UM OUTDOOR E PROPOSIÇÃO DE TIPOLOGIAS CONFORME ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS**

HELOÍSA FERRARINI CECCONELLO<sup>1</sup>

JOSE RAFAEL YEPEZ AGUIRRE<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal do Rio Grande – [heloisafc@furg.br](mailto:heloisafc@furg.br)

<sup>2</sup>Universidade Federal do Rio Grande – [j.yeppez@furg.br](mailto:j.yeppez@furg.br)

## **1. INTRODUÇÃO**

*Outdoors* são estruturas utilizadas em espaços abertos para divulgação de publicidade externa a fim de atender às necessidades de vendas e divulgação de mercado. O aquecimento global tem gerado alterações climáticas, causando muitos desastres naturais que tornam as estruturas metálicas mais vulneráveis (Salgado-Estrada et al., 2023), deixando a segurança socioambiental em risco. Dessa forma, diante da atual conjuntura, se faz necessário providenciar soluções na construção civil considerando a prevenção das catástrofes.

Na cidade de Rio Grande, RS, ocorreu um ciclone, em 2024, que deixou preocupações e estragos para os habitantes, além dos efeitos das inundações. Como consequência desses eventos climáticos, houve ruptura da estrutura de muitas edificações. O outdoor que é objeto desta pesquisa, estrutura colapsada em função do ciclone, apresenta estrutura de duas placas retangulares apoiadas em uma coluna de aço através de ligações treliçadas.

Um dos objetivos deste trabalho é avaliar uma destas estruturas, a saber, o *outdoor* do shopping *Partage* que colapsou. A pesquisa conta com uma revisão das normas construtivas a fim de avaliar se há necessidade de correções, considerando os métodos e os processos construtivos das edificações. É de suma importância, portanto, construir conforme as condições de segurança a fim de que as estruturas resistam os eventos climáticos máximos provável.

Pesquisas recentes na área (Moritani et al., 2016) sublinham que, entre os carregamentos atuantes em um outdoor, o impacto do vento é significativo, sobretudo, em relação às placas de madeira (quando aplicáveis) e a placa metálica de divulgação. Por essa razão, a norma ABNT NBR 6123/1998 prescreve que a velocidade básica do vento é uma variável decisiva para a determinação da segurança da estrutura.

Especialmente em relação a outdoors sustentados por pilares metálicos únicos, os efeitos do vento são decisivos para o colapso de estruturas (Wen; Xie, 2020). Nesses casos, como a placa de anúncio geralmente fica muito acima do solo e é sustentada por uma única coluna, a distribuição da pressão do vento sobre os painéis implica desafios técnicos para a sustentação das estruturas.

À luz do problema exposto, também é importante propor novas tipologias de estrutura, aprimorando seus suportes, visto que é bem comum este mesmo modelo entrar em colapso devido intempéries.

## **2. ATIVIDADES REALIZADAS**

Este trabalho avalia uma estrutura de outdoor existente que entrou em ruptura. Nesse sentido, foram realizados a compilação de todos os dados da estrutura e o

cálculo das ações do vento, segundo a norma brasileira 6123, e demais ações segundo a norma brasileira 6120.

Em seguida, foi realizada a modelagem da estrutura pelo programa Ram Element, de referência americana, com todas as solicitações e cargas atuantes, de modo que foram obtidos seus esforços resultantes.

Realizou-se a comparação entre os resultados da norma brasileira e a norma norte-americana. Segundo o Ram Element (baseado em referências norte-americanas), a estrutura não está dimensionada adequadamente de modo a suportar os esforços do vento.

Paralelamente aos trabalhos com o software, a investigação contou com uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, que se fundamentou em materiais já publicados em bases de dados, como artigos científicos e sites da internet, de modo a estabelecer a problemática em estudo.

Como etapa subsequente da análise dos dados do programa, será analisada qual é a máxima velocidade do vento que a estrutura suportaria sem falhar. Diante da falha da estrutura, serão adicionadas as seguintes hipóteses de trabalho:

- (1) Verificar diferentes velocidades do vento;
- (2) Verificar diferentes tipologias, alterando diâmetro, espessura e altura para diferentes condições do vento.

Essas hipóteses serão analisadas a fim de obter a melhor condição para atendimento às diretrizes de segurança da norma.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A modelagem realizada constatou falhas na estrutura, sendo necessária uma construção mediante novas especificações. Para futuras investigações, a pesquisa considerará as duas hipóteses indicadas na seção anterior a fim de sugerir tipologias com suas respectivas dimensões e velocidades do vento suportadas pela estrutura.

Quanto as etapas do trabalho, encontrou-se limitação de trabalhos acadêmicos. Constatou-se escassez de referências nas bases de dados nacionais semelhante ao tema discutido aqui sendo necessário expandir a bases estrangeiras, assim como, os métodos americanos utilizados são particulares dificultando relacioná-los com os métodos brasileiros.

### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LI, Z. H.; WANG, D. H.; CHEN, X. Z.; LIANG, S. G.; LI, J. Wind load effect of single-column-supported two-plate Billboard structures. **Journal of Wind Engineering and Industrial Aerodynamics**, v. 179, p. 70-79, 2018.

Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jweia.2018.05.013>. Acesso em: 09 out. 2024.

MORITANI, F.; ROMERA, G. F.; VANALLI, L.; FORIGO, C. Análise numérica da distribuição de esforços em estruturas reticuladas de outdoors. **Revista Interdisciplinar de Pesquisa em Engenharia**, Brasília, v. 2, n. 25, 2016.

SALGADO-Estrada, R.; CARPIO, F.; HERRERA-MAY, A.; CASTRO, S. Z.; HERRERA-DIAZ, I. Wind vulnerability of flexible outdoor single-post billboards. **Applied Science**, v. 13, n. 10, 2023.

WEN, J.; XIE, Q. Field investigation and structural analysis of wind-induced collapse of outdoor single-post billboards. **Engineering Failure Analysis**, v. 117, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.engfailanal.2020.104810>. Acesso em: 09 out. 2024.



## **INSTALAÇÃO E CONDIÇÃO DOS PISOS TÁTEIS NOS ENTORNOS DOS CAMPI DA UFPEL**

JORIS BIANCA DA SILVA<sup>1</sup>; FÁBIO RIBEIRO VIEIRA <sup>2</sup>; THUANNE CORREA BRANÇÃ<sup>3</sup>; RENATA C. R. DA SILVA<sup>4</sup>;

ALINE NUNES DA CUNHA DE MEDEIROS<sup>5</sup>:

<sup>1</sup>UFPEl – *jorisbiancasilva@gmail.com*

<sup>2</sup>UFPEl – *Fabiocristao16@gmail.com*

<sup>3</sup>UFPEl – *thuannebranco@gmail.com*

<sup>4</sup>UFPEl – *renatatoufpel@gmail.com*

<sup>5</sup>UFPEL – *alinenm@gmail.com*

### **1. INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem por fim avaliar as condições de acessibilidade para cegos na cidade de Pelotas por meio dos pisos táteis, com foco maior nos entornos dos campi da UFPEl, mas também outras áreas de interesse onde foram encontrados problemas, para verificar a eficácia em seu objetivo: assegurar a autonomia e a segurança de pessoas cegas ou com baixa visão no deslocamento pela cidade.

### **2. ATIVIDADES REALIZADAS**

Para a coleta de dados, foi realizado um estudo de campo. Os autores, bolsistas do NAI (Fábio na comunicação; Joris, BDI<sup>1</sup>), percorreram pontos escolhidos para verificar as condições das pistas. Fábio, sem guia com contato, mas acompanhado de perto, se encarregou de avaliar a experiência como usuário. Foram registradas imagens, e Fábio relatou suas impressões e conclusões, compiladas e expostas aqui. Para somar experiências e comparar com o relato do coautor, a coautora Thuanne (bolsista de tutoria)<sup>2</sup> revisou notícias on-line tratando da mesma questão em outros estados e destacando dados relevantes que dizem sobre a questão tratada<sup>3</sup>. Pontos visitados: o Instituto de Ciências Humanas (ICH); Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUrb); Centro de Engenharias; Centro de Artes – Auditório 2; Avenida Ferreira Viana, altura do nº 602; esquina das ruas Gonçalves Chaves com Lôbo da Costa.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

- 
- 1 A BDI do NAI tem por objetivo permitir que os bolsistas ganhem experiência nos processos relativos ao atendimento prestado aos alunos por ele acolhidos assim como contribuam com aptidões e conhecimentos relacionados às suas áreas.
  - 2 O programa de tutoria do NAI visa a prestar assistência aos alunos de modo que desenvolvam mais autonomia nos estudos e, conseqüentemente, melhor desempenho acadêmico.
  - 3 Fábio só teve acesso às matérias selecionadas após expor suas impressões, para que não fosse induzido em suas conclusões pelas informações lidas.

A análise dos pontos percorridos revelou uma acessibilidade disfuncional ou inexistente nos entornos dos campi da UFPEL e nas duas outras áreas visitadas. A quantidade de pisos táteis foi considerada insuficiente e, onde estavam presentes, a instalação era frequentemente inadequada e a manutenção negligenciada. Os problemas mais recorrentemente encontrados foram: descontinuidade (seja na instalação, intervenções indevidas ou peças que se soltaram e não foram recolocadas), buracos, desníveis e desgastes das protuberâncias que permitem aos usuários sentirem o percurso.

O local com melhores instalações, ainda que também imperfeitas, foi o passeio entre os prédios do ICH, embora o saguão de entrada do prédio tenha deixado a desejar, pois não havia nada nesse sentido. Funcionários consultados, que preferiram não se identificar, informaram que a implementação de acessibilidade está sendo realizada e citaram um elevador, já instalado, mas sem funcionamento no momento da visita (setembro de 2024), e o bloco de Teatro, cuja acessibilidade para cegos foi considerada perfeita por Fábio Ribeiro, porém, precisaria de guia para chegar até lá. Ainda no local, na esquina (Almirante Tamandaré com Alberto Rosa), uma pista tátil leva à parede do prédio (Fig. 1, canto superior esq.). Segundo as matérias consultadas<sup>1,2</sup>, essas instalações estão de acordo com a norma ABNT NBR 16537 (2016), que define os padrões de aplicação de sinalização tátil em pavimentos; entretanto, usuários entrevistados nas matérias consultadas (vide referências), assim como o coautor, afirmam que é uma implementação inadequada que pode confundir e desorientar, em vez de auxiliar. Os argumentos de quem defende esse tipo de instalação é de que ele serve para levar o pedestre até uma parede, a partir da qual pode se orientar pelo restante do caminho, indo contra o entendimento dos usuários.

Fig. 1 Entorno do ICH à esquerda; Engenharias à direita.



Outra falha, esta perigosa, encontrada no local foi um pedaço de poste telefônico sobre um piso de alerta (Fig. 1, inferior esq.), que é utilizado para orientação. Ao percorrer a faixa, Ribeiro teria tropeçado nela não tivesse sido alertado, pois sua bengala não tocou o objeto.

Na FAUrb, o único elemento de acessibilidade para cegos encontrado foi um piso de alerta sobre o meio-fio (deveria ser colocado antes). Na frente da

entrada do prédio, há um buraco de canteiro abandonado e nenhuma sinalização, o que pode levar a um acidente.

As calçadas do Centro de Engenharias e do Centro de Artes – Auditório 2 foram os pontos mais comprometidos. Encontramos todos os problemas listados: desníveis, buracos, interrupções e uma rampa de acessibilidade sem os pisos de alerta nas laterais (Fig. 1, dir; Fig. 2). Ao longo da calçada que leva até a entrada do prédio, o percurso acessível foi interrompido para instalação de tampas de esgoto, que estão, por sua vez, também negligenciadas, com buracos e instabilidades. Segundo Ribeiro, há grandes chances de a bengala acabar entrando no buraco, ficar presa e provocar uma queda, como ele demonstra na Figura 1.

Figura 2 Calçada do Centro de Artes.



Embora nosso foco fossem os campi da UFPEl, cremos importante inserir dois pontos mais: um na esquina das ruas Gonçalves Chaves com Lôbo da Costa, onde os pisos táteis se cruzam e terminam em uma parede; e outro, mais perigoso: canteiro central da Av. Ferreira Viana, altura do nº 602. Lá, foi instalada a pista direcionando à travessia, porém, leva a um trecho sem faixa de pedestre (Fig. 3), que se encontra a aproximadamente 25 metros afastado; já aqui, não há direcionamento até a faixa (Fig. 3). O trânsito no local é intenso e há risco de atropelamento caso um usuário confie na informação podotátil.

Figura 3 Avenida Ferreira Viana.





Ainda que tenhamos nos focado especificamente nos pisos táteis, Ribeiro destaca a importância de citar a ausência de outros recursos complementares, como sinalização sonora, por onde caminhamos.

A avaliação dos locais visitados mostrou que os pisos táteis, na forma como são implementados em Pelotas, não cumprem seu papel de garantir a autonomia das pessoas cegas. A má instalação, a falta de continuidade nos trajetos e a ausência de manutenção adequada tornam esses recursos ineficazes e mesmo perigosos. Além disso, a falta de sinalização sonora em áreas críticas, como cruzamentos, agrava os problemas de acessibilidade. Assim sendo, as poucas tentativas de acessibilidade que encontramos entram em choque com o que estabelece o Art. 8º do Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015), que versa sobre a obrigação do Estado quanto ao direito à acessibilidade, dignidade e liberdade das pessoas com deficiência. As condições atuais, ao contrário, embarreiram a autonomia, a independência e a segurança das pessoas cegas ou com baixa visão, dificultando, em vez de facilitar, suas vidas.

Este trabalho, pela limitação de tempo, espaço e recursos para levantamento, não teve a pretensão de esgotar as ocorrências problemáticas que precisam ser corrigidas, aprimoradas e expandidas pela Prefeitura, mas entendemos que pode ser um ponto de partida para que providências sejam tomadas, de modo que a lei seja cumprida e quem ela ampara seja, de fato, amparado.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT NBR 16537. **Total Acessibilidade**, Rio de Janeiro, 2016. Acessado em 19 set. 2024. Disponível em: [https://www.totalacessibilidade.com.br/pdf/Norma\\_Sinalizacao\\_Tatil\\_No\\_Piso\\_Piso\\_Tatil\\_Total\\_Acessibilidade.pdf](https://www.totalacessibilidade.com.br/pdf/Norma_Sinalizacao_Tatil_No_Piso_Piso_Tatil_Total_Acessibilidade.pdf)

Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Planalto Gov.br**. Brasília, 6 jul. 2024. Acessado em 19 set. 2024. Online. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)

SILVA, Vitória. Piso tátil para pessoas cegas termina em parede, mas está dentro da norma segundo Emdec. **A Cidade On**. Campinas, SP, 28 jun. 2024. Acessado em 15 set. 2024. Online. Disponível em: <https://www.acidadeon.com/campinas/cotidiano/piso-tatil-para-pessoas-cegas-termina-em-parede-mas-esta-dentro-da-norma-segundo-emdec/>

PISO tátil termina em muro, mas está dentro das normas de acessibilidade. **Jornal Cruzeiro do Sul**, 07 jan. 2020, Sorocaba, 2012. Acessado em 15 set. 2024. Online. Acesso em: <https://www.jornalcruzeiro.com.br/sorocaba/piso-tatil-termina-em-muro-mas-esta-dentro-das-normas-de-acessibilidade/>

MOLEDA, Ezié. Piso para cegos termina em muro em avenida da zona leste de São Paulo. **UOL**, São Paulo, 13 dez. 2012. Acessado em 15 set. 2024. Online. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/12/13/piso-para-cegos-acaba-em-muro-em-avenida-da-zona-oeste-de-sp.htm>

## EDUCAÇÃO SEXUAL E SEXUALIDADE: UMA NOVA PERSPECTIVA DE APRENDIZAGEM A PARTIR DO PROJETO SE TOCA

LUCAS MATILDE DE ALMEIDA<sup>1</sup>

ANA LAURA SICA CRUZEIRO SZORTYKA<sup>2</sup>:

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [lucas.almeida2001@outlook.com.br](mailto:lucas.almeida2001@outlook.com.br)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [alcruzeiro@gmail.com](mailto:alcruzeiro@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

Em primeira instância, o debate sobre a inserção da educação sexual nas escolas brasileiras vem acarretando em controvérsias e manifestações de negacionismo, o qual muitas vezes se manifesta por meio de resistência à implementação de programas de educação sexual abrangente, baseados principalmente em evidências científicas, além da presença de disseminação de desinformações e misticismos sobre esta temática (RODRIGUES; MELLO, 2024).

Dessa forma, de acordo com CAMPOS; MIRANDA (2022), é preciso urgentemente desmistificar o conceito existente de que educação sexual está atrelada especificamente ao ensino da prática sexual, que desperta curiosidades em crianças e adolescentes, estimulando-os para sua iniciação sexual. É necessário compreender que a educação sexual apresenta-se como algo fundamental para o desenvolvimento saudável, pois aborda não apenas atributos fisiológicos e psicológicos envolvidos no comportamento sexual, mas também na prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST's) e gravidez precoce, como exemplos (CARVALHO et al, 2019).

Além disso, em conformidade com CAMPOS; MIRANDA (2022), a presença de uma educação sexual propagada de forma multifacetada e adequada, terá como principal objetivo promover ensinamentos e percepções quanto a identificar situações de risco, como as supracitadas, ou, em muitos casos, também de abuso sexual. Nesse sentido, abordar essa temática apontada para um maior conhecimento sobre o assunto, promove e torna-se imprescindível para que, tanto adolescentes quanto crianças, possam adquirir e fazer uso de informações confiáveis sobre sexualidade e saúde sexual (SANTARATO et al, 2022), assim como expressá-las, de forma harmonizada e contextual, cotidianamente.

Diante dessas postulações então, pretende-se construir na tessitura deste trabalho a importância de discussões que abordem temas direcionados para a saúde sexual e sexualidade, principalmente de adolescentes e estudantes provenientes de escolas públicas de Pelotas. É a partir disso que o SE TOCA: Discutindo Sexualidade nas Escolas ganha forma, visto que este projeto em especial tem como principal propósito abordar esse conteúdo supracitado caracterizado como essencial para um maior desenvolvimento seguro, científico e objetivo de aspectos de educação sexual em adolescentes. A potencialidade de minha escrita está em construir um mecanismo de exposição que, necessariamente, ofereça para qualquer comunidade existente a presença de um projeto acadêmico que discuta e atue em conjunto com estudantes do ensino fundamental e médio acerca de novas possibilidades de acesso a promoção de saúde sexual de forma gratuita e assertiva.

## 2. ATIVIDADES REALIZADAS

O “Se Toca: Discutindo Sexualidade nas Escolas” é o principal dispositivo para a discussão nas escolas sobre a temática. Para a construção de meu estudo, o projeto de ensino interligado a ele “Sexualidade, adolescência e escola: planejando a intervenção” caracteriza-se e tem como principal objetivo ser um dispositivo acadêmico que aprofunde o conhecimento sobre adolescência e sexualidade para que os alunos estejam prontos para uma discussão baseada no conhecimento científico de temáticas apontadas para a compreensão e orientação da educação sexual e expressão da sexualidade em adolescentes de escolas públicas da cidade de Pelotas, a partir de um viés experiencial de prevenção e promoção de saúde confiável.

Nesse sentido, entende-se que por estarmos inseridos em um cenário contemporâneo onde, na maioria das vezes, as informações são amplamente disseminadas, torna-se fundamental discorrer sobre métodos contraceptivos e preservativos, Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), gênero e sexualidade, gravidez na adolescência e entre outros, ainda mais para um período da vida cheio de mudanças e instabilidades como a adolescência. Além disso, por serem assuntos ainda atribuídos como tabus em nossa sociedade, a propagação de informações objetivas e fundamentadas por uma base científica se torna muitas vezes escassa, ou até mesmo disseminadas de forma incorreta. Por isso, é a partir desta problemática que o projeto “Se Toca” eclode como uma forma de solucionar estrategicamente, mesmo que aos poucos, esse problema atual.

A partir disso, para que possamos dar seguimento nas discussões acerca deste tema dissertado até o presente momento, é necessário entender como o projeto se concretiza. A priori, é necessário que ocorra um primeiro contato com o corpo coordenativo das escolas públicas da cidade de Pelotas. A partir desse contato inicial, geralmente o bolsista (ou coordenador do projeto) fornece uma explicação detalhada que exponha como o projeto ocorre e quais são os seus objetivos. É dito, então, que o projeto tem como objetivo realizar alguns encontros presenciais na instituição que trate assuntos direcionados à educação sexual e sexualidade, com as turmas de alunos que podem variar desde o 5º ano do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio. Nesse sentido, caso a escola idealize que a proposta seja uma possibilidade interessante de ser praticada, é combinado as visitas no local.

Após esse contato inicial com a instituição, é acertado os dias, horários e turmas que serão contempladas com a nossa visita. Sendo assim, é realizada uma reunião presencial para que os integrantes possam discutir sobre disponibilidade e temas a serem debatidos com os discentes. Por ocorrer uma quantidade específica de temas, cada integrante pode pegar apenas um assunto, sendo também possível dois integrantes pegarem o mesmo tópico quando este é extenso. Dessa forma, não ocorre sobrecarregamento de temáticas para apenas um único membro do projeto. Além disso, também é elaborada uma tabela para que cada membro possa colocar o dia e o horário que estará disponível para realizar a palestra na escola, da mesma maneira que colocar o tema que será palestrado. Essa tabela é enviada para a instituição de ensino, e esperamos a aprovação e feedback destes para que possamos organizar os preparativos finais de nossa visita e atuação na escola e com os alunos.

Além do mais, outro ponto que também merece um significativo destaque seria a forma de pesquisa, assim como os materiais usados durante nossas palestras. Em primeira instância, é realizado pesquisas quanto aos temas abordados pelos

membros do projeto na literatura, utilizando para isto plataformas como Google Acadêmico, Scielo, Revistas Científicas de Saúde, como alguns exemplos, e também utilizamos de informações provenientes de dispositivos de saúde virtual, como a própria Organização Mundial da Saúde (OMS). Damos preferência para artigos e estudos feitos de forma mais recente, e também costumamos atualizar e incrementar algumas informações em nosso material, tudo para isso para promover um melhor aproveitamento tanto de nossa parte como integrantes do projeto, quanto no momento de passagem informacional para os estudantes. Em segundo, quanto aos materiais, o recorte informacional de nossas pesquisas literárias fica armazenado em forma de apresentação/slides pela plataforma CANVA, por um motivo de preferência e ampla possibilidades de recursos que o software oferece.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, percebe-se uma promissora inovação apresentada na tessitura escrita do presente trabalho proposto. A priori, ressalta-se a importância do projeto de ensino, extensão e pesquisa “Se Toca: Discutindo Sexualidade na Escolas”, como um mecanismo vivo e significativo para contribuição, perpetuação e disseminação de informações confiáveis, gratuitas e científicas apontadas para viés de desmistificação e desconstrução de tabus que envolvem saúde sexual e sexualidade em jovens. Nessa mesma perspectiva, destaca-se o valor de uma abordagem centralizada na promoção de saúde sexual e prevenção de comportamentos de riscos, como gravidez indesejada e/ou ISTs, para estudantes adolescentes de escolas públicas de Pelotas, ainda mais por nessa fase haver uma predominância maior de atenção que, necessariamente, urge um certo cuidado na abordagem da sexualidade em sua totalidade.

Além disso, é necessário satisfazer as curiosidades desta parcela da população para que o desejo do saber não se desfaça, o que pode ser um fator gerador de frustrações que a acompanhará ao longo de sua vida. Nesse sentido, o trabalho e atuação direcionada para o avanço da educação sexual dentro da escola torna-se, portanto, fator estimulador, preventivo e promotor da saúde do adolescente no sentido do desenvolvimento saudável de sua sexualidade, auxiliando-o a construir processos de discernação de atitudes e conceitos. Dessa forma, torna-se essencial a presença de um projeto que pense, planeje e discuta sobre sexualidade, educação sexual, e formas de intervenção e atuação nessas áreas em específico.

Por fim, entende-se que ainda estamos inseridos em um modelo de sociedade que, infelizmente e persistentemente, valoriza e mantém mitos, desinformações e tabus quanto a amplitude de aspectos relacionados à saúde e educação sexual, principalmente quando citamos um recorte apontado diretamente para o público juvenil. Dessa forma, compreendemos que este é um de nossos maiores desafios, e, portanto, cabe ao projeto se manter ativo, contínuo e resiliente, como forma de estratégia de combate a esse enraizamento desinformacional social.

### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, G. D. et al.. **Dicionário de Educação sexual, sexualidade, gênero e interseccionalidades**. Florianópolis: UDESC, 2019. 1ed.

MIRANDA, J. C.; CAMPOS, I. do C. . EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS: UMA NECESSIDADE URGENTE. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, Boa Vista, v. 12, n. 34, p. 108–126, 2022. DOI: 10.5281/zenodo.7151234. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/732>. Acesso em: 25 set. 2024.

RODRIGUES, R. M.; MELLO, R. R. DE .. Escolas no combate à violência sexual contra crianças e adolescentes: análise bibliográfica de ações preventivas. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 32, n. 123, p. e0244004, abr. 2024.

SANTARATO, N. et al.. Caracterização das práticas sexuais de adolescentes . **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 30, n. spe, p. e3712, 2022.



## IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA DE TUTORIAS NA PERMANÊNCIA E ÊXITO ACADÊMICO: PERSPECTIVAS DOS TUTORANDOS

LIDIANE AFFONSO DE OLIVEIRA<sup>1</sup>; ÉRICA HARTWIG FRANK<sup>2</sup>; ALINE NUNES DA CUNHA DE MEDEIROS<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – lidianeaffonso1504@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – erica.hartwg01@gmail.com

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas – alinecm@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

É perceptível que vivemos em um mundo multicultural, em que temos características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem distintas, logo, é de extrema importância que também nos espaços educacionais, essas diferenças sejam reconhecidas e respeitadas. Frente a atualidade, se faz ainda mais necessário sermos “cada vez mais, capazes de achar alternativas às habilidades básicas tradicionais e recursos disponíveis para atender às necessidades originais de cada um dos alunos” (Stainback, 2006).

Nos espaços educacionais, a inclusão deve se perpetuar por todas as etapas, desde a educação infantil até o ensino superior. Nesse sentido, a Universidade Federal de Pelotas conta com o apoio do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão para acompanhar os seus acadêmicos com deficiência, através do programa de tutorias, considerando as mesmas uma estratégia para a viabilização e promoção da inclusão no espaço acadêmico.

O presente trabalho tem como objetivo analisar e compreender como o programa de tutorias contribui para a permanência e o sucesso acadêmico dos alunos com deficiência, explorando as percepções dos tutorandos sobre o papel das tutorias no enfrentamento de barreiras acadêmicas, na promoção da inclusão e no fortalecimento de sua trajetória acadêmica.

Constrói-se uma narrativa investigativa, utilizando como base teórica as reflexões de STAINBACK (2006), NUNES (2020) e a legislação brasileira específica para as pessoas com deficiência.

### 2. ATIVIDADES REALIZADAS

O presente resumo expandido utilizou como metodologia a pesquisa participativa, visto que “a pesquisa participativa exige do pesquisador que ele mergulhe profundamente na cultura e no mundo dos sujeitos pesquisados” (NÖRNBERG; RAMPAZZO, 2008, p. 7). Sendo assim, como instrumento utilizou-se um formulário digital através da plataforma Google Forms e encaminhado aos tutorados dos diversos cursos de graduação da Universidade Federal de Pelotas.

A pesquisa foi realizada com os tutorados que utilizam o programa de tutorias oferecido pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI). O questionário teve por objetivo analisar a importância do programa para a permanência e êxito acadêmico, a partir das perspectivas dos tutorados.

Vale ainda destacar, que a presente pesquisa se caracteriza como qualitativa, pois “a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica,

mas, sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.” (GOLDENBERG, 1997, p. 34).

O núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) é um projeto da Universidade Federal de Pelotas e tem como intuito garantir a acessibilidade em todos os níveis e espaços da instituição, tendo como público alvo as Pessoas com Deficiência, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Altas Habilidades e Superdotação. Para tanto, o NAI oferece tutoriais a fim de auxiliar os estudantes de diferentes formas, tais como na organização dos estudos e na revisão do conteúdo.

Dessa forma, para além da garantia do acesso à educação, as tutorias oferecidas pelo NAI visam reduzir a retenção e a evasão, buscando estimular a autonomia dos alunos com deficiência e promover a inclusão social e educacional e, garantir que estes alunos tenham de fato um percurso acadêmico de qualidade. De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência em seu Artigo 27 que trata da educação:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Isto é, a inclusão deve ser garantida durante todo o percurso do estudante, perpetuando desde a Educação Infantil até a sua graduação e além. E, para que este projeto aconteça, o NAI conta com a participação de aproximadamente 60 bolsistas (estudantes de licenciatura e bacharelados da UFPEl) e 4 psicopedagogas, que atendem, atualmente, 287 estudantes, de diferentes cursos da graduação. Buscando analisar a importância destas tutorias para a permanência e êxito acadêmico, foi criado um questionário online, a fim de coletar as perspectivas dos tutorados sobre o projeto e sua utilização.

A primeira questão buscou saber há quanto tempo os tutorados utilizam o programa de tutorias do NAI, das 4 respostas obtidas, dois tutorados participam do programa há 2 anos, outro há 1 ano e outro há seis anos.

Posteriormente, buscou-se entender como o tutorado tem utilizado as tutorias oferecidas pelo NAI, em que percebeu-se, através das respostas, que as tutorias podem auxiliar os acadêmicos de diferentes formas, de acordo com sua especificidade ou dificuldade do momento. Desse modo, os tutorandos auxiliam os mesmos em aulas, tarefas, avaliações, leituras e organizações das disciplinas, como referido pelos tutorados:

Geralmente nas cadeiras que não são práticas.

Aproveitando todo tempo possível pela tutoria.

Em aulas.

Eu utilizo para estudar para as avaliações e fazer trabalhos.

Um das questões centrais foi sobre como as tutorias têm contribuído para a graduação dos acadêmicos e observa-se, dentre as respostas, que o programa de tutorias têm ajudado positivamente os tutorados para o seu desenvolvimento e acompanhamento em suas disciplinas cursadas a cada semestre.

São muito importantes no auxílio da compreensão de textos e tarefas.

Ajuda muito nas dificuldades apresentadas nas disciplinas e obtém melhor desenvolvimento.

Me auxiliam para me alcançar os materiais.

As tutorias tem contribuído muito bem, estão me ajudando bastante.

Por fim, questionamos o tutorado, visando sua opinião pessoal, se ele (a) acha que o NAI e as tutorias contribuem para a sua permanência na faculdade e 100% dos tutorados responderam que sim. Um dos acadêmicos, acrescentou em sua resposta o seguinte:

São várias dificuldades e sem ajuda do Nai e tutoria vem as dificuldades e o aluno perde o foco e prefere não estudar mais.

Com base nos dados coletados é possível afirmar que as percepções dos tutorados destacam o papel fundamental do NAI em promover não apenas a acessibilidade física e pedagógica, mas também em estimular a autonomia e o desenvolvimento integral dos alunos. Os relatos dos tutorados indicam que as tutorias têm papel fundamental na organização dos estudos, na compreensão de conteúdos, na preparação para avaliações e no desenvolvimento da autonomia acadêmica. O impacto positivo se reflete na percepção dos próprios alunos, que apontam o programa como essencial para sua permanência e continuidade nos estudos, corroborando a importância de estratégias pedagógicas que reconhecem e respeitam as singularidades de cada estudante. Isso reforça a importância de políticas de inclusão bem estruturadas e continuadas, que dialoguem com as necessidades individuais e coletivas dos estudantes no ensino superior.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos objetivos propostos, é possível refletir sobre a relevância do programa de tutorias oferecido pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) da Universidade Federal de Pelotas no contexto da inclusão acadêmica. O programa desempenha um papel significativo na criação de condições para que os estudantes com deficiência superem barreiras no ambiente universitário, promovendo um espaço mais acessível e inclusivo para todos. Além de garantir a permanência desses estudantes na universidade, as tutorias contribuem diretamente para a melhoria do desempenho acadêmico e o fortalecimento da trajetória acadêmica dos tutorados. O fato de que todos os entrevistados consideraram o programa essencial para sua continuidade na universidade reflete o impacto positivo e o caráter transformador dessas ações inclusivas, tanto para a instituição quanto para os alunos. Ademais, o NAI contribui diretamente para a redução da evasão e para o aumento da permanência qualificada, alinhando-se aos princípios de equidade e inclusão defendidos pelas políticas educacionais.

### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOLDERBERG, M. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

NÖRNBERG, Lui; RAMPAZZO, Sônia. **Metodologia da Pesquisa**. São Leopoldo: [s.ed], 2008.

NUNES, Ana Carla de Almeida. **A inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior: algumas reflexões sobre o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)**. 2020.

STAINBACK, Susan. **Considerações contextuais e sistêmicas para a educação inclusiva.** Revista da Educação Especial - Dez/2006.

## **Desafios e Perspectivas do Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI) no Ensino Superior: Papel, Legislação e Práticas de Inclusão**

NATHÁLIA MENESES GONÇALVES<sup>1</sup>; BÁRBARA DE PAULA TEIXEIRA<sup>2</sup>;

ALINE NUNES DA CUNHA DE MEDEIROS<sup>3</sup>:

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [nathaliamentes54@gmail.com](mailto:nathaliamentes54@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [bix.t1.oliver@gmail.com](mailto:bix.t1.oliver@gmail.com)

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas – [alinencm@gmail.com](mailto:alinencm@gmail.com)

### **1. INTRODUÇÃO**

O Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI) apresenta como princípios norteadores, a concretização do Plano de Acessibilidade e Inclusão da UFPEL, aprovado pelo CONSUN em março de 2016 e a efetivação da Lei 13.409/2016, que dispõe sobre as cotas para pessoas com deficiência no Ensino Superior. Em consonância com a legislação vigente, o NAI tem como missão garantir que a instituição de ensino superior ofereça um ambiente inclusivo, no qual todos os estudantes tenham as mesmas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento.

Entretanto, o cotidiano do NAI é permeado por desafios complexos que vão desde a adaptação de espaços e materiais didáticos, oferta dos serviços especializados aos alunos dos diversos cursos de graduação, encaminhamento de intérpretes para as aulas, eventos e atividades relacionadas e, ainda, da criação, organização e acervo de recursos didáticos adaptados que possibilitem avanços nos processos de aprendizagem e inclusão. O NAI cria ações de conscientização, discussão, formação compartilhada de coordenadores, técnicos, professores, monitores, tutores e comunidade em geral.

A relevância deste artigo reside na necessidade crucial de assegurar que os estudantes tenham um conhecimento sobre as dificuldades e desafios enfrentados pelo NAI. A fim de buscar mais apoio e participação dos estudantes nessa luta, ter essa visão do NAI também ajuda no ajuste de expectativas em relação ao suporte que pode ser oferecido, tendo assim uma visão mais realista. Tendo importância para uma relação mais eficiente e colaborativa, favorecendo o ambiente acadêmico como um todo e ajudando a ter um suporte mais eficaz para os alunos. Diante desse cenário, o presente estudo tem como objetivo investigar os principais desafios enfrentados pelo NAI no cumprimento de seu papel, considerando os aspectos da Lei 13.409/2016. Ao coletar dados anônimos por meio de formulário, diretamente dos profissionais que atuam no NAI, pretendemos identificar os principais obstáculos e as possíveis soluções para aprimorar a eficácia das ações de inclusão no ensino superior.

### **2. ATIVIDADES REALIZADAS**

Este artigo constitui-se em uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório. Para o estudo foi utilizado um formulário disponibilizado aos servidores efetivos e terceirizados do Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). A partir de tal abordagem foram coletadas as respostas do formulário, em que servidores de modo anônimo relataram as dificuldades

enfrentadas nas suas atividades. Para balizar a análise tomamos como referência uma normativa federal, a Lei Brasileira de Inclusão. De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência em suas diretrizes:

Art. 1º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), "é instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania" (BRASIL, 2015). Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm#art127](https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm#art127)>. Acesso em: 14 de Setembro de 2024.

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, nº 13.146, de 6 de julho de 2015, em vigor no Brasil estabelece diretrizes para garantir os direitos e a inclusão social de pessoas com deficiência no país. Visa assegurar a igualdade de condições e oportunidades, promovendo a autonomia, acessibilidade, e participação plena dessas pessoas na sociedade e prevê penalidades àqueles que infringem a lei. As implicações da Lei Nº 13.146/2015 se alinham com as disposições da Lei Nº 13.409/2016, que visa à inclusão e à reserva de vagas no ensino superior para pessoas com deficiência. Esta lei altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e estabelece que as instituições federais de ensino superior devem reservar parte das vagas para estudantes com deficiência, assegurando assim a igualdade de oportunidades e ampliando o acesso ao ensino superior.

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm)>. Acesso em: 14 de Setembro de 2024.

Diante dessa legislação, o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão é responsável por atender estudantes com deficiência e Transtorno do Espectro Autista, Altas Habilidades e Superdotação na graduação e pós-graduação, acompanhando desde o ingresso à universidade, promovendo suporte nos processos seletivos, a permanência e êxito. Isso implica esforços em reduzir barreiras atitudinais, metodológicas, estruturais, comunicacionais, entre outras.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**



### **Desafios Enfrentados**

O questionário aplicado aos servidores do Núcleo de Apoio à Inclusão (NAI) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL) buscou identificar os principais desafios, perspectivas e práticas de inclusão na instituição. Foram obtidas respostas anônimas de dois servidores temporários e um efetivo, refletindo uma variedade de opiniões sobre o funcionamento do núcleo e as necessidades atuais.

Através das respostas, identificamos que as maiores dificuldades do NAI recaem na falta de servidores para compor a equipe. O NAI tem alta demanda e há insuficiência de profissionais, tais como assistente administrativo, fisioterapeutas, psicólogos, pedagogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais. Atualmente o núcleo conta com uma equipe composta por ( uma Técnica em Assuntos Educacionais, uma docente do curso de Terapia Ocupacional que ocupa a chefia do NAI, estagiários do curso e Tradutores e Intérpretes de Libras), além de 4 psicopedagogas em regime de contrato de 20 horas que acompanham um público que atualmente soma 294 estudantes. Esse número é significativo e revelador, uma vez que um quadro reduzido de profissionais gera impacto na atuação e na qualidade daquilo que poderia ser desenvolvido caso houvesse a presença de outros profissionais na equipe.

### **Resistência Institucional**

Destacaram a dificuldade de cumprimento quanto às estratégias de ensino indicadas nas orientações do Documento Orientador Pedagógico (DOP), além da escassez de recursos e profissionais de apoio. Os respondentes também identificaram resistência por parte de outros setores da instituição em relação às políticas de inclusão, especialmente no que se refere ao cumprimento das estratégias de ensino recomendadas. Eles apontaram que, além de algumas situações envolvendo docentes, muitos estudantes reforçam práticas capacitistas e de exclusão em ambiente acadêmico.

### **Gestão de Recursos e Apoio Institucional**

Em relação à falta de recursos ou apoio institucional, os participantes indicaram que, apesar de uma melhora recente, com o aumento de bolsas e a contratação de novos profissionais, a situação anterior era mais desafiadora, exigindo que o NAI "apagasse incêndios". Eles mencionaram a importância da nova liderança da Terapia Ocupacional, que tem desempenhado um papel positivo no núcleo.

Pela experiência própria como tutora observa-se que o núcleo cumpre o seu papel, auxilia, realiza formações, cobra em relação ao cumprimento do documento orientador, vai nos colegiados sempre que solicitado, mas há muito ainda que avançar. Faltam salas multissensoriais e espaços de convivência inclusivos para que os alunos se sintam realmente parte da universidade. A falta de acessibilidade começa desde a área da comunicação com editais e vai até as áreas de infraestrutura. Cabe à universidade capacitar seus servidores, investir na acessibilidade e fazer com que a universidade realmente seja um lugar para todos, para que a permanência e o acesso dos alunos com deficiência seja feito com êxito.

### **Recursos e Adaptações**

O NAI oferece uma gama de recursos e adaptações para os alunos com deficiência, incluindo acompanhamento de terapeutas ocupacionais, tutores que

auxiliam na permanência do estudante na instituição, psicopedagogos que confeccionam os documentos orientadores pedagógicos e grupos de apoio para estudantes com Transtorno do Espectro Autista e para cuidadores no fortalecimento da rede de apoio (grupo tecendo redes). Além disso, o núcleo organiza formação sobre acessibilidade e inclusão nos cursos, para os colegiados, em núcleos (Restaurante Universitário e Transporte) à convite da prefeitura e também capacitações para servidores e tutores. O NAI também organiza junto à Pró Reitoria de Ensino o Programa de Avaliação da Vida Acadêmica, dando assistência no vestibular para estudantes com deficiência. As adaptações são específicas de cada aluno em sua deficiência e espectro, pois cada aluno é único em suas necessidades e adaptações.

### **Desafios na Aplicação da Lei Brasileira de Inclusão**

Na aplicação da Lei Brasileira de Inclusão, os principais desafios citados foram a falta de estrutura física, como ausência de salas de trabalho adequadas, e a necessidade de maior colaboração de outros profissionais e docentes, além de melhorias nos espaços físicos para garantir acessibilidade conforme previsto no Estatuto da Pessoa com Deficiência.

### **Conclusões**

Os resultados do questionário indicam desafios significativos na inclusão no ensino superior, destacando a falta de profissionais especializados e a resistência em adotar plenamente as estratégias inclusivas. Apesar disso, houve avanços como a ampliação da equipe e o aumento do apoio institucional. O NAI oferece suporte essencial aos estudantes com deficiência, mas ainda enfrenta dificuldades de infraestrutura e necessita maior sensibilização e colaboração interna. Investir em recursos e capacitação é essencial para fortalecer a cultura inclusiva.

## **4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

NÚCLEO de Acessibilidade e Inclusão – NAI. Especiais. Pelotas, 2024. Disponível em: <http://www.zh.com.br/especial/index.htm>. Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016.. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13409.htm). Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm#art127](https://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm#art127). Acesso em: 12 set. 2024.



## SUBCIDADANIA DIGITAL EM JESSÉ SOUZA

VALENTINY LÜDTKE SEBAJE<sup>1</sup>;

FRANCISCO DOS SANTOS KIELING<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas – [valentinysebaje1@gmail.com](mailto:valentinysebaje1@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas – [franciscokielling@gmail.com](mailto:franciscokielling@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

Este ensaio foi pensado e desenvolvido a partir da provocação realizada na disciplina de Sociologia V, que discute cânones da sociologia brasileira, no Curso de Ciências Sociais. A proposta foi a produção de um breve exercício analítico sobre temas do Brasil contemporâneo a partir de sociólogos locais, estudados ao longo do semestre 2024/1.

A teoria da subcidadania, pensada pelo sociólogo brasileiro Jessé Souza (1960) em seu trabalho "A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica" apresenta uma nova ótica para compreender as desigualdades e exclusões na sociedade brasileira contemporânea. Souza explora como a modernidade periférica constroi categorias de cidadãos com direitos e oportunidades significativamente diferenciados, assim a subcidadania é caracterizada como pouco ou nenhum desenvolvimento de disposições sociais necessárias à vida na sociedade competitiva. O presente trabalho busca relacionar a referida tese com a manifestação da exclusão digital, um problema emergente e significativo na atualidade, refletindo sobre como a subcidadania digital pode ser vista como uma extensão das desigualdades sociais descritas por Souza.

A importância de pensar a exclusão digital à luz da teoria da subcidadania de Jessé Souza reside em variados quadros críticos que afetam a sociedade contemporânea. Esta análise não só revela as interconexões entre desigualdades digitais e sociais, mas também oferece um maior entendimento acerca dessa forma de exclusão e marginalização que afeta a vida de milhões de brasileiros.

### 2. ATIVIDADES REALIZADAS

A ideia central do texto é transpor o emergente tema da exclusão digital em relação à teoria de Jessé Souza. Durante seu trabalho, o autor analisa a subcidadania como um processo histórico e social pelo qual determinados grupos são sistematicamente excluídos dos plenos direitos de cidadania. Para Souza, a subcidadania emerge como um fenômeno estruturante da modernidade periférica, na qual a exclusão não se resume apenas a uma questão econômica, mas também política e social. A teoria enfatiza a construção social de uma hierarquia cidadã, onde a participação e o acesso a direitos são diferenciados. Na obra estudada, o autor destaca como o Estado e as instituições sociais moldam essa hierarquia através de políticas e práticas que perpetuam a marginalização de certos grupos. A subcidadania, portanto, não é uma condição estática, mas um processo dinâmico que reflete e reforça as desigualdades sociais existentes.

Conforme Souza, a construção da subcidadania está profundamente enraizada nas estruturas sociais e econômicas, que definem quem pode participar plenamente da vida cidadã e quem permanece à margem dela.

O exercício proposto consistiu na análise sociológica de um tema contemporâneo, a partir de um dos autores apresentados em aula. Decidi analisar especificamente a relação entre a teoria da subcidadania de Jessé Souza e a exclusão digital. Logo, meu objetivo foi explorar como a exclusão digital pode ser compreendida através da perspectiva da subcidadania e como essas dimensões da exclusão social estão interligadas na sociedade contemporânea. A exclusão digital é um fenômeno crescente que afeta a inclusão social e econômica de muitos indivíduos, a teoria da subcidadania pode viabilizar uma lente crítica para entender essas formas contemporâneas de marginalização.

Jessé Souza foi escolhido como o autor base para este ensaio devido à sua abordagem imensamente crítica e atual sobre as desigualdades estruturais e a construção social da subcidadania. Souza oferece uma perspectiva única sobre como as desigualdades são perpetuadas e ampliadas na modernidade periférica, o que é fundamental para compreender a exclusão digital, já que a mesma se fundamenta na exclusão social.

Na atualidade a inclusão digital se torna uma questão de grande importância, visto sua importância e suas características de promover novas formas de conhecimento, formar redes sociais de saberes, facilitar relacionamentos entre pessoas e promover a inclusão social. A exclusão digital pode ser entendida como mais uma forma de subcidadania, onde a falta de acesso e habilidade para utilizar as tecnologias digitais, para além de ter “berço” nas formas de desigualdades sociais já conhecidas, as perpetuam e as aprofundam ainda mais. A era digital trouxe consigo novas formas de participação e acesso a recursos que se tornaram essenciais para a inclusão social e econômica. No entanto, a exclusão digital impede que os indivíduos de baixa renda e/ou outros grupos marginalizados, ou seja, as pessoas que vivem às margens da sociedade informatizada, desfrutem desses recursos, exacerbando as desigualdades sociais e econômicas.

A teoria de Souza e a exclusão digital estão interligadas por um ciclo de reforço mútuo. A subcidadania, enquanto condição estrutural e histórica, cria um ambiente onde a exclusão digital é mais prevalente e severa. Por sua vez, a exclusão digital intensifica a subcidadania ao limitar o acesso a oportunidades econômicas, educativas e cívicas. Assim, a insegurança digital pode ser percebida como um fenômeno econômico e infraestrutural que impede os segmentos mais pauperizados de acessarem as redes informacionais, potencializando a exclusão social. “A marginalização permanente de grupos sociais inteiros tem a ver com a disseminação efetiva de concepções morais e políticas, que passam a funcionar como “ideias-força” nessas sociedades” (SOUZA, 2003).

Logo, a exclusão digital não apenas reflete, mas também amplia as desigualdades sociais existentes. Indivíduos excluídos digitalmente frequentemente enfrentam barreiras adicionais em outras áreas, reforçando a concepção de subcidadania e evidenciando, dessa forma, a ideia de classificados e desclassificados sociais descrita por Souza.

“No Brasil, a inclusão digital apresenta-se como um aspecto fundamental à acessibilidade de informações governamentais e empregatícias, bem como à amenização das desigualdades de oportunidades ao mundo digital em nossa sociedade, marcada fortemente pela má distribuição de renda” (HETKOWSKI,

2008). Essa má distribuição de renda contribui para a exclusão de grandes segmentos da população dos direitos e oportunidades fundamentais, resultando em uma cidadania desigual. A inclusão digital, portanto, torna-se uma ferramenta essencial não apenas para ampliar o acesso a recursos e informações, mas também para promover uma maior equidade no acesso às oportunidades digitais e na participação social.

Sendo assim, a construção social da subcidadania é reafirmada pela exclusão digital, que intensifica e sustenta a hierarquia cidadã. Grupos que já enfrentam desvantagens socioeconômicas são mais vulneráveis à exclusão digital, o que impede a mobilidade social e a plena inclusão.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hodiernamente, a inclusão e segurança digital são questões básicas à cidadania, dessa forma, a análise da exclusão digital à luz da teoria da subcidadania de Jessé Souza revela como a marginalização social e a exclusão digital são fenômenos inter-relacionados e mutuamente reforçadores. A exclusão digital não é apenas uma questão técnica ou econômica, mas também um reflexo das desigualdades estruturais que Souza descreve em sua teoria.

Tratar sobre a exclusão digital requer uma compreensão das estruturas subcidadãs subjacentes e a implementação de estratégias que vão além da mera disponibilização de tecnologia.

A subcidadania descrita por Souza se constrói e tem como foco central a exclusão física e econômica, enquanto a subcidadania digital vem com o interesse de abordar a falta de acesso a informações e serviços básicos e essenciais no mundo online. Tal qual observado, essa exclusão digital intensifica a vulnerabilidade social, limitando oportunidades no exercício da cidadania, bem como nas áreas da educação e trabalho,

É preciso reconhecer a exclusão digital como uma extensão da subcidadania e atuar para superar tanto as barreiras digitais quanto às desigualdades subjacentes que a sustentam. A falta de acesso a tecnologias digitais e à internet não é apenas uma questão técnica, mas um fenômeno social profundamente enraizado em estruturas que reforçam a desigualdade e a exclusão, fazendo parte da naturalização dessa desigualdade entre nós.

A inclusão digital vai além da democratização do acesso às tecnologias da informação, o encadeamento entre subcidadania e exclusão digital carece de formulações de políticas públicas. Tratar sobre a exclusão digital requer uma compreensão das estruturas subcidadãs subjacentes e a implementação de estratégias que vão além da mera disponibilização de tecnologia. Portanto, combater a exclusão digital é um dos fundamentos de uma cidadania na era informacional.

### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: Editora: UFMG, 2003.

HETKOWSKI, Tânia. **Políticas públicas e inclusão digital**. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOMES, Elisabeth. Exclusão digital: um problema tecnológico ou social? **Instituto de estudos do trabalho e sociedade**. Rio de Janeiro, 2002.

ALMEIDA, Lília; PAULA, Luiza. O retrato da exclusão digital na sociedade brasileira. **Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas da Informação**. UniFOA, 2005.

GROSSI, Márcia; COSTA, José; SANTOS, Ademir. A exclusão digital: o reflexo da desigualdade social no Brasil. **Nuances: estudos sobre educação**. São Paulo, 2013.

## **A INFLUÊNCIA DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR NO AMBIENTE ESCOLAR: PERSPECTIVAS DAS PROFESSORAS**

ROSANGELA KARPINSKI ODORIZZI<sup>1</sup>; FERNANDA MACHADO AZAMBUJA DE SOUZA<sup>2</sup>; LIDIANE AFFONSO DE OLIVEIRA<sup>3</sup>; SIMONE GONÇALVES DA SILVA<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – karpinskiodorizzirosangela@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – fernanda.faculda@gmail.com

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas – lidianeaffonso1504@gmail.com

<sup>4</sup>Universidade Federal de Pelotas – silva.simonegon@gmail.com

### **1. INTRODUÇÃO**

O presente trabalho foi desenvolvido na disciplina Escola, Cultura e Sociedade VII, do Curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Pelotas, que tem como objetivo estudar currículo e as teorias curriculares.

A proposta do estudo é realizar uma pesquisa relacionada ao desenvolvimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) nas escolas, seu papel e impacto na educação básica e por meio de um questionário compartilhado com professoras atuantes na educação básica. A discussão possibilita ampliar a compreensão acerca das diferentes realidades escolares com a inserção da BNCC. Para fundamentação teórica, utiliza-se: SILVA (2016) que trata da constituição do campo do currículo e suas perspectivas; VIERA e FEIJÓ (2018) apresentam reflexões sobre a BNCC como um processo de padronização e mercantilização do ensino.

### **2. ATIVIDADES REALIZADAS**

O estudo teve a intencionalidade de compreender a influência do documento da BNCC no ambiente escolar e realidade das professoras, como procede o desenvolvimento da aplicação e o funcionamento da proposta curricular nacional nas escolas, a partir da perspectiva das professoras.

Por meio da utilização de um questionário semiestruturado, contendo dezesseis questões, com perguntas relacionadas a formação inicial e continuada, tempo de profissão, atividades exercidas, disciplinas ministradas, nível da formação básica em que leciona, o que pensam das mudanças propostas pela BNCC e em relação a padronização de habilidades e competências para o desenvolvimento do ensino, a existência de possíveis contribuições de professores para o planejamento do documento e como é realizada esta contribuição.

Com a finalidade de tornar a pesquisa mais acessível foi disponibilizado um formulário digital e encaminhado para as professoras que possuímos contato. Buscamos entrar em contato com o máximo de professores/as possíveis, todavia houve dificuldade em encontrar um número superior a cinco professoras, porém consideramos satisfatória a colaboração e os dados disponibilizados pelas professoras que se dispuseram a colaborar com a pesquisa. As professoras participantes são das mais diversas áreas da educação básica e com a finalidade de preservar a identidade das mesmas foram identificadas por letras do alfabeto (A, B, C, D, E). Em relação ao tempo de atuação na escola de cada participante foram obtidos os seguintes dados: A participante “A” afirma que atua há mais de 20

anos, a participante “B” afirma que trabalha entre 15 e 20 anos, as participantes “C” e “D” atuam entre 7 a 15 anos, já a participante “E” leciona há mais de 20 anos. Ademais, foi constatado que todas as docentes lecionam na rede pública, entre elas apenas duas atuam na rede pública e privada.

Por meio das contribuições feitas pelas professoras para o desenvolvimento da nossa pesquisa, bem como os estudos teóricos realizados foi possível desenvolvermos compreensões acerca da relação da BNCC com a interação docente, suas influências e possíveis contradições no meio escolar.

Na avaliação dos resultados obtidos através do formulário foi possível analisar diferentes compreensões acerca do papel da BNCC na escola, ressaltando tanto sua relevância quanto as limitações de acordo com as perspectivas das docentes entrevistadas em relação à sua formulação e implementação. Ao responderem acerca da compreensão sobre a proposta da BNCC e das propostas curriculares do estado e do município, todas as participantes confirmaram saberem da existência do documento, mas também destacaram a falta de envolvimento na elaboração da BNCC, o que, segundo elas, impacta sua aplicação nas escolas.

Ao comentarem sobre as vantagens identificadas na proposta de um currículo nacional foram mencionadas: Segundo a participante “A” “Como principal vantagem, vejo a oportunidade de garantir que todos os estudantes tenham acesso a um conjunto de conhecimentos essenciais, independente da escola ou região do país em que estudem”, a docente “B” menciona “A vantagem é garantir que todo aluno, independentemente do local que habita, receba a oferta de conteúdos que visem a aquisição das mesmas habilidades, fornecendo uma base para que o aluno tenha continuidade no seu cronograma de estudos, mesmo se necessário mudar de região de moradia, e evitando a interferência político partidária nas decisões das habilidades a serem trabalhadas”, a professora “C” destaca que “Existem várias vantagens: dentre elas garantia do direito e aprendizagem e desenvolvimento de todos os alunos, promover a equidade educacional, possibilitando coerência do sistema educacional”, a educadora “D” comenta que “O professor ter como se seguir para dar boas aulas e com sequências para um bom ensino” e por fim a participante “E” relata que “É um instrumento importante para combater desigualdades regionais, sociais e econômicas, pois contribui para uma educação onde todos os estudantes tenham acesso aos mesmos conteúdos e desenvolvam as mesmas competências e habilidades, com igualdade equidade, além de possibilitar que os alunos, caso necessitem serem transferidos de uma escola para outra, tenham menos dificuldade de adaptação curricular”.

As respostas estão próximas com o que é defendido na BNCC. Pois, a base nacional se apresenta como um documento orientador do ensino básico brasileiro em que se pretende estabelecer as aprendizagens e competências necessárias, apresentando-se como uma ferramenta que auxilia no desenvolvimento de uma educação universal, neutra e eficiente (BRASIL, 2018).

De acordo com as respostas desenvolvidas pelas professoras é possível perceber como é unânime a concepção de que a BNCC possui como objetivo auxiliar no desenvolvimento do ensino e também busca promover uma igualdade educacional, além de definir um parâmetro de habilidades e competências que devem ser aplicadas nas escolas. As entrevistadas também concordam que o currículo nacional visa uniformizar o ensino entre as redes pública e privada, com o intuito de promover equidade educacional. Em síntese, apresenta uma padronização e homogeneização do currículo.

Ao relatarem sobre as desvantagens, as participantes destacaram: De acordo com a professora “A” “Falta de preparação e conhecimento por parte dos



professores. E também a BNCC não considera as diversidades regionais”, a docente “B” mencionou que “Uma desvantagem seriam propostas menos individualizadas por regiões, assim como, a revisão e discussão destas habilidades, por parte dos professores efetivos da educação, para análise e reorganização das mesmas a cada curto período de tempo, a ser estabelecido”, a educadora “C” apontou que “A BNCC foi elaborada em meio a conflitos políticos e sem participação social, sofrendo pressões de grupos de interesse”, a professora “D” menciona que “Algumas temáticas acho que deveriam ser melhores pensadas” e por fim a docente “E” afirma que “O documento poderia ser construído de forma mais efetivamente mais participativa”.

No entanto, por mais que as docentes façam a afirmação de que a BNCC visa garantir oportunidade e equidade no ensino há também a discussão crítica relacionada a falta de participação docente e a organização unilateral do documento. Através desta contradição analisada por meio das respectivas respostas das professoras é possível perceber como este discurso promovido pela Base de promover um ensino eficiente, igualitário e participativo não reflete a situação do ensino básico brasileiro haja vista os relatos da realidade escolar expressos pelas docentes.

Nas teorias de currículo de SILVA (2016), propõe uma visão ampla e crítica. Elas não são apenas sobre o que deve ser ensinado, mas sobre como essas escolhas refletem práticas sociais e culturais. É perceptível as disputas de poder acerca de qual o conhecimento deve ser ensinado na sociedade.

A partir dessa discussão, os autores VIEIRA e FEIJÓ (2018, p.38) destacam o aspecto da noção de competências presente na BNCC “podemos ver como elas se transformam em objetivos de aprendizagem” e de tal modo determinam o conhecimento a ser selecionado, ensinado e valorizado e como podem ser aferidos, centralmente através de avaliações internacionais. Outra questão é a “imprecisão do conceito de competência”, que desconsidera a realidade educacional brasileira e a precarização do trabalho docente. Sendo assim, “colocar o conhecimento escolar a serviço do desenvolvimento de competências é uma forma de redução dos saberes sociais à condição de simples objetos a serviço da sociedade de mercado – conhecimento como mercadoria”.

Percebemos a partir disso que para a educação voltada a lógica privada seu projeto societário está interessado na economia e focado no sucesso individual, já para a educação relacionada à concepção democrática e coletiva seu projeto societário preocupa-se com interesses de caráter social e humanizado. Portanto, cabe a reflexão sobre qual projeto a Base mais se aproxima ao definir o conhecimento necessário e útil, validado pela noção de competências.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em síntese, através da pesquisa realizada foi possível manifestar as lacunas presentes na BNCC e a sua distância da realidade dos contextos escolares apresentados. Buscamos identificar como a Base possui um caráter regulatório que visa a formação de determinados sujeitos e como sua lógica ideológica vai de encontro aos ideais empresariais que configuram a educação como um bem apto a venda, ou seja, o conhecimento como commodity suscetível a venda e compra priorizando unicamente o lucro.

Dessa forma, é perceptível como a Base é insuficiente, não condiz com a realidade escolar e suas competências não priorizam a formação de um cidadão crítico, plural e pleno diferente do discurso neutro e equitativo ao qual ela se propõe a proporcionar.

Ao fim e ao cabo, através da análise feita a partir das informações obtidas pelas professoras percebemos como se faz mais do que necessário e urgente a demanda pela construção de um documento orientador que realmente promova um sistema educacional de qualidade, responsável pela qualificação de sujeitos capacitados, ativos na sociedade e com senso crítico e social. Além disso, visualizamos que para garantir um sistema educacional comprometido com a formação plena dos sujeitos somente em uma sociedade e sistema econômico voltados a justiça social será capaz de tornar isso de fato realidade.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

VIEIRA, Jarbas Santos; FEIJÓ, José Roberto de Oliveira. **A Base Nacional Comum Curricular e o conhecimento como commodity**. Educação Unisinos, v. 22, n. 1, p. 35-43, jan.-mar. 2018.



## CAFÉ DAS GURIAS: UM ESPAÇO PARA APOIAR E FORTALECER MULHERES NA COMPUTAÇÃO

TIAGO DUARTE MACKEDANZ<sup>1</sup>; LAURA QUEVEDO JURGINA<sup>2</sup>;  
LEOMAR SOARES DA ROSA JR<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [tdmackedanz@inf.ufpel.edu.br](mailto:tdmackedanz@inf.ufpel.edu.br)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [lqjurgina@inf.ufpel.edu.br](mailto:lqjurgina@inf.ufpel.edu.br)

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas – [leomarjr@inf.ufpel.edu.br](mailto:leomarjr@inf.ufpel.edu.br)

### 1. INTRODUÇÃO

A igualdade de gênero em áreas como Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática (*STEM*) é crucial para uma sociedade mais justa e para promover a diversidade no pensamento científico. Mesmo com avanços na educação, as mulheres ainda são poucas nesses campos, especialmente em tecnologia e engenharia. Estudos no Brasil mostram que a participação feminina tem aumentado, mas lentamente, e que barreiras como estereótipos de gênero e a falta de modelos femininos em posição de liderança ainda são desafios.

A presença de professoras em cursos de tecnologia também pode ajudar a incentivar e manter as alunas nesses campos, e é importante criar ambientes acolhedores e que promovam a igualdade de gênero desde a formação de professores até o currículo escolar. O Café das Gurias é uma iniciativa que busca enfrentar essas barreiras, oferecendo um espaço de apoio para mulheres na computação, além de promover a educação e o debate sobre igualdade de gênero.

Este artigo demonstra o impacto do Café das Gurias e como ele pode ser um modelo de engajamento para melhorar a equidade de gênero no ambiente acadêmico da computação. Também aborda outras iniciativas que visam aumentar a inclusão e permanência de mulheres nos cursos de computação, destacando a importância de estratégias com um compromisso contínuo como mentoria, com a criação de grupos de apoio e encontros para criar um ambiente mais acolhedor e inclusivo.

### 2. ATIVIDADES REALIZADAS

O projeto Café das Gurias surgiu como uma iniciativa para criar um ambiente acadêmico mais acolhedor e inclusivo para mulheres nos cursos de computação. As atividades se dividem em dois tipos de encontros: os Cafés de Acolhimento, exclusivos para mulheres, e os Cafés Educativos, abertos a toda a comunidade acadêmica para discutir e promover a conscientização sobre as questões de gênero.

Os Cafés de Acolhimento são encontros que acontecem mensalmente, só para mulheres, oferecendo um espaço seguro para que elas possam compartilhar suas experiências e discutir os desafios que enfrentam na sua trajetória acadêmica. Os horários e datas são alternados para garantir que todas consigam participar pelo menos uma vez por semestre. Cada encontro começa com uma apresentação sobre um tema relevante, seguido por uma discussão aberta. Os temas são escolhidos a partir do *feedback* das participantes e das necessidades que surgem nos encontros.

Alguns dos temas discutidos nos Cafés de Acolhimento foram:

- Experiências pessoais das alunas e o descaso da universidade em casos de assédio;
- Acolhimento das novas alunas, com a presença de professoras convidadas, discutindo a dificuldade de socialização e a desigualdade de gênero;
- A falta de representação feminina em cargos de liderança, especialmente na empresa júnior da Computação, e como isso reflete no mercado de trabalho;
- Estratégias educativas para combater o machismo dentro e fora da sala de aula.

Os Cafés de Acolhimento criaram um espaço importante para que as mulheres dos cursos de Computação e Engenharia pudessem discutir as dificuldades que enfrentam, gerando ações práticas para melhorar a inclusão e o suporte.

Encontro 1: Acesso e Estímulos na Infância: O primeiro encontro destacou que muitas mulheres tiveram pouco acesso à tecnologia na infância por conta de estereótipos de gênero. Foram discutidas maneiras criativas de superar essas barreiras, como usar videogames na casa de parentes. O encontro também enfatizou a importância de expor meninas à tecnologia desde cedo e a necessidade de iniciativas nas escolas para promover a igualdade. Foi planejado um projeto de extensão com a liga de robótica para atuar nesse sentido.

Encontro 2: Superando Barreiras em STEM: No segundo encontro, discutiu-se como o ambiente de STEM, dominado por homens, pode ser intimidante para as mulheres, levando a sentimentos de isolamento. As participantes compartilharam dificuldades em se conectar com colegas homens e se sentiram frequentemente questionadas em relação às suas capacidades. Como solução, surgiu a ideia de criar um programa de “amadrinhamento” para oferecer apoio às calouras desde o início.

Encontro 3: Desafios na Empresa Júnior e no Mercado de Trabalho: O terceiro encontro focou nas experiências das mulheres na empresa júnior e no mercado de trabalho. Relatos apontaram processos seletivos desafiadores e discriminatórios, com bancas masculinas e atitudes humilhantes. Também foi mencionada a dificuldade de mulheres em chegar a cargos de liderança. Como resposta, foi redigida uma carta aberta pedindo maior representação feminina e organizado um encontro com a empresa para revisar as políticas de seleção.

Encontro 4: Confrontando o Machismo Estrutural no Ambiente Acadêmico: O quarto encontro abordou o machismo estrutural, que afeta a percepção das professoras. As estudantes relataram dificuldades em lidar com essas situações, e foi sugerido a criação de um workshop para professores, além de um workshop de liderança para mulheres, ajudando-as a se posicionar melhor.

Os Cafés Educativos são encontros abertos a todos e têm o objetivo de levar e expandir as discussões dos Cafés de Acolhimento para um público maior promovendo um ambiente de aprendizagem coletiva. Esses encontros também servem para discutir soluções e estratégias que surgiram nos encontros exclusivos para as mulheres.

Algumas das edições dos Cafés Educativos foram:

- Empresa Júnior: Discutiu a equidade de gênero e como incluir mais mulheres em posições de liderança e desenvolvimento.

- Trans Edition: Voltado em conscientizar sobre questões trans, com discussões e atividades interativas para educar a comunidade sobre as dificuldades enfrentadas por estudantes transgênero.

Os Cafés Educativos criaram um espaço importante para que toda a comunidade acadêmica da computação pudesse discutir questões de gênero, resultando em ações práticas para promover inclusão e suporte dentro e fora dos cursos de Computação e Engenharia.

Café Educativo com a Empresa Júnior: Esse encontro levou à criação de políticas mais inclusivas na empresa júnior, como a implementação de vagas afirmativas e a inclusão de mulheres nas bancas de seleção. A empresa também se comprometeu a oferecer cursos de aprimoramento para mulheres.

Café Educativo Trans Edition: O Café Trans discutiu as necessidades dos estudantes trans, abordando temas como uso de banheiros e integração acadêmica e social. Foram sugeridas ações como sinalização visual nos banheiros e a criação de um ambiente mais acolhedor para reforçar a inclusão.

Todos esses encontros são sempre acompanhados de café e lanches, criando um ambiente convidativo. Ao longo do tempo, o Café das Gurias tem sido essencial e fundamental para promover mudanças positivas e tornar o ambiente acadêmico mais justo e inclusivo.



(a)



(b)

**Figura 1:** Demonstração dos encontros do Café das Gurias.

Na Figura 1(a), o primeiro encontro focou nas experiências das alunas e na discussão sobre os desafios enfrentados no ambiente acadêmico. Na Figura 1(b), o café de recepção das ingressantes acolheu as novas alunas.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Café das Gurias, tem como objetivo tornar o ambiente dos cursos de Computação mais inclusivo e acolhedor, especialmente para mulheres e pessoas trans. Através dos encontros, a comunidade conseguiu entender melhor as necessidades desses grupos e tomar ações, mostrando como o diálogo aberto e o compromisso com a inclusão podem gerar mudanças.

Em especial, o Café Transgênero destacou a importância de criar um espaço onde as pessoas trans se sintam respeitadas e acolhidas. Esse evento, junto com outros Cafés Educativos, reforçou a necessidade de ouvir e agir sobre as questões enfrentadas por estudantes trans, fortalecendo a união da comunidade acadêmica como um todo.

É essencial que essas ações continuem. Elas não só ajudam a manter o ritmo das mudanças positivas, como também permitem que as iniciativas evoluam

com novas descobertas. Ao seguir com esse projeto, a comunidade da computação reafirma seu compromisso em oferecer um ambiente de aprendizado e crescimento para todos, independentemente do gênero. Com educação, diálogo e ações concretas, estamos construindo um futuro acadêmico que valoriza a diversidade e promove um ambiente acolhedor.

Esse projeto mostrou que, com conversas simples e ações sinceras, é possível transformar a universidade em um lugar onde todos se sintam seguros, apoiados e parte de uma comunidade inclusiva e vibrante.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCANJO, A. M. R.; DA SILVA, E. A. A.; DE LIMA, N. M. C. Rodas de conversa como instrumento para a participação de mulheres nas STEM: Relato de experiência. In: **XVII WOMEN IN INFORMATION TECHNOLOGY**, 2023, Anais... SBC, 2023. p. 440–445.

BACELO, A. P.; NUNES, C. M.; SILVEIRA, M. S. Construindo uma identidade coletiva em prol do pertencimento e permanência em cursos da área de computação. In: **XIII WOMEN IN TECHNOLOGY (WIT 2019)**, 2019, Brasil. Anais... SBC, 2019.

BEZERRA, C. I. M.; DE SOUZA MACEDO, M. A.; DE SOUSA LOPES, K. C. Fatores e dificuldades que influenciam na entrada e permanência das mulheres na área de TI. In: **XVII WOMEN IN INFORMATION TECHNOLOGY**, 2023. Anais... SBC, 2023. p. 148–158.

DA SILVA, J. B.; BRAGA, R. B.; OLIVEIRA, C. T. Estratégias para permanência e êxito de estudantes mulheres em cursos superiores de tecnologia da informação e comunicação. In: **XII WOMEN IN INFORMATION TECHNOLOGY**, 2018. Anais... SBC, 2018.

DE OLIVEIRA, R. C.; CATABRIGA, L.; ZANDONADE, E.; VALLI, A. M. P.; BOERES, M. C. S.; AGUIAR, C. Z. A influência do gênero nos cursos de computação na UFES. In: **XVII WOMEN IN INFORMATION TECHNOLOGY**, 2023. Anais... SBC, 2023. p. 25–35.

DOS SANTOS, N. D.; MARCZAK, S. Fatores de atração, evasão e permanência de mulheres nas áreas da computação. In: **XVII WOMEN IN INFORMATION TECHNOLOGY**, 2023. Anais... SBC, 2023. p. 136–147.

ERENO, L. C.; DE SOUZA, A. C.; BORDIN, A. S.; FRIGO, L. B. Acolher, apoiar e engajar: um relato de ação voltada a alunas da área de TI. In: **COMPUTER ON THE BEACH**, 14., 2023. Anais... 2023. p. 506–508.

LOPES, R.; MACIEL, B.; SOARES, D.; FIGUEIREDO, L.; CARVALHO, M. Análise e reflexões sobre a diferença de gênero na computação: podemos fazer mais? In: **XVII WOMEN IN INFORMATION TECHNOLOGY**, 2023. Anais... SBC, 2023. p. 68–79.

## **ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NOS CURSOS DE LETRAS: RELATO SOBRE O IMPACTO DAS TUTORIAS NA TRAJETÓRIA ACADÊMICA DOS ESTUDANTES**

EDIANE PEREIRA DA CUNHA<sup>1</sup>; FRANCINE NUNES DE SOUZA<sup>2</sup>; DANIELA FARIAS ALDADO<sup>3</sup>

ALINE NUNES DA CUNHA DE MEDEIROS<sup>4</sup>:

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – ediane\_pereira13@hotmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – frann\_souza7@hotmail.com

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas – danielaldo30@gmail.com

<sup>4</sup>Universidade Federal de Pelotas – alinenm@gmail.com

### **INTRODUÇÃO**

No presente trabalho, objetiva-se tecer um relato acerca das principais contribuições que puderam ser observadas no que tange ao impacto das tutorias desenvolvidas na experiência acadêmica dos tutorados atendidos. Estas observações serão voltadas tanto para a influência das práticas desenvolvidas durante a tutoria em um contexto imediato, quanto às possíveis contribuições que estas trazem para a vida do indivíduo em um contexto mais amplo.

Desse modo, percebe-se que a prática contínua das tutorias é uma atividade que impulsiona o potencial dos estudantes, seja na sua participação em sala de aula, na realização de tarefas acadêmicas, individualmente ou, até mesmo, tornando-o um indivíduo mais autônomo para o exercício de suas atividades da vida cotidiana, ou enquanto trabalhador ou cidadão. Serão, portanto, evidenciados os fatores que, inferiram-se, pela experiência até o presente momento, serem aqueles que possibilitam um rendimento satisfatório do trabalho desenvolvido como tutor.

### **ATIVIDADES REALIZADAS**

É sabido que o processo de aprendizagem, independentemente da etapa ou modalidade, é sempre permeado por fatores intrínsecos ao indivíduo, assim como por condições externas que podem incidir sobre o aprendiz de modo positivo ou negativo. Isso certamente se aplica a todos os estudantes, porém, quando trata-se de pessoas com deficiências ou transtornos, essas questões ganham mais nuances, sobretudo no ensino superior, como apontam PEREIRA & SOUZA (2019) “desafios substanciais, como a inadequação das infraestruturas físicas, a falta de materiais pedagógicos acessíveis e a insuficiência de formação dos docentes para lidar com as necessidades desses alunos” (PEREIRA & SOUZA, 2019, p. 67)

A trajetória dos alunos atendidos pelo NAI costuma ser marcada por processos de exclusão, de críticas, de dificuldades que talvez outras pessoas ao redor não compreendam; um grande empecilho para o êxito acadêmico são as barreiras atitudinais que, de acordo com MELO (2021), se manifestam através da falta de sensibilidade e do despreparo de colegas e professores para o convívio com esses estudantes. Tudo isso, muito provavelmente afete estes alunos, uma vez que o aspecto afetivo tem grande impacto na aprendizagem, segundo ANTUNES & OLIVEIRA (2020) “Sentimentos de segurança, apoio e valorização por



parte dos professores e colegas podem facilitar o desenvolvimento cognitivo, enquanto a ansiedade e o estresse tendem a inibir o aprendizado" (ANTUNES & OLIVEIRA, 2020, p. 34). Nesse contexto, o tutor acadêmico constitui-se como uma figura em quem o acadêmico sente confiança, podendo ser, a construção desta relação de confiança, o pilar mais indispensável para que todo o resto possa ser feito.

Muitas vezes foi observado, durante as tutorias que, ter um apoio, alguém com quem compartilhar suas dúvidas, dificuldades e anseios, sabendo que não seria julgado, foi muito importante. Assim como na prática docente, é primordial saber que não é em um primeiro momento que essa confiança será firmada, mas sim, ao longo do processo, que pode ser de um semestre ou mais tempo.

O tutor passa a ser visto, então, como alguém com quem o estudante conta para organizar sua rotina de estudos, pensar sobre as prioridades que devem ser mais focadas a cada semana e definir metas a longo prazo. O tutor também pode auxiliar estando em contato com os docentes, para buscar que os direitos dos alunos sejam assegurados, incentivando a participação em eventos, a busca por auxílios da PRAE, entre outras questões.

Pode-se dizer que há duas habilidades necessárias ao bom rendimento no ambiente acadêmico que têm sido impulsionadas por meio da realização das tutorias, estas habilidades serão melhor detalhadas a seguir. Uma delas não tem relação direta com o curso de Letras, mas é de extrema importância para o desempenho dentro deste curso ou de qualquer outro. Trata-se da possibilidade de instrumentalização por parte do aluno, de modo que seja capaz de utilizar a tecnologia disponível para contribuir com o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas. Nos últimos anos, no período pandêmico e pós-pandêmico, se tornou cada vez mais comum o uso de plataformas digitais onde os conteúdos são compartilhados, como o E-aula, da UFPel, e o Google Drive, por exemplo. Alguns anos atrás, era comum que os professores deixassem os materiais para que os alunos imprimissem em um xerox, o que, atualmente, praticamente não é mais realizado nos cursos de Letras.

Isso possibilita um acesso mais fácil e mais democrático por parte dos alunos, mas, para que este acesso ocorra de modo isonômico, é necessário que todos os estudantes saibam acessar e manusear as plataformas em que este conteúdo é disponibilizado. Quando as tutorias tiveram início, era comum ouvir relatos de dificuldade no acesso e manuseio dos conteúdos situados no ambiente virtual, o que acabava por comprometer a independência do estudante, uma vez que este só conseguia ter acesso aos conteúdos com o auxílio de alguém, não sendo capaz de checar as atividades e organizar seus estudos ou mesmo de realizar leituras e tarefas sozinho.

Este problema, além de afetar o estudante, prejudicava o desenvolvimento do trabalho do tutor, tendo em conta que o tempo das tutorias era quase integralmente ocupado por tarefas que o estudante poderia fazer sozinho caso conseguisse acessar os conteúdos virtualmente. Portanto, instrumentalizar o aluno para que seja capaz de, autonomamente, acessar os conteúdos de suas disciplinas, baixá-los, editá-los, responder a fóruns, criar slides e outras funcionalidades das plataformas E-aula e Google Drive, é um trabalho essencial, para o qual as tutorias têm contribuído significativamente.

A outra habilidade a ser desenvolvida, para a qual a tutoria se mostra indispensável, é no sentido de cooperar para que o aluno reflita sobre os conteúdos que aprende. Levando em conta tratar-se de alunos que, em sua maioria, estudam para atuarem como docentes, a reflexão sobre a teoria e sua associação com a



prática docente, é sempre fundamental, como destacam SILVA & MARTINS (2017)" o sucesso dessa articulação depende de uma compreensão profunda dos conteúdos teóricos e da capacidade de refletir sobre as experiências práticas, promovendo uma formação docente crítica e transformadora" (SILVA & MARTINS, 2017, p. 55).

Em razão disso, os diálogos estabelecidos durante as tutorias, além de buscarem um bom desempenho do estudante nas suas tarefas e avaliações, sempre vão ao encontro da aplicabilidade dos conceitos estudados no seu futuro fazer docente, sempre buscando o modo mais simplificado e didático possível.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Conclui-se, portanto, que, ao realizar as ações citadas, não somente de forma isolada, mas sim, em um processo contínuo, sempre inseridas em práticas significativas para o estudante, é possível obter resultados expressivos ao longo do tempo. Tais práticas contribuem para que o tutor alcance satisfação em seu trabalho, observando que o educando colherá frutos que serão importantes e, diversas áreas de sua vida, e também possibilitam que o acadêmico que é atendido enxergue seu desenvolvimento pessoal, fortalecendo sua autoconfiança, fator que atua em favor de sua permanência e êxito estudantis.

### **REFERÊNCIAS**

Antunes, P. R., & Oliveira, L. S. (2020). **A influência dos fatores afetivos no processo de ensino-aprendizagem: Um olhar sobre o contexto escolar.** *Psicologia Escolar e Educacional*, 24(2), 30-45.

Melo, J. R. (2021). **Barreiras atitudinais e suas implicações no acesso à educação superior por estudantes com deficiência.** *Revista Brasileira de Educação Especial*, 27(1), 43-57.

Pereira, M. F., & Souza, L. A. (2019). **Inclusão e acessibilidade no ensino superior: Desafios enfrentados por alunos com deficiência.** *Revista de Educação Contemporânea*, 14(2), 62-75.

Silva, C. R., & Martins, P. S. (2017). **Formação docente: A difícil integração entre teoria e prática no cotidiano escolar.** *Educação em Debate*, 39(2), 50-65.

## TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: ESTRATÉGIAS PARA A INSERÇÃO E A PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS

RACHEL CAMPOS ALBAINI DA SILVA<sup>1</sup>; ALINE NUNES DA CUNHA MEDEIROS<sup>2</sup>:

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas (UFPEl) – [rachelalbaini@hotmail.com](mailto:rachelalbaini@hotmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas (UFPEl) – [aline.medeiros@ufpel.edu.br](mailto:aline.medeiros@ufpel.edu.br)

### 1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo investigar como é feita a inserção de indivíduos dentro do Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ensino superior e quais abordagens são necessárias para a permanência integral desses sujeitos na Universidade Federal de Pelotas (UFPEl).

A Associação Americana de Psiquiatria (APA) publicou, em 18 de março de 2022, a quinta edição revisada do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais, o DSM-5-TR. Conforme essa nova edição, para que um indivíduo seja diagnosticado com Transtorno do Espectro Autista, é necessário que apresente as seguintes características desde os primeiros estágios do desenvolvimento:

O transtorno do espectro autista caracteriza-se por déficits persistentes na comunicação e na interação sociais em múltiplos contextos, incluindo déficits em reciprocidade social, em comportamentos não verbais de comunicação usados para interação social e em habilidades para desenvolver, manter e compreender relacionamentos. Além dos déficits na comunicação social, o diagnóstico de transtorno do espectro autista requer a presença de padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. (p.35)

Posto isto, compreende-se que indivíduos dentro do Transtorno do Espectro Autista podem apresentar dificuldades em relação à inserção no ensino superior, assim como na sua permanência no ambiente acadêmico.

Com base nessas informações, este estudo visa investigar como é feita a inserção desses sujeitos na Universidade Federal de Pelotas (UFPEl), bem como analisar os desafios encontrados por essas pessoas no ensino superior e abordagens eficazes que podem ser utilizadas para a permanência dos mesmos na universidade.

Para isso, utilizou-se o uso do questionário como ferramenta metodológica. Essa técnica possibilitou compreender, de forma mais detalhada, as percepções dos indivíduos pertencentes à comunidade autista da Universidade Federal de Pelotas quanto à sua inserção na instituição e às condições de sua permanência, permitindo investigar os desafios que enfrentam e os fatores que podem contribuir para sua inclusão dentro da universidade.

### 2. ATIVIDADES REALIZADAS

Para o desenvolvimento desta pesquisa, um questionário foi disponibilizado no dia 23 de setembro de 2024 e permaneceu aberto até o dia 03 de outubro do mesmo ano, obtendo respostas de oito participantes no total. Com o intuito de compreender o funcionamento da inserção e da permanência de discentes autistas na Universidade Federal de Pelotas, desenvolvi as seguintes questões:

A) Como você avalia a forma como os professores lidam com as suas necessidades de suporte?; B) Quais foram os maiores desafios que você enfrentou no início da sua jornada acadêmica?; O que a universidade poderia fazer para melhorar sua experiência acadêmica e pessoal?; C) Você acredita que a universidade está fazendo o suficiente para incluir pessoas autistas?; D) Se você pudesse sugerir alguma mudança para melhorar a inclusão de estudantes autistas no ensino superior, qual seria e por quê?; E) Que conselho você daria a outros estudantes autistas que estão começando a jornada universitária? F) Há algo mais sobre sua experiência universitária que você gostaria de compartilhar?

Na primeira questão, os discentes expressaram diferentes percepções sobre como os professores lidam com suas necessidades de suporte. Enquanto alguns afirmaram que a compreensão por parte dos professores é limitada e que a luta por reconhecimento e suporte é diária, outros destacaram que a resposta varia de acordo com o professor, com alguns sendo pacientes e compreensivos, enquanto outros demonstram intolerância e falta de preparo. Alguns estudantes relataram que, mesmo enviando laudos sobre suas deficiências, não houve mudanças no suporte recebido e que muitos docentes sequer abordam o assunto em sala de aula. Há também menções a esforços isolados de alguns professores em tentar compreender as formas de aprendizagem dos alunos, mas a impressão geral é de que o apoio é insuficiente e irregular, resultando em experiências negativas para alguns discentes.

Os resultados obtidos na segunda questão revelam desafios relacionados à atenção, adaptação social e interação acadêmica. Os participantes mencionaram dificuldades em manter a atenção e lidar com a ignorância, desconforto ao falar em público e ao se apresentar, adaptação às exigências e situações sociais, além de problemas de interação com colegas e relações interpessoais. Também houve destaque para dificuldades na escrita, especialmente durante as crises de *shutdown*<sup>1</sup>, sobrecarga causada por longas horas de aula e dificuldades em se ambientar com muitas pessoas, apontando falta de suporte e adaptação por parte de professores e colegas.

A resposta à terceira questão destaca a necessidade de compreender as dificuldades individuais, evitando forçar atividades que causem desconforto, como falar espontaneamente em público. Sugere-se maior humanização no ensino, métodos alternativos de avaliação que reduzam a exposição, flexibilidade na frequência às aulas e suporte para que professores lidem melhor com as diferenças. Há também um apelo por capacitação obrigatória do corpo docente e técnico-administrativo em relação ao atendimento de pessoas no espectro autista, além de um combate ao preconceito sobre a suposta incapacidade desses estudantes.

Na quarta questão, as respostas dos participantes indicam opiniões variadas sobre o apoio do NAI (Núcleo de Acessibilidade e Inclusão). Alguns afirmam que o núcleo está no caminho certo, mas ainda há necessidade de melhorias, especialmente no suporte para estudantes autistas, que sentem falta de assistência adequada. Outros mencionam que os funcionários muitas vezes não estão disponíveis e criticam a falta de organização nas atividades dos grupos de apoio. Por outro lado, alguns consideram o suporte satisfatório, afirmando que recebem o auxílio necessário quando enfrentam problemas.

---

<sup>1</sup> *Shutdown*, do inglês “desligar”, refere-se a uma sobrecarga sensorial e emocional que ocorre em pessoas autistas.

Em resposta à quinta questão, os participantes sugeriram a necessidade de promover palestras para pessoas neurotípicas<sup>2</sup> com o objetivo de desmistificar o Transtorno do Espectro Autista e combater a ideia de que todas as pessoas autistas são iguais. Destacaram a importância de os professores lerem o Documento de Orientação Pedagógica (DOP) e serem compreensivos, bem como a adaptação de provas e metodologias, prevista por lei<sup>3</sup>, mas muitas vezes negligenciada. Propuseram um mapeamento e apoio efetivo aos autistas universitários, além da criação de planos de ensino individualizados que considerem prazos e avaliações flexíveis, métodos de ensino diversos e apoio de docentes. A capacitação de professores e técnicos foi reiterada para evitar posturas capacitistas, assim como a adaptação de materiais e ambientes mais tranquilos para facilitar o aprendizado e inclusão de alunos autistas no ambiente acadêmico.

As respostas, nesta sexta questão, destacam a importância de buscar apoio no ambiente acadêmico, apesar das dificuldades que podem ser encontradas no percurso. Os discentes encorajam a honestidade e a sinceridade ao lidar com docentes e a busca ativa por direitos e suporte, pois acreditam que esse amparo raramente surge de forma espontânea. Também enfatizam a resiliência e a perseverança, sugerindo que é fundamental não desistir dos próprios sonhos e agir no próprio ritmo, sem se comparar com pessoas neurotípicas. O ambiente universitário pode ser hostil e exigir adaptação, mas acreditam que, com o apoio da instituição, é possível superar as dificuldades e contribuir para um espaço acadêmico mais inclusivo.

Por fim, na sétima questão, sendo a única opcional, a experiência de uma estudante revela o impacto do preconceito no ambiente acadêmico, destacando uma professora que, ao afirmar que "autismo tem cura", contribuiu para a frustração e a sensação de exclusão. A estudante manifestou sua frustração por ser culpada por questões que não são de sua responsabilidade e anseia por um futuro em que educadores e alunos demonstrem mais compreensão e empatia. Após quatro anos na universidade, ela se sente mais incluída e agradecida pelo apoio recebido, especialmente da equipe de psicologia. Contudo, ela ressalta que, apesar das conquistas, enfrentou dificuldades significativas, como crises desencadeadas por colegas que não respeitam seus limites, enfatizando a importância de uma maior conscientização e respeito à diversidade, especialmente entre futuros educadores.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Por conseguinte, evidencia-se que os resultados desta pesquisa demonstram a necessidade de maior sensibilização e capacitação do corpo docente e administrativo para atender às necessidades dos estudantes autistas de forma adequada e inclusiva. Embora existam iniciativas pontuais de apoio, a experiência acadêmica desses discentes ainda é marcada por inconsistências e falta de compreensão das suas necessidades específicas de suporte. Nesse contexto, é imprescindível o desenvolvimento de políticas institucionais, que promovam práticas pedagógicas inclusivas, ambientes acessíveis e um suporte

---

<sup>2</sup> Pessoas neurotípicas são aquelas que não são diagnosticadas com transtornos do neurodesenvolvimento, como o Transtorno do Espectro Autista, por exemplo.

<sup>3</sup> Ver sobre a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012)

contínuo, visando assegurar a permanência e o sucesso acadêmico desses estudantes no ensino superior.

#### **4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. **DSM-5-TR**: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais. 5 Ed. Rev. Porto Alegre: Artmed, 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília: Presidência da República, [2012]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12764.htm). Acesso em: 29 jul. 2024.

BARON-COHEN, S. **Autism and Asperger Syndrome**. 1. ed. Oxford: Oxford University Press, 2008.

## ALÉM DE ADA LOVELACE: AS MULHERES PIONEIRAS NAS CIÊNCIAS EXATAS COMO INSPIRAÇÃO PARA AS FUTURAS GERAÇÕES

EDUARDA PEREIRA MEDEIROS<sup>1</sup>; LAURA QUEVEDO JURGINA<sup>2</sup>;  
LEOMAR SOARES DA ROSA JUNIOR<sup>3</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [epmedeiros@inf.ufpel.edu.br](mailto:epmedeiros@inf.ufpel.edu.br)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [lqjurgina@inf.ufpel.edu.br](mailto:lqjurgina@inf.ufpel.edu.br)

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas – [leomarjr@inf.ufpel.edu.br](mailto:leomarjr@inf.ufpel.edu.br)

### 1. INTRODUÇÃO

A participação das mulheres nas ciências sempre existiu, no entanto, sofreu uma forte resistência. O conhecimento produzido por mulheres não era considerado científico, tendo em consideração que estas eram proibidas, inclusive, de frequentar faculdades (CARVALHO, 2011). As mulheres foram responsáveis por muitos avanços científicos importantes, mas a tentativa de censurá-las gerou consequências que perduram até os dias de hoje.

Em 2023, o grupo STEM Women divulgou estatísticas que mostram a participação feminina nas ciências exatas. Atualmente, as mulheres representam apenas 31% dos alunos dos cursos de STEM (Ciência, tecnologia, engenharia e matemática), e mais especificamente, apenas 23% dos alunos de Ciência da Computação. Apesar de a porcentagem ter aumentado se comparada com os últimos anos, existe um longo caminho a ser percorrido para que a distribuição dos alunos por gênero seja considerada equiparada.

Um estudo brasileiro de SOUZA (2021) analisa as circunstâncias que levam as mulheres a serem a minoria nas áreas STEM. Uma observação feita é que as meninas, quando se destacam em uma disciplina, são consideradas esforçadas, enquanto os meninos são considerados brilhantes. A contestação da capacidade das mulheres ocorre constantemente através de questionamentos incisivos para que provem o conhecimento que têm, o que não ocorre com os homens.

O estudo de MORAES (2022) detalha a árdua trajetória das mulheres até serem consideradas aptas a ocupar cargos significativos. A consequente insegurança relacionada à própria capacidade é perceptível na realidade atual das estudantes de computação, que sofrem com a falta de exemplos de outras mulheres bem sucedidas no cotidiano.

Como uma maneira de mapear os motivos que afastam as mulheres das áreas de STEM e buscar maneiras de reverter esse fenômeno, muitas iniciativas surgiram para estimular a presença feminina nas ciências exatas. O estudo de MENEZES (2021) investiga as razões pelas quais há disparidade de gênero nos cursos de Computação e reúne ações que incentivam mulheres a permanecerem na área em uma revisão sistemática da literatura. Notou-se que a falta de representatividade feminina foi um ponto que se destacou como desmotivador para as meninas, que não se enxergavam no ramo. Além disso, a dificuldade com matemática é um problema frequentemente relatado que estimula a desistência das discentes devido à falta de esperança em progredir.

Na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), o projeto “Gurias da Comp” se destaca por incentivar a permanência das alunas dos cursos de Ciência e Engenharia da Computação através de ações afirmativas. São promovidos eventos mensais denominados “Café das Gurias”, onde o ambiente acolhedor



permite a formação de uma rede de apoio às mulheres que podem compartilhar suas experiências a fim de combater as dificuldades que se apresentam ao longo da jornada acadêmica.

Com o objetivo de exaltar mulheres que se destacaram no campo das ciências exatas, expondo suas trajetórias e contribuições nas respectivas áreas de atuação, o “Gurias da Comp” promoveu uma nova iniciativa chamada “Além de Ada Lovelace” para inspirar as discentes dos cursos de computação da UFPel.

O “Além de Ada Lovelace” surgiu como uma série de vídeos e posts no Instagram que divulgam figuras históricas femininas, professoras e alunas da universidade que podem servir de exemplo para as futuras cientistas e engenheiras em formação. A ideia surgiu como uma forma de fomentar a ideia de que as mulheres são capazes de serem bem sucedidas em suas carreiras, consequentemente desconstruindo o estereótipo de que a atuação nas áreas da das ciências exatas deve ser exclusivamente masculina.

## **2. ATIVIDADES REALIZADAS**

Os vídeos produzidos para o “Além da Ada Lovelace” foram roteirizados, gravados e editados pela organização do projeto “Gurias da Comp”. Nos vídeos em que eram apresentadas professoras e alunas dos cursos de Ciência e Engenharia da Computação, as participantes eram convidadas a contar um pouco de suas histórias, conquistas e ramos de pesquisa atuais.

Em outro formato de vídeo, também foram apresentadas figuras históricas que marcaram a história da computação ou das ciências exatas em geral com suas contribuições. Uma integrante das “Gurias da Comp” narra cada vídeo, contando a trajetória das mulheres escolhidas, o que inclui o motivo pelo qual escolheram trabalhar na área, as dificuldades que enfrentaram e os resultados do empenho para persistir com seus objetivos.

Para cada vídeo, um roteiro era elaborado para apresentar a narrativa cronologicamente, contendo os marcos mais importantes, e narrado de uma forma calorosa para captar a atenção do espectador. Nos vídeos em que as mulheres históricas eram as protagonistas, a imagem de uma aluna da computação como a narradora traz um sentimento de proximidade para que a ideia do sucesso pareça menos distante.

A edição dos vídeos foi feita com o objetivo de torná-los atrativos e divertidos. Figuras, desenhos e textos ilustrativos aparecem conforme as falas da apresentadora para manter a atenção do espectador. A duração dos vídeos varia de 1,5 a 3 minutos e busca otimizar esse tempo para que o conteúdo seja informativo e, ao mesmo tempo, descontraído.

A Tabela 1 apresenta uma lista dos vídeos publicados, informando qual foi a protagonista do vídeo em questão, uma breve descrição do seu conteúdo, o número de visualizações e a data de publicação no perfil do projeto no Instagram.

Protagonista	Visualizações	Data de publicação	Conteúdo
Aluna de Doutorado	1863	19/02/2024	Doutoranda em Ciência da Computação, focando em Microeletrônica.
Dorothy Vaughan	3820	22/02/2024	Dorothy Vaughan, pioneira na NASA e especialista em FORTRAN.
Professora 1	2629	26/02/2024	Formação e pesquisa da Professora que trabalha com sistemas Ciberfísicos
Aluna de Graduação 1	2248	28/02/2024	Trajetória e pesquisa em Processamento de Linguagem Natural
Bárbara Liskov	6605	04/03/2024	Trajetória e contribuições de Barbara Liskov à programação orientada a objetos
Professora 2	2696	06/03/2024	Trajetória e pesquisa em Fundamentos da Computação e Pensamento Computacional
Aluna de Graduação 2	1198	11/03/2024	Trajetória e Pesquisa de uma aluna de graduação em Pensamento Computacional
Professora 3	2548	16/07/2024	Trajetória e pesquisa em Pensamento Computacional e Gramática de Grafos.
Radia Joy Perlman	2977	24/08/2024	Trajetória e protocolos de rede desenvolvidos por Radia, a "mãe da internet".

**Tabela 1: Vídeos publicados no Instagram do projeto**

Em conjunto com os vídeos, foram elaborados posts informativos para difundir amplamente os ícones femininos e algumas de suas contribuições. Contendo de 4 a 10 lâminas informativas, foram divulgados 11 posts sobre a história e as conquistas de mulheres inspiradoras na computação, os quais foram preparados pelas integrantes do “Gurias da Comp”. Ademais, outros 2 posts foram publicados para explicar o que é o FORTRAN, a contribuição da matemática Dorothy Vaughan, e o Pensamento Computacional, área de pesquisa de algumas professoras e alunas da UFPEL.

Ao fim de cada post, um convite para que as espectadoras busquem mais informações por conta própria é incluído. Apesar da tentativa de mostrar uma parte da trajetória de cada mulher de modo suficiente a inspirar outras, há marcos e detalhes de cada história que não puderam ser explorados por completo. Os posts foram elaborados de modo a informar e também provocar a curiosidade das meninas, usando visuais e textos propícios para provocar a reflexão.

A Tabela 2 lista todos os posts lançados até o momento no Instagram.

Assunto	Conteúdo	Data de publicação
FORTRAN	FORTRAN, o que é e a contribuição de Dorothy.	24/02/2024
Angélica Ross	Ativismo de Angélica Ross e impacto na tecnologia.	29/02/2024
Pensamento computacional	Relevância do Pensamento Computacional na educação e tecnologia.	13/03/2024
Grace Hopper	Contribuições de Grace Hopper, a fundadora do COBOL.	01/04/2024
Nina da Hora	Ideais e conquistas da hacker antirracista Nina da Hora.	03/04/2024
Joana Hoffman	Carreira da cientista Joana Hoffman, participante do projeto Macintosh.	19/04/2024
Jean Sammet	Trajetória de Jean Sammet, criadora da linguagem FORMAC.	24/04/2024
Susan Kare	Marcos da designer gráfica que atuou na Apple e no Pinterest.	29/04/2024
Valerie Thomas	Invenções e sucesso da engenheira da NASA Valerie Thomas.	10/06/2024
Karen Sparck Jones	Impacto da criação da cientista Karen Jones, a "Frequência Inversa do Termo".	14/04/2024
Frances Allen	Apresentação da primeira mulher a trabalhar na IBM e ganhar o Prêmio Turing.	10/07/2024
Katie Bouman	História da líder da equipe que capturou a primeira imagem de um buraco negro.	15/07/2024
Margaret Heafield Hamilton	Contribuições da cientista que originou o termo "Engenharia de Software".	07/08/2024

**Tabela 2: Posts divulgados no Instagram do projeto**

No total, entre o dia 19 de fevereiro e o dia 24 de agosto de 2024, foram publicados 9 vídeos e 13 posts no perfil do projeto. O “Além de Ada” é uma iniciativa em andamento, ou seja, novos conteúdos serão produzidos e divulgados para dar continuidade ao processo de empoderamento feminino das discentes dos cursos de computação.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A iniciativa foi bem recebida entre o público, contando com números consideravelmente altos de visualizações, além de outras formas de engajamento, como os comentários e os compartilhamentos. A oscilação entre a

apresentação de figuras históricas, que tiveram um grande impacto na história da tecnologia, e professoras e alunas, figuras familiares que ainda estão construindo suas trajetórias, demonstrou ser eficaz para estimular tanto o desejo de conquistar o sucesso quanto a resiliência com os empecilhos que podem surgir e devem ser superados.

O “Além de Ada Lovelace” teve o papel de divulgar os feitos de mulheres talentosas ao público em geral, conferindo a elas o mérito do esforço e da dedicação ao longo de suas brilhantes carreiras e simultaneamente inspirou meninas e mulheres a sonharem, e mais que isso, acreditarem no próprio potencial. Além disso, a inclusão de figuras não históricas reafirmou a ideia de que não há necessidade de mudar a história para ser considerada bem sucedida e servir de exemplo para outras pessoas.

O projeto “Gurias da Comp” visa encorajar o público acadêmico feminino a persistir, enfrentar as dificuldades e, principalmente, a acreditar em si. Com o “Além de Ada Lovelace” e outras abordagens em desenvolvimento, a união entre as discentes irá seguir inspirando novas gerações a buscarem seus lugares na STEM, tendo em mente que a determinação é que torna uma mulher extraordinária.

Futuramente, o projeto pretende colocar em prática outras iniciativas, como a representação de situações constrangedoras que algumas discentes da computação enfrentaram através de encenações, visando a conscientização de alunos e professores, e a divulgação de posts que informem sobre conceitos tecnológicos simples e avançados a fim de facilitar o alcance de meninas a essas informações para que elas se sintam mais incluídas na área. Ademais, as ações afirmativas como o “Além de Ada Lovelace” serão atualizadas regularmente para alcançar cada vez mais o público-alvo.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, M. G.; CASAGRANDE, L. S. Mulheres e Ciência: Desafios e Conquistas. **R. Inter. Interdisc. INTERthesis**, Florianópolis, v.8, n.2, p. 20-35, 2011.

STEM Women. **Women In STEM Statistics: Progress and Challenges**. STEM Women, Austrália, 30 ago. 2023. Statistics & Reports. Acessado em 16 de setembro de 2024. Online. Disponível em: <https://www.stemwomen.com/women-in-stem-statistics-progress-and-challenges>

SOUZA, J. B.; LOGUERCIO, R. Q. Fome de quê? A [in]visibilidade de meninas e mulheres interditadas de atuarem na Educação das áreas Exatas. **Ciência & Educação**, Bauru, v.27, p.1-17, 2021.

MORAES, M. G. DE.; DE MORAES, M. G.; BIONDO, U. L. R. Ciência Livre: contribuições das mulheres para a Computação. **Congresso Latino-Americano de Software Livre e Tecnologias Abertas**, Paraná, v.19, p.153-156, 2022.

MENEZES, S. K. O.; Dos SANTOS, M. D. F. Gênero na Educação em Computação no Brasil e o Ingresso de Meninas na Área - uma Revisão Sistemática da Literatura. **Revista Brasileira de Informática na Educação**, Brasil, v.29, p.456-484, 2021.

## **DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS TUTORES DO NÚCLEO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO (NAI), PARA MELHOR AUXILIAR SEUS TUTORANDOS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS.**

BRENDA MARQUES MOREIRA<sup>1</sup>; LUCIELE DOS SANTOS OLIVEIRA<sup>2</sup>,

ALINE NUNES DA CUNHA DE MEDEIROS<sup>3</sup>.

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [brendaestudosvet@gmail.com](mailto:brendaestudosvet@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [lucielesantos54@hotmail.com](mailto:lucielesantos54@hotmail.com)

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas – [alinencm@gmail.com](mailto:alinencm@gmail.com)

### **1. INTRODUÇÃO**

O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), inaugurado em 15 de agosto de 2008, na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), atua com ações e políticas de inclusão no ensino superior, buscando a permanência e qualidade no ensino dos estudantes que ingressaram por cotas que passaram por processo seletivo e são pessoas com deficiência ou Transtorno do Espectro Autista e, também atende acadêmicos (as) que ingressam por ampla concorrência, mas que são sujeitos de direito. Através de suas políticas e ações o NAI tem a intenção de proporcionar aos estudantes com deficiência um ensino que esteja acessível e pensado para as suas especificidades, fazendo com que os estudantes sintam-se acolhidos e pertencentes ao curso. Nesse sentido, o NAI busca minimizar eventuais dificuldades enfrentadas pelo público, combatendo desafios que se impõem ao longo da jornada acadêmica e tendo como foco o êxito do sujeito, que culmina na esperada formatura, momento sonhado pela maioria dos (as) acadêmicos (as) da UFPEL.

O direito à inclusão e acessibilidade para pessoas com deficiência, assegurado pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), busca garantir que o percurso acadêmico seja o mais acessível e inclusivo possível. O objetivo é proporcionar suporte contínuo para que os estudantes atípicos possam superar barreiras, concluindo a graduação e tornando-se profissionais capacitados e bem preparados para o mundo do trabalho. Esse suporte vai além do acesso à universidade, estendendo-se à permanência e ao sucesso desses alunos, promovendo uma formação de qualidade que os prepare para a vida profissional e para o exercício pleno da cidadania.

### **2. ATIVIDADES REALIZADAS**

Na busca por estratégias que colaborem na perspectiva da permanência foi desenvolvido em 2017, o Programa de tutorias do NAI. As tutorias representam uma das diversas políticas e ações realizadas pelo núcleo e tem o intuito de auxiliar o aluno com deficiência que necessita de um reforço no percurso acadêmico. Não são todos os estudantes acompanhados pelo NAI que possuem tutores, atualmente o núcleo acompanha 294 estudantes e menos de 1/3 possui tutores (as). O NAI atualmente conta com 40 tutores (as) e as tutorias são realizadas por alunos (as)

bolsistas (com dedicação de 20 horas e remuneração de R\$700,00) ou voluntários (dedicação de 10 horas e sem remuneração) que estejam cursando graduação (bacharelado ou licenciatura) na UFPEL. O bolsista/voluntário é selecionado pelo NAI, através de um processo seletivo que se dá via edital, com recebimento de documentos e análise de uma banca e, após a seleção do tutor, é realizado um acolhimento com todos os escolhidos (as), passado várias instruções, na qual apresenta-se a equipe do NAI e é informado como se dá a rotina de atendimentos.

O estudante é orientado a identificar-se ao seu tutorando (aluno que compõe o público do NAI), explicando as suas funções e colocando-se à disposição para fixar o conteúdo e organizar a agenda acadêmica, combina-se os horários disponíveis, o local em que ocorrerá a tutoria e como se dará a assistência (presencial ou remota). Se presencial, os alunos devem dirigir-se a espaços acadêmicos da universidade (salas, biblioteca), jamais em locais particulares (casa do estudante). Uma dificuldade observada desde o início das tutorias refere-se a diferença de origem dos cursos dos tutores e tutorados, por vezes, as áreas de saber são diametralmente opostas, e isso ocasiona dificuldades, é necessário um esforço ainda maior do tutor que se vê confuso em como melhor ajudar seu tutorando. Outro ponto a destacar refere à resistência por parte de alguns dos professores em atuar ao encontro do documento orientador pedagógico, uma das hipóteses que gera a dificuldade está em desconhecer metodologias, avaliações e modelo de aula no viés do Desenho Universal da Aprendizagem, seja porque não tiveram uma formação ou por desinteresse em aprofundar saberes neste tópico. Como consequência, não entendem as necessidades dos tutorados e não seguem o documento. Importante destacar que cada um dos discentes atendidos pelo NAI tem um plano de ensino individual, elaborado por uma psicopedagoga com estratégias de ensino que versam sobre as necessidades específicas desses sujeitos. Outro obstáculo é a negação desse auxílio por parte do tutorando, que entende que não precisa dessa ajuda, apesar de sinalizar essa necessidade ao NAI. Ultrapassar essa resistência inicial é um desafio porque não há muito o que fazer se o estudante não está aberto ao auxílio. Além das tutorias, os estudantes acompanhados pelo NAI contam eventualmente com profissional da área da Psicologia e, permanentemente, com psicopedagogas durante a graduação.

Juntamente com o psicólogo e com a psicopedagoga do tutorando, o tutor se mantém em contato mediando o processo de aprendizagem para assim contribuir melhor com as necessidades e anseios deste (a) aluno (a). Ingressar no ambiente universitário traz muitos desafios frente à dimensão que envolve a estrutura da universidade, sua imponentia é perceptível nos inúmeros prédios, distribuídos em locais distantes, até mesmo em municípios diferentes (Capão do Leão), envolve conhecimento a priori, tais como a necessidade de saber deslocar-se com a utilização do ônibus de apoio, ir nas bibliotecas, acessar o restaurante universitário, compreender os benefícios que faz jus e como solicitá-los, tudo isso demanda autonomia e tomada de decisões. Em uma experiência anterior do ensino médio, isso centraliza-se na escola. A tutoria não é obrigatória dentro das ações do NAI, mas o tutor deve-se manter sempre à disposição de seu tutorando mesmo que ele não queira este suporte oferecido pelo núcleo, pois o mesmo poderá mudar de decisão e contar com o apoio desse agente.



### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As diferentes formas de acolhimento e inclusão oferecidas pelo NAI são muito importantes para os alunos com deficiência e transtorno do espectro autista e altas habilidades, mas o caminho é cheio de espinhos, pois à medida que as dificuldades aparecem, impõem-se a necessidade de resolvê-las, sempre respeitando as diversidades de todos (as) alunos (as) da UFPEL, só assim se construirá bases de apoio sólidas e resistentes. Não há uma fórmula única e padronizada, pois cada discente é um e aprende de uma forma. Entre as dificuldades podemos destacar as barreiras comunicacionais, atitudinais, pedagógicas, de infraestrutura, entre outras.

A graduação deve ser um espaço de conhecimento, troca de saberes e acolhimento e essa construção vem sendo pensada e aprimorada desde os primeiros alunos oriundos do sistema de cotas de ações afirmativas até os dias atuais e continuará persistindo e sendo aperfeiçoada para os futuros discentes. Cabe ressaltar que esse é um dos compromissos assumidos pela universidade no tocante a proporcionar uma boa experiência acadêmica e formação adequada. O NAI e as tutorias simbolizam essa mobilização na mediação do ensino, portanto, concluímos a importância de programas e políticas que visem a atender discentes com deficiência e transtornos do espectro autista e altas habilidades e superdotação, identificando as suas necessidades e buscando maneiras de saná-las durante a sua permanência na instituição.

O NAI é um núcleo que está sempre disposto em ajudar e acolher seus tutores e tutorados (a), buscando proporcionar para ambos uma boa experiência acadêmica dentro da universidade. Além do papel que exerce com os discentes também atua na formação dos servidores, terceirizados e com os cuidadores. Embora em número menor, também auxilia os servidores com deficiência na instituição.

### **4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

**MOLON CASTANHO, Denise; NAPOLEÃO FREITAS,** Soraia. Inclusão e prática docente no ensino superior. Revista Educação Especial, v. 27, p. 1-4, 2006.

Disponível em:

<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=313127397007>. Acesso em: 04 out. 2024.

**SANTOS, Mônica Pereira dos.** O papel do ensino superior na proposta de uma educação inclusiva. Revista Movimento, v. 7, p. 78-91, mai. 2003. Disponível em:

<http://www.seer.uff.br/index.php/movimento/article/view/375>. Acesso em: 12 set. 2024.

**EQUIPE NAI – Núcleo de Acessibilidade e Inclusão.** Sobre o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão. 2024. Monografia (Especialização em Acessibilidade e Inclusão) – **Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, Universidade Federal de Pelotas**. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nai/sobreonucleo/>. Acesso em: 20 set. 2024.



**BRASIL.** Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. (Série Legislação; n. 200). Disponível em: [http://www.camara.leg.br/editora] (http://www.camara.leg.br/editora). Acesso em: 1 out.

## **DIVERSIDADE EM FOCO, UMA PROPOSTA DE SÉRIE ANIMADA**

EDUARDA LAMEGO GUERRA<sup>1</sup>;

ALINE NUNES DA CUNHA DE MEDEIROS<sup>2</sup>:

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [eduardalamegoguerra@gmail.com](mailto:eduardalamegoguerra@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [alinenm@gmail.com](mailto:alinenm@gmail.com)

### **1. INTRODUÇÃO**

No meio acadêmico, a acessibilidade e a inclusão são essenciais para garantir que todos os estudantes, independente de suas limitações ou diferenças, tenham as mesmas oportunidades de aprendizado e participação. Nesse contexto, surge a ideia de um produto audiovisual com o objetivo de informar de maneira divertida e criativa, tópicos essenciais sobre diversidade e inclusão, trazendo discussões importantes, dicas sobre acessibilidade, terminologias corretas e serviços oferecidos para inclusão no âmbito das universidades. O projeto foi desenvolvido pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), em conjunto com o curso de Cinema de Animação da UFPEL, e conta, até o presente momento, com um episódio piloto completo para introdução da série.

Como forma de introduzir o projeto, e já falar sobre um dos tópicos de maior importância dentro da sociedade, o episódio piloto traz o assunto capacitismo como pauta, explicando o significado do termo e sua presença no dia a dia de pessoas com deficiências. Durante o episódio, o público é apresentado à personagem Isis, uma amiga virtual do NAI, que atua como um guia nessa discussão. Além de Isis, o projeto visa, em episódios futuros, trazer novos personagens, representando outros núcleos da UFPEL, como o Núcleo de Ações Afirmativas (NUAAD) e o Núcleo de Gênero e Diversidade (NUGEN), com o objetivo de trazer para a discussão temas relevantes como ações afirmativas e questões de gênero e diversidade. A série busca, assim, informar o público e fomentar a inclusão no ambiente acadêmico, apresentando o NAI, seu trabalho no acompanhamento dentro da universidade e serviços oferecidos a estudantes com deficiências, além de aumentar o conhecimento sobre inclusão e diversidade dos estudantes, considerando terminologias adequadas para uma sociedade mais acessível e inclusiva a todos.

Neste artigo, será explorado o processo criativo por trás da construção desse episódio piloto, desde a elaboração do roteiro, passando pela criação da personagem, até a gravação das vozes, animação e edição final. Cada etapa teve um papel fundamental para a materialização de uma obra que visa educar e conscientizar sobre acessibilidade e inclusão, visando um melhor convívio no meio acadêmico.

### **2. ATIVIDADES REALIZADAS**

O desenvolvimento do episódio piloto começou com a criação de um roteiro focado no tema capacitismo, pensado para introduzir o projeto já trazendo informações importantes como terminologia e a Lei Brasileira da Inclusão (LBI). A ideia central foi que a personagem Isis estivesse gravando um vídeo em seu computador. A escolha visa criar uma conexão mais direta e envolvente com o público, onde então ela se apresentaria como uma amiga do NAI e o objetivo da série. A partir desse conceito, iniciou-se o processo de criação de personagem. Inspirada na imagem de Frida Kahlo, nossa protagonista traz elementos que se referem a esta figura forte e representativa de maneira a mostrar sua admiração e respeito, como podemos ver por seu estilo de roupa e a icônica “monocelha”. Buscou-se incorporar na figura da personagem estas referências, além de traços que reforçassem sua personalidade animada e extrovertida. A estética da personagem utiliza também como referência a Frida e suas obras artísticas, com cores vibrantes e chamativas na composição.

Com o roteiro e estética da série aprovados, foi iniciada a busca pela voz ideal para a protagonista. As falas, então, foram gravadas em um estúdio profissional da cidade de Pelotas. Em seguida, passou-se ao processo de mixagem de som e estruturação do áudio, garantindo que a qualidade sonora estivesse em harmonia com a narrativa.

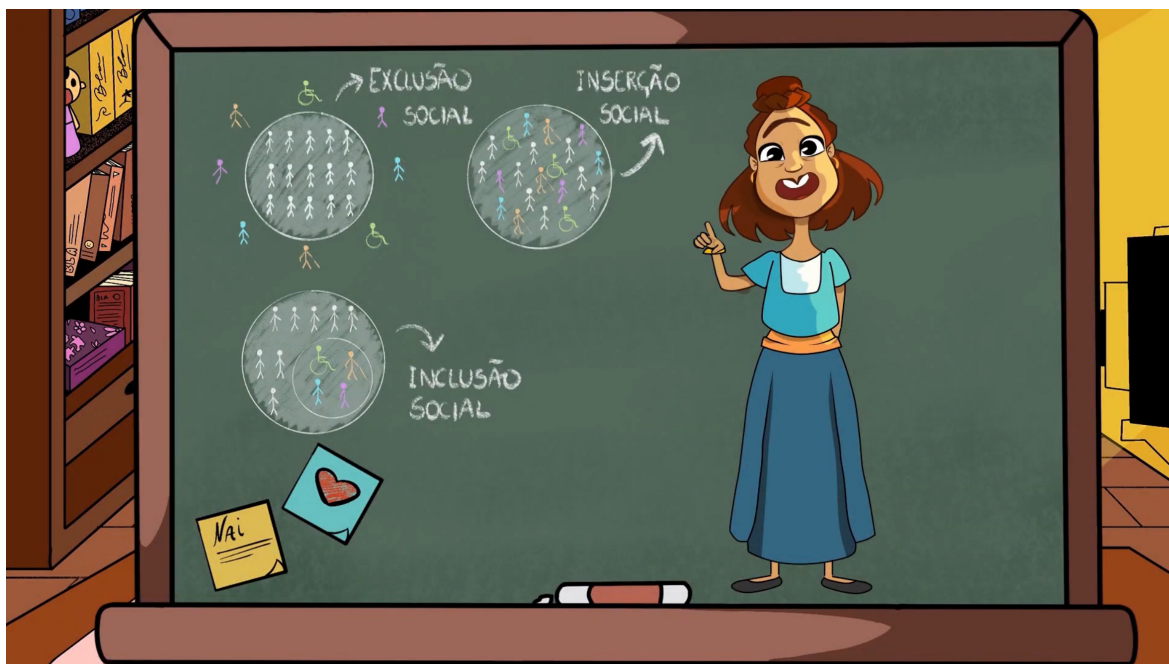
Para o projeto, a técnica adotada foi o 2D *cut out*, no programa Moho. Foram organizadas reuniões de orientação com professores da universidade, que -auxiliaram no entendimento e utilização do programa, além de auxílio para processos iniciais da produção, como o esqueleto do personagem, essencial para a técnica *cut out*. Dado o início da fase de produção, a animação foi desenvolvida no período de 1 ano. Durante este período, testes foram realizados para *feedback* e possíveis correções na narrativa.

Na etapa final, denominada pós-produção, foi realizada a montagem e edição do episódio, vinheta e créditos, além do título final para o projeto, sendo ele então intitulado “Diversidade em Foco”. Com este processo concluído, o arquivo do episódio foi então para a realização da audiodescrição, permitindo a inclusão desta acessibilidade ao piloto. Foram também adicionados ao projeto, legenda em português da narrativa e intérpretes de libras.

O processo de criação enfrentou desafios, especialmente devido à escassez de pessoal na equipe de produção. Embora o projeto tenha iniciado com duas alunas bolsistas de iniciação científica do NAI, a equipe foi reduzida a apenas uma bolsista responsável por roteiro, criação de personagens e animação. Isso reforça a importância da ampliação da equipe para as próximas fases da série, a fim de garantir uma produção mais eficaz.

A Figura 1 mostra um quadro negro em uma sala de aula, com uma personagem animada do lado direito, uma mulher de cabelos castanhos presos em um coque alto. Ela está sorrindo e usando uma blusa azul com detalhes brancos e uma saia longa azul. A personagem está gesticulando com a mão direita apontada para o quadro.

Figura 1 - Imagem de trecho do episódio.



Fonte: autoria própria

No quadro, há três círculos desenhados. No canto superior esquerdo, o primeiro círculo está associado à "Exclusão Social", mostrando várias figuras de pessoas em branco no centro e figuras coloridas (incluindo uma pessoa em cadeira de rodas) fora do círculo. Logo abaixo, outro círculo representa a "Inclusão Social", com as mesmas figuras, mas agora dentro do círculo, ainda separadas entre si. No canto superior direito, há o círculo da "Inserção Social", onde todas as figuras, brancas e coloridas, estão misturadas no mesmo espaço.

Na parte inferior do quadro, há dois papéis presos. Um é um post-it amarelo com a palavra "Nai" escrita, e o outro é um papel azul com o desenho de um coração vermelho. Ao fundo, à esquerda, há uma estante com livros e alguns objetos, como uma boneca. Essa imagem parece ilustrar as diferenças entre exclusão, inclusão e inserção social, possivelmente em um contexto de educação ou conscientização.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a produção do episódio piloto da série **Diversidade em Foco**, mesmo com uma equipe reduzida, conseguiu desenvolver e concluir um episódio completo no período de 1 ano e 6 meses. Para garantir maior eficiência e evitar sobrecarga na equipe em futuras produções, é recomendado que o projeto conte com pelo menos dois animadores na fase de produção, além de apoio adicional na criação dos roteiros. Esse reforço permitiria uma conclusão mais ágil e uma maior regularidade no lançamento dos episódios.

No que diz respeito ao impacto da animação no meio acadêmico, acredita-se que, pelo seu formato atrativo e conteúdo apresentado de forma dinâmica e informativa, a série tem o potencial de alcançar um público diversificado, que inclui tanto estudantes ingressantes quanto acadêmicos e professores interessados em se aprofundar nos temas de acessibilidade e inclusão. O

compromisso com a acessibilidade, ao incorporar legendas, audiodescrição e intérpretes de Libras, garante que o conteúdo seja amplamente acessível, atendendo a diferentes necessidades. A série estará disponível no site do NAI da UFPEL. Com o intuito de ampliar ainda mais sua visualização, pretende-se também enviar o episódio para festivais de cinema, buscando maior alcance e visibilidade.

#### **4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

SIERRA, Isabella de Souza; ANDRADE, Andrea Faria; WIEDEMANN, Ângela Paloma Zelli; SCHUBERT, Silvana Elisa de Moraes; BITTENCOURT, Desiree Christine; PULTER, Neusa Zoe; AGUIAR, Bárbara de Cássia Xavier Cassins. A animação para a acessibilidade comunicacional de crianças surdas. **Human Factors in Design**, Florianópolis, v.12, n. 24, p. 163-172, 2023. DOI: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/hfd/article/view/24548>.

**SILVA, L. A. da; SANTOS, R. M. dos; SOUZA, A. F. de.** Acessibilidade e Desenho Universal Aplicado à Aprendizagem na Educação Superior. 2020. Disponível em: <https://portal.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/09/Acessibilidade-e-Desenho-Universal-Aplicado-à-Aprendizagem-na-Educação-Superior-final-okok.pdf>.

**CHAGAS, Adriano.** A acessibilidade visual de curtas-metragens de animação em mídias locativas. 2017. Disponível em: <https://static.casperlibero.edu.br/uploads/2017/02/Adriano-Chagas-UFF.pdf>.

**COSTA, F. S.; GONÇALVES, L. F.** Estudo e desenvolvimento de animações com acessibilidade para a disciplina de redes de computadores. 2015. Disponível em: <http://www.eaic.uem.br/eaic2015/anais/artigos/589.pdf>.

## PROTOCOLO DE AVALIAÇÃO E INVENTARIAÇÃO DE LUGARES DE INTERESSE PARA PRÁTICA DO ARQUEOTURISMO

MARIA LUIZA KLEINICKE MORAES HERNANDES<sup>1</sup>;

SIDNEY DANIEL BATISTA<sup>2</sup>:

<sup>1</sup>*Universidade Federal de Pelotas – Marialuizakleinicke@hotmail.com*

<sup>2</sup>*Universidade Federal de Pelotas – Sidneydaniel13@gmail.com*

### 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo realizar um estudo sobre possíveis espaços para o desenvolvimento do patrimônio arqueológico. Destacamos que o interesse natural do ser humano em conhecer mais sobre seus ancestrais remotos abriram caminhos para o fortalecimento da relação entre arqueologia e turismo, o que vem propiciando avanço em pesquisas e assim facilitado o acesso aos locais com artes rupestres e/ou ruínas de antigas civilizações, viabilizando uma sinergia entre a Arqueologia e o Turismo. Assim sendo, a atividade tem sido denominada arqueoturismo, que consiste em viagens motivadas pelo desejo de visitar locais onde há vestígios materiais do processo evolutivo humano, consistindo também em um eixo temático do turismo cultural (TRESSERRAS, 2004; MANZATO, 2007; ALEIXO, 2010).

De acordo com Manzato (2007) essa nova postura favoreceu o surgimento do Turismo Cultural em que o principal atrativo não seja a natureza, mas algum aspecto da cultura humana e esse aspecto pode ser a história, o cotidiano, o artesanato. Essa característica faz com que o Turismo Cultural apresente segmentações desdobrando-se em tantos outros títulos como antropológico, religioso, arqueológico, entre outros. Nessa perspectiva, o presente estudo pretende realizar um trabalho interdisciplinar, que tenciona compreender a dinâmica existente entre o Turismo e a Arqueologia.

Tendo como foco investigar possíveis espaços para a prática do arqueoturismo, propomos um protocolo de Avaliação e Inventariação de Lugares de Interesse a fim de gerar informações relevantes ao desenvolvimento para a prática dessa atividade, através de bases metodológicas e teóricas capazes de inventariar, qualificar e quantificar esses espaços. Essa inventariação será realizada por meio da adaptação do Protocolo de Avaliação de Lugares de Interesse Geológico e Mineiro nos estudos realizados por: Paula & Castro, 2012, 2021, 2019; e Fonseca et al, 2019. Destacamos que esse método de inventariação tem como finalidade a disponibilização de informações e atitudes sustentáveis e corretivas.

A justificativa e iniciativa do estudo vêm do fato de que, nos últimos anos, pode-se observar um crescimento da atividade turística principalmente com a utilização de espaços naturais. Assim sendo, o turismo é hoje, uma das principais atividades econômicas do mundo caracterizando como uma forma de zelar pela conservação da natureza.

### 2. ATIVIDADES REALIZADAS



O presente trabalho tem como objetivo aproximar uma metodologia capaz de inventariar espaços para a prática do arqueoturismo, tendo como foco qualificar e quantificar esses lugares de interesse. Dessa forma, elaboramos as bases metodológicas no inventário de acordo com os estudos de Paula & Castro (2016, 2019) e Fonseca et al. (2019), que propõem, em seus estudos, protocolos de inventariação e avaliação que podem ser aplicados

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com Paula e Castro (2019, p. 3), através de um protocolo de inventariação, é possível catalogar e inventariar áreas de interesse arqueoturísticas, tendo como finalidade, “valorizar e envolver as comunidades, difundindo informações geoturísticas e geoconservacionistas, utilizando de atitudes que diminuam a distância do público em relação ao conhecimento das geociências”.

Ao propormos um inventário, é possível desenvolver estudos e trabalhos condizentes com a divulgação do patrimônio arqueoturístico através de uma ferramenta que propicie um maior conhecimento sobre a própria história e resgate da identidade local, permitindo a integridade desse patrimônio como forma de garantir a transmissão para as gerações futuras desses bens coletivos. Outro aspecto importante desta metodologia é sua interface com o turismo, viabilizando a aproximação dos turistas e da comunidade local às Ciências da Terra (Paula e Castro, 2019).

Como resultados do nosso estudo, elaboramos e adaptamos uma ficha modelo para uma possível aplicação, contendo os seguintes dados: nome, região turística, localização, acessos, estado de conservação, tipo de visitação, sinalização, informações, legislação, potencialidades e fotografias. Na etapa posterior, definimos os critérios que possibilitem a avaliação quantitativa, numa pontuação de 20 (condição ótima) a 0 (condição ruim) das áreas propícias para a prática do arqueoturismo. Contendo, ainda, as seguintes variáveis que poderão ser avaliadas nos trabalhos in loco, com os seguintes aspectos: Acessibilidade, Sinalização, Informações, Estado de Conservação, Segurança, Serviços e Equipamentos e Necessidade de Proteção.

Tabela 1: Modelo Inventário:

<b>1. NOME</b>
<b>2. REGIÃO TURÍSTICA:</b>
<b>3. LOCALIZAÇÃO:</b>
<b>4. DESCRIÇÃO DO ATRATIVO:</b>
<b>5. SINALIZAÇÃO E INFORMAÇÕES:</b>
<b>6. MEIOS DE ACESSO:</b>
<b>7. LEGISLAÇÕES DE PROTEÇÃO AO ATRATIVO:</b>
<b>8. ESTADO DE CONSERVAÇÃO/PRESERVAÇÃO DO ATRATIVO:</b> ( ) Muito Preservado/Conservado ( ) Preservado/Conservado ( ) Pouco Preservado/Conservado.
<b>9. POTENCIALIDADES:</b>

**10. ATIVIDADES REALIZADAS:**

**11. IMAGENS:**

Adaptado: PAULA E CASTRO, 2019. p. 21

**Tabela 2: Modelo Protocolos:**

**Variável 1: Localização**

Ótimo (Pontuação 20 a 16)					Bom (Pontuação 15 a 11)					Regular (Pontuação 10 a 6)					Ruim (Pontuação 5 a 0)				
Atrativo com diversas possibilidades turísticas naturais, históricas e culturais preservadas, com infraestrutura de acesso eficiente, segurança, leis regulamentadoras.					Atrativo com possibilidades turísticas naturais, históricas e culturais preservadas, com infraestrutura de acesso básica, segurança, leis regulamentadoras.					Atrativo com possibilidades turísticas naturais, históricas e culturais, com infraestrutura de acesso básica, leis.					Atrativo sem possibilidades turísticas naturais, históricas e culturais, com infraestrutura de acesso precária, sem segurança, sem legislação.				
20	19	18	17	16	15	14	13	12	11	10	9	8	7	6	5	4	3	2	1

Através da proposta de Protocolo de Inventariação, destacamos que a ferramenta pode ser aplicada em qualquer área de interesse arqueológico para inventariação desses espaços. Assim, será possível catalogar localidades com características para prática da atividade que promovam o desenvolvimento do turismo. Dessa forma, algumas das primeiras providências a serem tomadas são a identificação e catalogação e posteriormente a inventariação, que propiciam o desenvolvimento turístico.

O presente trabalho não esgota o tema e muito menos reflete uma solução, sendo passível de futuras investigações. Sugere-se, por exemplo, a aplicação Protocolo de Inventariação para estudos futuros. Desta forma concluímos que o cuidado com todo patrimônio é algo difícil, mas importante, realizando esse estudo, abrimos portas para o seu uso na ideia de ajudar a sustentabilidade, crescimento ambiental e desenvolvimento patrimonial.

#### **4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CASTRO, PAULO DE TARSO AMORIM; NASCIMENTO, S. T.; PAULA, S. F. Classification of geo-mining heritage based on anthropogenic geomorphology. Journal of the Geological Survey of Brazil, v. 4, p. 13-20, 2021.

MANZANATO, F. Turismo Arqueológico: diagnóstico e análise do produto arqueoturístico. Pasos – Revista de Turismo e Patrimônio Cultural. v. 5, nº 1. 2005..

PAULA, S. F. Dois séculos de viagens motivadas pelo (re)conhecimento da geodiversidade: bases metodológicas e teóricas para inventariação, qualificação, quantificação de valores da geodiversidade relevantes ao desenvolvimento do geoturismo no caminho dos diamantes. Universidade Federal de Ouro Preto, 2018.

PAULA, S. F.. Protocolo de Avaliação e Inventariação de lugares de interesse geológico e mineiro. In: GeoBRheritage - II Simpósio Brasileiro de Patrimônio Geológico, 2013, Ouro Preto. Anais do GeoBRheritage - II Simpósio Brasileiro de Patrimônio Geológico, 2013.

PAULA, S. F.; CASTRO, P. T. A. . O patrimônio geológico e mineiro de Ouro Preto (MG): bases para o turismo científico e proposta de circuito geoturístico urbano. In: Congresso Brasileiro de Geologia, 2012, Santos. Congresso Brasileiro de Geologia. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Geologia, 2012. v. 1

TRESSERRAS, J. J. El arqueoturismo o turismo arqueológico: un paso más para la valorización del patrimonio arqueológico. Boletín GC Gestión Cultural, nº 9. Turismo Arqueológico, 2004.

## LABORATÓRIO DE ESTUDOS EM INFERÊNCIA ESTATÍSTICA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL - LEIA

KAILA ANDRESSA DOS SANTOS OLIVEIRA<sup>1</sup>; LUIZA GIODA NORONHA<sup>2</sup>, LAYLLA GALDINO DOS SANTOS<sup>3</sup>, ANDRÉ LUIZ RODRIGUES MELLO<sup>4</sup>; LUANA CARLA SALVE<sup>5</sup>; LUIZ ALEXANDRE CHISINI<sup>6</sup>:

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas – [kaila.andressa20@gmail.com](mailto:kaila.andressa20@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas – [luizagnoronha@gmail.com](mailto:luizagnoronha@gmail.com)

<sup>3</sup> Universidade Federal de Pelotas – [laylla.galdino1996@gmail.com](mailto:laylla.galdino1996@gmail.com)

<sup>4</sup> Universidade Federal de Pelotas – [andreluizrmello@gmail.com](mailto:andreluizrmello@gmail.com)

<sup>5</sup> Universidade Federal de Pelotas – [luanacarlasalvi@gmail.com](mailto:luanacarlasalvi@gmail.com)

<sup>6</sup> Universidade Federal de Pelotas – [alexadrechisini@gmail.com](mailto:alexadrechisini@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

A inferência estatística e a Análise Preditiva são áreas essenciais para a análise e interpretação de dados em diversas disciplinas. A compreensão desses campos é fundamental para o planejamento, a coleta e a avaliação de dados em estudos científicos, além de ser crucial para a tomada de decisões baseadas em evidências em diferentes contextos. Estudantes e profissionais muitas vezes enfrentam dificuldades com esses tópicos devido à complexidade técnica envolvida e a necessidade de conhecimentos de programação e matemática. Assim, difundir e facilitar a compreensão dessas áreas aumentará a capacidade dos participantes de analisar criticamente estudos científicos e aplicar esses conhecimentos em suas práticas profissionais e acadêmicas, promovendo uma cultura de tomada de decisão baseada em dados.

A análise preditiva pode ser alcançada através da inteligência artificial (IA), um termo geral que se refere à capacidade de executar uma tarefa com a ajuda de uma máquina e/ou tecnologia de forma automatizada (AHMED et al., 2021). Dentro da IA existe a subárea *Machine Learning* que vem sendo amplamente utilizada, nela é possível fazer previsões por meio da análise de um determinado conjunto de dados (BARBOSA; PORTES, 2019). O ML utiliza algoritmos como regressão linear, regressão logística e árvore de decisão. Na área da saúde bucal, a IA pode ser usada como foi realizado por Jorge (2020), o qual fez um modelo preditivo para Disfunção temporomandibular (DTM) com 1.342 escolares de Recife/PE utilizando o algoritmo árvore de decisão, a fim de identificar grupos de alto risco e baixo risco de desenvolver DTM, sendo que esses modelos permitem a antecipação de resultados e por consequência é possível tomar decisões com base nesses dados, o que a torna uma ferramenta importante e fundamental.

A estatística no âmbito odontológico, conforme Tien Li (2004) que por meio de um levantamento bibliográfico em 123 artigos do periódico *American Journal of the Orthodontics Dentofacial Orthopedics* de circulação do ano de 2001, identificou que a estatística foi utilizada em 106 artigos (86,12%), e somente 17 desses (13,82%) não mostraram a utilização da mesma, dos procedimentos estatísticos presentes foram testes de média e variâncias, sendo os mais utilizados (34,11%), testes de associação (16,86%), testes post hoc (11,75) testes de confiança (11,35%), entre outros. Nesse contexto, é importante ressaltar a importância do profissional ter subsídios para interpretar dados numéricos e/ou não numéricos durante a leitura de um artigo, pois a estatística é altamente frequente e fundamental no método científico, a qual se preocupa em organizar, descrever, analisar e interpretar dados obtidos, com isso, ao entender esse campo é possível que o profissional possa tirar conclusões além das oferecidas pelos autores.

Dessa forma, o objetivo do projeto é promover ações de ensino, pesquisa e extensão a fim de difundir conhecimentos de Inferência estatística e Análise Preditiva entre estudantes de graduação e pós-graduação, bem como auxiliar estudantes e profissionais que necessitem de suporte estatístico com foco na área da saúde.

## 2. ATIVIDADES REALIZADAS

O projeto de ensino teve seu início por meio de uma série de encontros informais entre o docente e o grupo de estudantes, onde foram discutidos os interesses, expectativas e necessidades de aprendizagem dos alunos. Esses momentos de diálogo foram fundamentais para moldar o formato do projeto, que evoluiu de maneira colaborativa. A participação ativa dos estudantes não apenas ajudou a definir os conteúdos e metodologias que melhor atendiam às suas demandas, mas também garantiu que o processo de ensino fosse dinâmico e adaptado às suas realidades. Dessa forma, o projeto foi construído de forma coletiva, com base no princípio freiriano de que a educação deve ser um ato de co-criação entre educadores e alunos e o projeto foi encaminhado para ser formalizado.

Dentre as atividades realizadas durante o projeto, estão três principais frentes: ensino, pesquisa e extensão. Dentre as atividades de ensino foram realizados encontros semanais com foco em tópicos específicos de inferência estatística e análise preditiva com foco em *Machine Learning*. Esses encontros incluíram discussões teóricas, workshops práticos, discussões de casos reais e análises de estudos de caso. O público-alvo foram estudantes de graduação e pós-graduação de diferentes áreas. Os estudantes foram instigados a participar criticamente e ativamente das atividades e discussões. A metodologia adotada nestes encontros foi fortemente influenciada pelas ideias de Paulo Freire, que defende uma abordagem dialógica e libertadora da educação. Inspirados por sua filosofia, priorizamos a participação ativa dos estudantes no processo de aprendizagem, estimulando a construção coletiva do conhecimento a partir de suas próprias vivências e contextos. Ao invés de uma transmissão unidirecional de conteúdo, nossa proposta visa transformar a sala de aula em um espaço de troca e reflexão crítica, onde educadores e alunos constroem juntos o saber, promovendo a autonomia, a conscientização e a formação de sujeitos capazes de intervir em sua realidade. Além disso, ocorreu um incentivo da produção acadêmica pelos participantes por meio de projetos de pesquisa que utilizem inferência estatística e análises preditivas.

Os resultados dessas pesquisas serão apresentados em congressos e submetidos para publicação em periódicos científicos, contribuindo para o avanço do conhecimento científico. Voltado a extensão, buscou-se oferecer suporte estatístico para graduandos, pós-graduandos, e também profissionais ligados ou não a Universidade. Além disso, o projeto tem como objetivo ofertar cursos teórico-práticos sobre inferência estatística e análise preditiva em saúde utilizando algoritmos de *Machine Learning*, aberto a estudantes de graduação e pós-graduação de diversas áreas interessados em aplicar esses conhecimentos em seus campos de atuação.

## 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de ensino vem se consolidando como uma iniciativa colaborativa e inovadora, fundamentada nos princípios de Paulo Freire, que promoveu uma educação dialógica e crítica. A construção conjunta do conhecimento, com a participação ativa dos estudantes, resultou em um processo de ensino adaptado às necessidades e realidades dos participantes. As frentes de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas ao longo do

projeto, proporcionaram um ambiente de aprendizagem interdisciplinar, onde o foco em inferência estatística e análise preditiva, aplicado ao contexto de Machine Learning, contribuiu tanto para o desenvolvimento acadêmico quanto para a formação prática dos estudantes. As atividades reforçam o impacto positivo do projeto, ampliando o acesso ao conhecimento e estimulando a aplicação das metodologias em diversas áreas, com potencial de influenciar futuros estudos e práticas profissionais.

#### **4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AN, tl; CUOGHI, oa. A utilização da estatística na Ortodontia. **Dental Press de Ortodontia e Ortopedia Facial**. v.9, n.6, p.97-108, 2004.

AHMED, N et. al. Artificial Intelligence Techniques: Analysis, Application, and Outcome in Dentistry-A Systematic Review. **Journal of Dental Research**, 2020.

BARBOSA, LM; PORTES, LAF. A inteligência artificial. **Revista Tecnologia Educacional**, Rio de Janeiro, nº 236, p16-27, 2019.

WAKED, JP; **Modelo preditivo para disfunção temporomandibular em adolescentes: árvore de decisão**. 2020 Dissertação de doutorado - Programa de Pós Graduação em Odontologia do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal de Pernambuco, UFPE.



## FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A INCLUSÃO DE ALUNOS COM DEMANDAS EDUCACIONAIS DIVERSAS

FRANCINE NUNES DE SOUZA<sup>1</sup>; DANIELA FARIAS ALDADO<sup>2</sup>; EDIANE PEREIRA DA CUNHA<sup>3</sup>; SIMONE SANTOS DE SOUZA<sup>4</sup>; ALINE NUNES DA CUNHA DE MEDEIROS<sup>5</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – frann\_souza7@hotmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – danialdado30@gmail.com

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas - ediane\_pereira13@hotmail.com

<sup>4</sup>Universidade Federal de Pelotas - simone1966souza@gmail.com

<sup>5</sup>Universidade Federal de Pelotas – alinenm@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

A formação de professores para a inclusão de alunos com demandas educacionais diversas é um tema amplo que norteia a construção de uma sociedade inclusiva e que tem na educação um importante pilar para atingir esse propósito. O ensino, a metodologia, a avaliação, os recursos e a formação inicial e continuada devem estar ancorados em valores alicerçados na igualdade, na equidade e na acessibilidade, na qual todos os estudantes, independentemente das suas condições, sejam elas físicas ou cognitivas, possam participar de forma plena do processo de ensino-aprendizagem. O papel do professor vai muito além de transmitir conhecimentos, ele precisa ser capaz de identificar e compreender a necessidade do aluno e assim adaptar suas práticas pedagógicas de acordo com a especificidade do sujeito.

Nesse contexto, a formação de professores para a inclusão é de extrema importância, já que na atual conjuntura, progressivamente vemos mais estudantes com demandas específicas em sala de aula.

Apesar das políticas de inclusão que estão sendo efetivadas, muitos professores não se sentem suficientemente preparados ou não sabem como adaptar suas aulas para alunos com algumas especificidades educacionais (Araújo, 2012).

A formação de professores para atuar em salas de aula em que o desenho de aprendizagem seja pensado para todos e não somente para uma parcela é essencial para garantir que todos os discentes, independentemente de suas necessidades, tenham acesso a uma educação de qualidade. Este estudo se justifica pela necessidade urgente de aprimorar a preparação docente para a inclusão, promovendo práticas pedagógicas mais equitativas.

A formação inicial de professores, por si só, não é suficiente para abarcar a complexidade das demandas educacionais diversas que surgem no ambiente escolar. Nesse cenário, a formação continuada assume um papel crucial, proporcionando aos docentes oportunidades constantes de atualização e aprimoramento de suas práticas pedagógicas. À medida que novas políticas e metodologias inclusivas são desenvolvidas, é fundamental que os professores estejam preparados para adaptar suas abordagens de ensino e atender, de forma eficaz, às necessidades de todos os alunos. A inclusão educacional, por ser um processo dinâmico, exige um compromisso contínuo com o desenvolvimento profissional, e a construção de redes de apoio, tanto nas escolas quanto em centros de formação e pesquisa, pode ser uma estratégia avançada para garantir

que os professores recebam o suporte necessário para enfrentar os desafios dessa realidade.

## **2. ATIVIDADES REALIZADAS**

Para o levantamento de informações foi aplicado um questionário destinado a estudantes de licenciatura como parte de um estudo sobre a formação docente para a inclusão de alunos com demandas educacionais diversas. O objetivo foi investigar as percepções dos formandos sobre os desafios enfrentados na preparação para atuar em ambientes escolares inclusivos.

No total, em torno de 100 alunos receberam o questionário, mas apenas 02 (duas) respostas foram recebidas, entre as respostas reveladas, destacou-se a constatação de que, na maioria dos cursos superiores, não há capacitação formal na grade curricular que aborde especificamente a inclusão. Isso acaba por dificultar o trabalho dos profissionais em formação durante suas primeiras experiências práticas em sala de aula. "Não há, ao menos na maioria dos cursos superiores de ensino, nenhuma forma de capacitação formal no grau regular", o que representa um grande obstáculo para os profissionais na formação durante as suas primeiras práticas.

Além disso, os participantes apontaram que "as escolas nas quais é possível práticas de estágio muitas vezes não contam com a realização de ferramentas adequadas, mesmo que possuam o básico, como uma lousa". Essa precariedade de recursos compromete o desenvolvimento de estratégias pedagógicas adaptadas às necessidades.

E também, os alunos de graduação relatam a presença de estudantes que, por falta de interesse nas atividades educacionais, acabam prejudicando o ambiente de aprendizagem dos demais. Esse comportamento torna ainda mais exigente o atendimento das necessidades específicas de alguns, dificultando a implementação de práticas inclusivas.

Essas respostas foram utilizadas como base para análise, indicando algumas lacunas na formação docente e a necessidade de melhor equipar tanto as escolas quanto os profissionais em formação para lidar com a diversidade em sala de aula.

Esses relatos, ainda que limitados a duas respostas, serviram como base para uma análise mais aprofundada sobre a formação docente no que diz respeito à inclusão escolar. As informações indicam lacunas importantes na preparação dos professores e destacam a necessidade urgente de melhorar tanto a estrutura curricular dos cursos de licenciatura quanto o ambiente escolar em que os estágios são realizados. Assim, é fundamental que tanto as instituições de ensino superior como as escolas ofereçam uma formação e um suporte adequado para que os docentes em formação estejam preparados para lidar com a diversidade e promover uma educação verdadeiramente inclusiva.

## **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados da atividade realizada indicam uma evolução significativa na compreensão dos professores em relação à inclusão de alunos com demandas educacionais diversas. A sensibilização inicial foi eficaz para a conscientização

sobre a importância de práticas pedagógicas adaptadas. A execução da atividade prática proporcionou aos futuros professores ferramentas concretas para adaptar seus métodos de ensino e criar um ambiente de aprendizado mais inclusivo.

Entretanto, ainda foram observados desafios, como a resistência de alguns discentes e a falta de recursos adequados em algumas escolas para a implementação completa de métodos inclusivos. Além disso, a necessidade de formação contínua foi apontada como um dos principais pontos de melhoria, visto que muitos professores relataram dificuldades em aplicar as técnicas aprendidas em situações reais de sala de aula.

Futuros estudos podem se concentrar em como proporcionar melhor suporte e infraestrutura para a inclusão nas escolas, assim como o desenvolvimento de políticas públicas mais eficazes que viabilizem a formação contínua dos professores nessa área. Outra área de interesse é o impacto de novas tecnologias assistivas no processo de ensino e aprendizagem de alunos com demandas educacionais diversas.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Maria Lucilene Frederico de; PINTO, Raquel Gomes. **Dificuldades e enfrentamentos dos docentes no processo de inclusão**. 2011. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar - UAB/UnB) – Universidade de Brasília.

GARCIA, Rosália Maria Ribeiro. **Formação de professores para a educação inclusiva: uma análise das políticas públicas**. In: Educação em Revista, Belo Horizonte, n. 31, pág. 207-227, 2015.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003.

## **INCLUSÃO ACADÊMICA DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: CAMINHOS PARA UMA SOCIEDADE EQUITATIVA**

JOÃO LUCAS TELES BORGES<sup>1</sup>; ANA CAROLINA MENDONÇA BARRETO<sup>2</sup>;  
CAROLINE GUTKNECHT DORO<sup>3</sup>

Aline de Medeiros cunha<sup>4</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – josluo04042005@gmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – ana.barreto@ufpel.edu.br

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas – carolinegutknecht25@gmail.com

<sup>4</sup>Nome da Instituição do Orientador – alinenm@gmail.com

### **1. INTRODUÇÃO**

Este estudo tem como intuito a constatação dos desafios a serem enfrentados e dos objetivos a serem alcançados no campo do ensino quanto se trata à inclusão, principalmente no ensino superior, em um destino a uma sociedade equitativa baseando-se nos princípios do artigo Inclusão no ensino superior: a percepção de docentes de uma instituição pública do interior do estado de São Paulo (POKER, R. B.; VALENTIM, F. O. D.; GARLA, I. A., 2018):

“Uma das finalidades da educação superior é formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos à inserção em setores profissionais. Tal especificidade precisa ser considerada na implementação da inclusão, pois demanda transformações complexas na estrutura e no funcionamento da universidade e consequentemente na forma de pensar e de agir dos seus professores. De um modelo de ensino superior que, historicamente, formava futuros profissionais com base na seleção e na competitividade, agora, com a inclusão, propõe-se o acolhimento de todos os alunos, atendendo às suas especificidades para aprender, garantindo-lhes a acessibilidade necessária. Será que essa transformação é possível?”

Uma vez que esforços como a lei nº 13.146/2015 (2015), ao qual institui como sua destinação o ato de promover e assegurar, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoas com deficiências, visando à sua inclusão social e cidadania, sendo esta a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que definirá no capítulo 4 “DO DIREITO À EDUCAÇÃO” o dever de assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Em um objetivo cujo destino é uma sociedade equitativa, o cumprimento desta lei é de inestimável importância para o âmbito da educação ao qual, de caráter formador, carrega a responsabilidade da inclusão em suas bases, uma vez que a educação inclusiva abre iguais oportunidades para pessoas com deficiências, logo, para âmbitos de relevância em que possam exercer seus direitos como cidadãos em plenitude, cientes destes objetivos.

Ciente desses desafios, há de criticamente analisar as contribuições sendo realizadas, para conhecer se o cumprimento desses propósitos em destino à uma

sociedade equitativa estão sendo realizados em sua totalidade e se não, como poderiam.

## **2. ATIVIDADES REALIZADAS**

Por meio de uma abordagem qualitativa-descritiva apresenta procedimentos de investigação das experiências, dificuldades e potencialidades no processo de ensino- aprendizagem, e a inserção na comunidade acadêmica, de Alunos com Deficiências, Transtorno do Espectro Autista (TEA), Altas Habilidades e Superdotação. Para isso, foi idealizado e elaborado por meio do Google Forms, um questionário para aplicação junto ao público alvo de forma virtual. O questionário foi compartilhado em mídias sociais com o público acadêmico da UFPel, e todas as respostas foram recolhidas de forma anônima.

O questionário pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”. (GILL, 1999, p.128 apud ARAXÁ, 2011, p.260)

Objetivando um levantamento de dados eficaz, a elaboração do instrumento de coleta foi realizada de forma a comunicar diretamente ao público alvo a intenção com o qual a pesquisa estaria sendo aplicada. Expondo no corpo superior do Formulário o título do trabalho, um breve texto com informações sobre a pesquisa e orientações sobre o preenchimento do mesmo.

Para a estruturação do questionário foram escolhidas perguntas fechadas, perguntas fechadas de múltipla escolha e perguntas abertas. Sabendo que, as perguntas abertas são aquelas que permitem liberdade ilimitada de respostas ao informante. Nelas poderá ser utilizada linguagem própria do respondente. Elas trazem a vantagem de não haver influência das respostas pré-estabelecidas pelo pesquisador, pois o informante escreverá aquilo que lhe vier à mente.[...] Já as perguntas fechadas trarão alternativas específicas para que o informante escolha uma delas. (ARAXÁ, 2011, p.262).

As perguntas foram pensadas de maneira a facilitar a compreensão por parte dos entrevistados, a não interferir no seu processo de crítico e a identificar com veracidade a perspectiva de cada um buscando compreender a complexidade do fenômeno investigado.

Após a coleta dos dados, houve a análise das diferentes opiniões e pontos de vista e então elaboradas conclusões sobre os objetivos estabelecidos para a pesquisa, interpretando o contexto e variáveis apresentadas.

## **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados deste estudo foram obtidos por meio das respostas recolhidas através de um formulário online, de 9(nove) participantes, alunos com matrícula ativa na UFPel e dentre esses 1(um) é tutor do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão. Todos os respondentes indicam uma ou mais deficiências, sendo, 3 (três) pessoas com Deficiência Auditiva, 2(duas) com TEA, 1(uma) Superdotada e 3(três) responderam ter uma ou mais deficiências. Isso demonstra a abrangência da amostra pesquisada e a diversidade de perspectivas dentro da comunidade acadêmica da UFPel.

Quanto aos questionamentos sobre as ações inclusivas da Universidade, as respostas apontam uma variação na experiência de inclusão, com alguns relatos positivos, enquanto outros apontam para lacunas no suporte institucional. Dentre as práticas pedagógicas da universidade foi abordada a perspectiva dos respondentes quanto ao suporte recebido em monitorias e tutorias durante seu processo de ensino-aprendizagem, 5(cinco) dos respondentes usufruem de monitorias e tutorias.

Sobre as suas experiências durante esse suporte, 4(quatro) apontam uma boa experiência e 1(uma) indica que a experiência foi regular, os fatores de causa para essas respostas não foram investigados neste tópico. No entanto, é de destaque em sessões de perguntas abertas a constatação de que essas experiências de inclusão podem variar em graus severamente diferentes, como a falta de suporte à discentes PCDs que possuem deficiências como superdotação e transtorno de déficit de atenção, onde não são qualificados para acompanhamento acadêmico por estruturas responsáveis por essa intervenção.

Ao considera -se os casos em que os discentes com deficiências não são acompanhados, um dos órgãos responsáveis pelo objetivo de um espaço acadêmico mais equitativo é o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, ao qual possui um número limitado de bolsas, logo tutores, para poder prestar essenciais serviços para indivíduos aos quais necessitam de apoios como o atendimento psicológico, materiais de estudo adaptados e o suporte de tutores e ou monitores, prestando auxílio dentro do ambiente acadêmico. Espera - se que um tutor do NAI acompanhe em média 3 (três) discentes, sendo estes podendo ser de distintos cursos, ocasionando a incompatibilidade com o curso que o próprio tutor está realizando, o que demarca uma falta de alocação de recursos essenciais para a manutenção de uma das ferramentas que fomentam firmemente uma sociedade acadêmica equitativa.

A análise das respostas quanto a acessibilidade necessária para os respondentes na estrutura física e educacional da instituição, demonstram que a inclusão de pessoas com deficiência no meio acadêmico ainda enfrenta desafios significativos, especialmente no que diz respeito à adequação dos recursos e suporte personalizado e que há uma demanda por apoio especializado, como tutoria e acompanhamento específico para cada Pessoa com Deficiência. Outro problema a ser considerado é a forma com que a própria instituição de ensino superior é operada, em uma base cuja uma de suas principais funções é a preparação para a vida profissional, elementos como a padronização do ambiente acadêmico estabelecido sob rígidos padrões como a necessidade de avaliações padronizadas, falham por natureza em colaborar para o objetivo antes citado, uma vez que ignora as únicas particularidades e necessidades de cada indivíduo.

A falta de apoio de colegas e professores e os obstáculos enfrentados na inclusão durante atividades sociais, são as questões com maiores indicativos de desafio no ambiente acadêmico por parte dos respondentes. Revelando que a construção de uma sociedade equitativa passa pelo fortalecimento das políticas de inclusão, treinamento de professores e tutores, e pela promoção de uma cultura de acolhimento das diversidades, cabendo a Universidade desempenhar um papel essencial nesse processo, para garantir um espaço de construção de conhecimento, melhorando suas práticas e ações para assegurar que todos os alunos tenham acesso pleno à educação.

Com o propósito de promover um ambiente acadêmico cada vez mais equitativo, propõe-se a ampliação de pesquisas em órgãos responsáveis pela inclusão desses discentes, buscando compreender a sua importância dentro da



universidade, seu impacto na vida dos estudantes auxiliados e as necessidades em sua estrutura. Como também, a análise das perspectivas do corpo docente para compreensão de suas percepções e desafios em relação a implementação de práticas pedagógicas inclusivas, explorando cada vez mais o vínculo entre as ações institucionais e as necessidades específicas dos discentes, colaborando assim para a construção de uma sociedade verdadeiramente equitativa.

#### **4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

POKER, R. B.; VALENTIM, F. O. D.; GARLA, I. A. **Inclusão no ensino superior: a percepção de docentes de uma instituição pública do interior do estado de São Paulo. Psicologia Escolar, Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional** v. 22, n. spe, p. 127–134, 2018.

CHAER, G.; DINIZ, R. R. P.; RIBEIRO, E. A. **A técnica do questionário na pesquisa educacional.** Revista Evidência, v. 7, n. 7, 21 out. 2012.

**Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 2 de outubro de 2024.

**A resolução do Conselho Universitário (CONSUN)** da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) nº 02/2008 está disponível no site [wp.ufpel.edu.br/scs/ementario/ementas-das-resolucoes-do-consun](http://wp.ufpel.edu.br/scs/ementario/ementas-das-resolucoes-do-consun) acesso em 2 de outubro de 2024.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6 ° ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, Renato Vieira da; OLIVEIRA, Ana Carolina de. **A inclusão de crianças com transtorno do espectro autista no ensino regular: análise sobre a formação de professores.** Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 15, n. esp. 1, p. 553-571, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/13800/9333>. Acesso em: 6 out. 2024.

## RALÉ PELOTENSE: OS OBSTÁCULOS ENFRENTADOS PARA O COMBATE ÀS ENCHENTES

HERISON DE CARVALHO SILVA<sup>1</sup>; FRANCISCO DOS SANTOS KIELING<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas – [herison.silva4@gmail.com](mailto:herison.silva4@gmail.com)

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas – [franciscokielsing@gmail.com](mailto:franciscokielsing@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

Este presente ensaio advém das reflexões provocadas em sala de aula, na disciplina de Sociologia V, no Curso de Ciências Sociais, que tem por ementa o emprego de autores cânones da produção intelectual sociológica brasileira. Para fazer essa análise usei o autor Jessé Souza e suas contribuições ao pensamento sociológico brasileiro. Esta disciplina foi ministrada ao longo do semestre de 2024/1.

Para o exercício proposto em aula eu vou apresentar e relacionar o conceito de *habitus* precário, apresentado por Jessé Souza que dialoga pegando o conceito de *habitus* “emprestado” de Bourdieu, mas com suas adaptações e ajustes para pensar no contexto Brasil, relacionando assim com um termo bastante em voga atualmente que é o racismo ambiental, contextualizando na cidade de Pelotas no período de enchentes em 2024.

A obra abordada foi “Subcidadania Brasileira – Para entender o país além do jeitinho brasileiro”, SOUZA (2018), mais especificamente a parte 3 do livro, intitulada por: “A subcidadania como singularidade Brasileira”. Evoco este autor para refletir sobre o conceito de subcidadania empregado em relação a desigualdade social vivida em períodos de grandes catástrofes climáticas, como a que presenciamos recentemente em abril deste ano (2024), os desastres causados pelas fortes chuvas no Estado de Rio Grande do Sul.

Mais especificamente abordarei o contexto vivido aqui no município de Pelotas, como a realidade de pessoas que perderam temporário ou permanentemente suas casas, que não tiveram alternativas se não depender do esforço coletivo de solidariedade e mobilização de pessoas para atender as demandas básicas de subsistência das pessoas atingidas, ficando, muitas vezes, à mercê da “boa vontade” dos outros.

Jessé Souza inicia sua reflexão fazendo uma relação dialógica com Florestan Fernandes e sua obra “A integração do negro na sociedade de classes (1964), traçando um resgate temporal dos contextos sócio-históricos que marcaram a trajetória do negro no Brasil desde a escravidão até a contemporaneidade, levando a uma classificação de um grupo da camada social mais baixa brasileira, denominado por “ralé” segundo Souza. Fernandes discute a situação do negro na sociedade brasileira em um período próximo da abolição, ou seja, os avanços para pensar tal realidade era tímido se comparado as reflexões atuais, contudo podemos perceber que o reduto atual tem fortes imbricações desse histórico escravocrata, e que a alforria que, não previa condições mínimas de autossustentação logrou aos negros/as uma vida infrutífera no quesito de competitividade capitalista moderna.

Essa atividade de análise tem por objetivo central identificar as desigualdades sociais e as formas de opressões e racismos ambientais exercidos pelo Estado contra vivências periféricas e marginalizadas no período de enchentes na cidade de Pelotas, me apropriando de ferramentas metodológicas de análise crítica do

campo da sociologia brasileira, elevando a discussão do acesso básico, que já é privado o acesso desses grupos minoritários em período de ordenamento ambiental estável, identificando os diversos entraves de acessos quando o período se torna crítico com relação as crises ambientais. Para melhor contextualizar, segue um trecho extraído do podcast Pauta Pública, do episódio 107 Racismo ambiental e justiça climática - com Mariana Belmont (2024), jornalista e pesquisadora organizadora do livro “Racismo Ambiental e Emergências Climáticas no Brasil” (2023):

[...] A culpa não é das chuvas, culpar as chuvas e as famílias não é o caminho. Os municípios, os estados, o Governo Federal eles precisam ser responsabilizados pela falta de ação e adaptação e pelas mortes de soterramento dessas famílias. [...] O termo racismo ambiental descreve a discriminação institucionalizada envolvendo política, prática ou diretrizes ambientais que afetam ou prejudicam, intencionalmente ou não, porque sim, existe a política de falta de infraestrutura que o bairro nobre tem provisão de infraestrutura e os bairros pobres não, isso é uma política colocada. Sim, os bairros pobres têm desenvolvimento urbano, desenvolvimento urbano que ele aumenta a desigualdade social, o racismo, e a política do deixar morrer. As pessoas negras, indígenas, esses grupos raciais que são marginalizados, são todos afetados pelo racismo ambiental que deve ser abordado o máximo possível nos debates sobre os direitos humanos.

Ainda que a jornalista esteja falando em um período anterior ao ocorrido no Rio Grande do Sul ela traz argumentos muito pertinentes a atual conjuntura. Ela está se referindo a enchentes que aconteceram no estado do Rio de Janeiro.

## 2. ATIVIDADES REALIZADAS

A reflexão desta análise manifesta-se a partir da situação experienciada da catástrofe das intensas chuvas que provocou diversas inundações, que tem confirmado até o momento o número de 180 vítimas fatais segundo o site do Rádioagência (2024), que ainda deixou muitas famílias sem moradia, estimado 616 pessoas sem moradia no estado.

O autor Jessé Souza é convocado para refletirmos sobre a relação sociológica da identidade de subcidadania delegada as classes mais vulneráveis socioeconomicamente e as dificuldades de garantia de subsistência e sobrevivência em períodos catastróficos.

Ele conceitua o habitus precário como sendo o meio pelo qual as pessoas são distinguidas no Brasil a partir de suas origens, consequentemente raciais, a se considerar o histórico escravocrata brasileiro, em que os negros e negras, após a libertação pela implementação da Lei Áurea, tiveram profundas dificuldades de adaptar-se ao sistema capitalista de competitividade que é o mercado de trabalho. Sendo este um problema de ordem social cognitiva do negro pelo abandono, pois pós serem alforriados não houve o processo de inserção das/os negras/os, ocasionando uma inadaptação dos mesmos.

A ideia do hábitus precário mencionada anteriormente é uma adaptação do conceito de hábitus do Sociólogo francês Pierre Bourdieu, que do original habitus de um determinado grupo social é regulado por sistemas de práticas cotidianas que são “duráveis” ao longo do tempo e “transponíveis” seja de gerações a outras ou

de grupos a outros, consolidando a representatividade dessas práticas. Em outras palavras, o habitus de um determinado grupo é anterior aos sujeitos desse mesmo grupo, esse sistema de habitus regula as práticas do grupo para a reprodução desses habitus com quem se identifica com eles.

Já o habitus precário de Souza segue essa mesma direção, mas em se tratando da experiência escravagista brasileira há uma nova classificação devido o surgimento de uma classe social que em comparação a estrutura social de países do centro do capitalismo, essa classe se encontra abaixo da classe proletária europeia, que é a “ralé”. Para ele a ralé constitui um habitus precário justamente por ser majoritariamente formada por indivíduos recém libertos da escravidão racial. A família negra liberta não dispunha de uma estrutura de funcionamento básico para o sistema capitalista, pois não tiveram condições mínimas para isso, sendo que viveram mais de trezentos anos de escravidão. Ele ainda vai falar que o abandono dessas populações foi o que gerou a inadaptação dos mesmos. Essa inadaptação por abandono é equivalente ao habitus precário.

Essa relação alça o tom da desigualdade em que Souza identifica que na sociedade brasileira contemporânea, na qual distingue pessoas que tem resguardado o direito à vida enquanto outros são subjugados a perecer de acordo com sua colocação ou status social a que pertence, evidenciando que essas desigualdades se expressam mais nitidamente nas classes mais baixas, em que houve no Brasil um processo de alargamento das classes médias, principalmente pós governos que primaram diminuir as desigualdades sociais no país. É nesse contexto que vemos disputas sociais entre uma classe média Pelotense que, ao se deparar com as cheias, em sua grande maioria, conseguiu reverter não a situação da enchente em específico, pois suas casas também foram tomadas, mas em situação de acessar novas moradias, sejam elas fixas ou temporárias, sem precisar exatamente da solidariedade alheia para realizar suas necessidades básicas. Já a “ralé” pelotense, que seriam as camadas mais pobres da cidade, para conseguir essas condições mínimas passou a depender ainda mais de uma rede de apoio solidária e de programas assistencialistas sociais.

Para a realização dessa análise reflexiva foi necessário consultar, além do livro Subcidadania Brasileira de Jessé Souza foi, necessário acessar uma leitura realizada na disciplina de Sociologia IV que foi o capítulo 10 – Pierre Bourdieu, escrito por Gabriel Peters, do livro Os Sociólogos de Auguste Comte a Gilles Lipovetsky, da coletânea Clássicos das Ciências Sociais, organizado por Sarah Silva Telles e Solange Luçan de Oliveira. Houve também uma pesquisa em um podcast chamado Pauta Pública, do episódio 107 Racismo ambiental e justiça climática - com Mariana Belmont (2024), jornalista e pesquisadora organizadora do livro “Racismo Ambiental e Emergências Climáticas no Brasil” (2023) para compreender melhor o que é o racismo ambiental e por fim, a pesquisa no site Radioagência para obter estimativas dos resultados e prejuízos causados pelas enchentes, como o número de mortos ou de pessoas desabrigadas.

Todos os anos estamos lidando com o “novo normal”, as mudanças climáticas ocasionadas pela ação humana predatória do sistema capitalista de acumulação monopolista de capital pela elite dominante, que está nos resultando a cada vez mais crises climáticas sem precedentes, as quais a humanidade global vai ter de encontrar soluções haja visto que muitas delas serão inevitáveis. Isso é o que há de maior relevância para o debate público pois não se é mais possível ignorar essas transformações calamitosas ambientais.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema que busquei trabalhar na minha análise foi a “subcidadania brasileira” como marcador social de desigualdades em períodos de crises climáticas como reforço do racismo ambiental, em que as classes mais pobres, negras e minoritárias dispõem de maiores entraves ao acesso de ferramentas para o combate das enchentes e o asseguramento de condições básicas para a manutenção de sua subsistência.

O que veio a mobilizar esse trabalho foi a necessidade em investigar de que maneira cada grupo social da cidade de pelotas conseguiu dispor para enfrentamento das enchentes, e o que foi necessário de mobilização solidária para dar conta das demandas sociais nesse período tão conturbado, evidenciando as marcas da desigualdade em que a classe média da cidade teve condições mais confortáveis para esse enfrentamento do que as pessoas mais pobres. E para melhor explorar esse tema usei dos conceitos sociológicos de Jessé Souza que foi de extrema importância para relacionar essa desigualdade social, que também é fruto de uma desigualdade racial histórica que foi fruto do processo de escravidão e colonização do Brasil. Pensar esse tema é projetar possibilidades de políticas públicas para grupos sociais que já são há séculos desfavorecidos (antes escravizados), e mesmo políticas públicas, atualmente existentes, revelam uma ineficiência ao atender essas populações.

Para desenvolver esse trabalho foi necessária uma profunda compreensão do autor, tendo em vista que ele dialoga com clássicos da sociologia como Pierre Bourdieu e Florestan Fernandes, e os usam para referendar seu trabalho promovendo adaptações das teorias desses clássicos para conduzir uma análise autoral e inovadora, essa relação com esses autores demandou uma leitura mais específica para compreender Souza.

### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

#### Capítulo de livro

PETERS, Gabriel. Pierre Bourdieu (1930-2002). In: TELLES, S.; OLIVEIRA, S. Os sociólogos: clássicos das Ciências Sociais. Petrópolis: Vozes, p. 188 – 215, 2018. SOUZA, Jessé. Subcidadania Brasileira: Para entender o país além do jeitinho brasileiro. Le Ya, p. 153 – 188, 2018.

#### Documentos eletrônicos

**EP 107 Racismo ambiental e justiça climática - com Mariana Belmont.** Podcast Pauta Pública. 16 de fevereiro de 2024. Acessado em 25 de agosto de 2024. Online. Disponível em: <https://apublica.org/podcast/2024/02/podcast-pauta-publica/racismo-ambiental-e-justica-climatica-com-mariana-belmont/#>

**Rio Grande do Sul tem 616 mil pessoas fora de casa pela calamidade.** Agência Brasil, Brasília, 03 de junho de 2024. Acessado em 26 de agosto de 2024. Online. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-06/rio-grande-do-sul-tem-616-mil-pessoas-fora-de-casa-pela-calamidade>

**Sobe para 180 o número de mortos pelas enchentes no Rio Grande do Sul.** Radioagência, Brasília, 03 de julho de 2024. Acessado em 25 de agosto de 2024. Online. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/geral/audio/2024-07/sobe-para-180-numero-de-mortos-pelas-enchentes-no-rio-grande-do-sul>



## O BULLYING E O CYBERBULLYING COMO INFRAÇÕES PENAIS PREVISTAS NO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO

GABRIELLA XIMENES SILVA<sup>1</sup>;

DANIEL BROD RODRIGUES DE SOUSA<sup>2</sup>;

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – gabiximenessilva19@gmail.com

<sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas – brodsousa@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

A primeira regulamentação no Brasil sobre o tema do *bullying* foi por intermédio da Lei 13.185, de 06 de novembro de 2015, a qual tem por finalidade instituir um programa de combate à intimidação sistemática, cujo conceito foi fixado no seu art. 1º § 1º, nos seguintes termos: “considera-se intimidação sistemática (*bullying*) todo ato de violência física ou psicológica, intencional e repetitivo que ocorre sem motivação evidente, praticado por indivíduo ou grupo, contra uma ou mais pessoas, com o objetivo de intimidá-la ou agredi-la, causando dor e angústia à vítima, em uma relação de desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas”. A expressão empregada na legislação para a prática do *bullying* é a de intimidação sistemática. Diante desse conceito é possível diferenciar a mera intimidação isolada de *bullying*, pois a terminologia sistemática descreve uma prática contínua do agressor (BRASIL, 2015).

No parágrafo único do mencionado dispositivo legal é expresso o conceito de *cyberbullying*, como sendo a “intimidação sistemática na rede mundial de computadores” em que se utiliza como meio para a realização das aludidas formas de conduta os aparelhos eletrônicos (BRASIL, 2015). Entretanto, a Lei 13.185/2015, considera o *bullying* e o *cyberbullying* como condutas que devem ser combatidas e preventivamente evitadas, mas não classificou tais comportamentos como infrações penais, algo que deveria ter feito de acordo com a posição de parte da doutrina (NUCCI, 2024).

As práticas de *bullying* e do *cyberbullying* violam os direitos à dignidade humana da vítima. A Constituição Federal de 1988, em seu art. 5º, no inciso X, assinala que são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando, assim, o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação. Desse modo, uma vítima que sofre com *cyberbullying*, o qual é derivado da execução de *bullying*, tem por afetado, também, os seus direitos fundamentais, como, por exemplo, da dignidade humana, da personalidade, bem como da privacidade e da intimidade, considerados pela doutrina jurídica como direitos humanos digitais (SAMPAIO, 2020). O tema do *cyberbullying*, mesmo sendo classificado como espécie de *bullying*, é de extrema relevância, tendo em vista os casos recorrentes na internet, sendo estes resultantes de consequências mais severas para as partes envolvidas (LIMA, 2024).

Sendo assim, foi normativamente disciplinada, em 2024, as consequências penais do *bullying* e do *cyberbullying*, com a edição da nova Lei 14.811/2024, que estabeleceu a criminalização de tais comportamentos no art. 146-A do Código Penal brasileiro. Logo, existe uma necessidade da análise dos novos tipos penais do art. 146-A do Código Penal, concernentes ao *bullying* e ao *cyberbullying*, bem



como as suas consequências como a utilização de políticas criminais e a efetiva repercussão no âmbito do Direito Penal.

## 2. ATIVIDADES REALIZADAS

O trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica on-line, com a análise de artigos científicos, revistas jurídicas criminais e doutrina jurídica que abordam sobre o novo art. 146-A do Código Penal brasileiro e seus reflexos no sistema jurídico nacional.

## 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *bullying* tornou-se um assunto relevante para a sociedade civil a partir da Suécia, no fim de 1970, sendo que o pioneiro a pesquisar sobre o assunto foi Dan Olweus na Universidade de Bergen, em que se observou que a sua principal consequência para as vítimas, em algumas situações, era o desencadeamento do suicídio (LIMA, 2024). Além disso, a situação se evidenciou mais preocupante, visto que o problema não atingiu apenas a Suécia, mas também outros países vizinhos da Europa, como a Noruega, no ano de 1983, em que foi edificada uma campanha de combate contra o *bullying* (LIMA, 2024). Nesse sentido, as pesquisas sobre o tema do *bullying* tornaram-se mundiais, visto que os casos eram similares, sendo que no Brasil, em 1997, foi registrado pela professora Marta Canfield a primeira pesquisa sobre o assunto, na qual foi analisada em escolas públicas, no estado do Rio Grande do Sul, tendo sido utilizados, na ocasião, questionários adaptados de Olweus para o aludido trabalho (LIMA, 2024).

Segundo a Revista de Pediatria, os resultados psicossociais para as crianças alvo de *bullying* são alarmantes para a saúde mental, vida escolar e o seu desempenho, acarretando, ainda, por exemplo, alteração de sono, isolamento social, pânico, anorexia, bulimia, irritabilidade e a tentativa de suicídio (NETO, 2005). A mencionada revista também destaca que as vítimas com transtornos mentais e dificuldades nas interações sociais possuem o risco maior de impactos psicossociais, podendo agravar o quadro diagnóstico (NETO, 2005). Sendo assim, o problema do *bullying* e *cyberbullying* também é considerado como uma matéria de saúde pública, tendo em vista as consequências resultantes da violência (NETO, 2005).

De acordo com a Lei de Combate ao *Bullying*, Lei 13.185/2015, os comportamentos sistemáticos de violência e intimidação nas escolas são considerados *bullying*, e as condutas semelhantes, porém realizadas no ambiente cibernético, são manifestações de *cyberbullying*. No entanto, essa legislação não anuncia consequências criminais, logo os profissionais do direito quando precisavam fixar sanções penais para tais fatos, utilizavam as ferramentas jurídicas disponíveis no segmento dos crimes contra a honra previstos no Título I, Capítulo V, do Código Penal (LIMA, 2024).

Desse modo, a partir de 2015 o direito brasileiro buscou combater a violência nas escolas, por meio da publicação da citada Lei 13.185. Entretanto, conforme os dados obtidos pelo Colégio Notarial Brasileiro, são 121 mil casos de *bullying* e de *cyberbullying* no ano de 2023, ou seja, são 10 mil casos em todos os meses do ano registrados (MADEIRO, 2023). Percebe-se, assim, uma omissão parcial da lei, pois

mesmo que busque combater a prática, os mecanismos de combates são insuficientes diante do aumento de casos no ano de 2023 (MADEIRO, 2023).

### 3.2 ANÁLISE DA LEI 14.811/2024

No ano de 2023 o Brasil promulgou as diretrizes estabelecidas na Convenção sobre Crime Cibernético, realizada em Budapeste, em 2001, em que resultou em mudanças significativas no direito interno, com a edição da Lei 14.811/2024, que criou o mencionado art. 146-A, que criminaliza as condutas aqui objeto de exame (LIMA, 2024).

O art. 146-A adicionado no Código Penal traz os delitos de *bullying* e de *cyberbullying*, cujas noções conceituais são extraídas da Lei 13.185/2015. No *caput*, o aludido dispositivo legal possui uma redação que tipifica o crime de *bullying* e, no seu parágrafo único, criminaliza o *cyberbullying* (BRASIL, 2024). As penas cominadas não são as mesmas, uma vez que para o *bullying* a pena é isoladamente de multa, se a conduta não constituir crime mais grave; já para o *cyberbullying* a pena prevista é de dois a quatro anos de reclusão e multa, caso o comportamento não venha a representar delito mais gravoso (BRASIL, 2024). Sendo assim, percebe-se que as consequências jurídicas são mais enérgicas para os autores de *cyberbullying*, pois o crime tem a pena privativa de liberdade cominada, diferentemente do *bullying* para o qual o tipo penal prevê somente uma pena de multa (BRASIL, 2024).

Surge o questionamento quanto a classificações do tipo penal no âmbito criminal e o seu tratamento como crime. Segundo Nucci (NUCCI, 2024), o *bullying* é considerado crime e não contravenção penal, mesmo que tenha a multa como pena isoladamente cominada, salientando que a redação do dispositivo legal expressa que a sanção pecuniária será aplicada exceto se não constituir delito mais grave, classificando-se, com efeito, como um crime de caráter subsidiário. Além disso, o autor destaca que a pena de multa para o *bullying* é considerada branda, frente à realidade do crime que resulta em situação traumática e o contato direto entre vítima e agressor. No entanto, a pena para o crime de *cyberbullying* é concebida como desproporcional, visto que o seu gênero, *bullying*, tem um tratamento mais benevolente do que a sua espécie, a qual possui a pena privativa de liberdade cumulada com a sanção pecuniária (NUCCI, 2024).

O *bullying* e o *cyberbullying* são considerados crimes comuns, mas possuem na forma redacional termos tecnicamente questionáveis no *caput* do citado tipo penal, no qual é utilizado o verbo intimidar de forma equivocada, resultando em uma descrição redundante e confusa (DE SOUZA, 2024).

### 3.3 CONCLUSÃO

Conclui-se que apesar da motivação consistir na proteção das pessoas quanto aos fatos caracterizados como *bullying* e *cyberbullying*, a recente atualização legislativa consiste em instrumento insuficiente, pois o Direito Penal possui as suas peculiaridades e princípios orientadores que devem ser observadas pelo legislador, para o melhor entendimento no âmbito jurídico-criminal e que não resultem em equívocos de técnica legislativa. (DE SOUZA, 2024).

Além disso, percebe-se que foi observada a legislação anterior de *bullying* como base da criação do citado dispositivo legal do Código Penal. No entanto, a

Lei 13.185/2015 não deveria ser utilizada como o fundamento conceitual, visto que a Lei 14.811/2024 insere um novo tipo penal que exige maior precisão redacional, em consonância com o princípio da taxatividade. A estratégia de utilizar ferramentas de políticas criminais mostra-se desproporcional, consoante opinião de parte da doutrina, por não ter sido considerado o princípio da intervenção mínima do Direito Penal, de modo que a solução do problema se encontra mais efetiva com a adoção de conscientização e de mecanismos de prevenção dessas violências, assim como com a urgente revisão legislativa do dispositivo (LIMA, 2024).

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 13.185, de 06 de novembro de 2015.** Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Brasília, DF: Presidência da República, 06 nov. 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm#art8](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13185.htm#art8). Acesso em: 07 out. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.811, de 12 de janeiro de 2024.** Institui medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares, prevê a Política Nacional de Prevenção e Combate ao Abuso e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente [...]. Brasília, DF: Presidência da República, 12 de jan. 2024. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/lei/l14811.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14811.htm). Acesso em 07 out. 2024.

DE SOUZA, Tatiana Lourenço Emmerich; FREITAS, Bruno Gilaberte. A criminalização do bullying e cyberbullying: uma análise do artigo 146-A do Código Penal. **Boletim IBCCRIM**, v. 32, n. 376, p. 8-11, 2024.

LIMA, A. P. C.; CRESPO, M. **Crimes Digitais**. São Paulo: 1. Ed Thomson Reuters Brasil, 2024.

LOPES NETO, Aramis A. Bullying: comportamento agressivo entre estudantes. **Jornal de Pediatria**, v. 81, p. s164-s172, 2005.

MADEIRO, Carlos. Bullying: **Brasil tem recorde de registros em 2023, com 10 mil casos por mês**. Jornal UOL, São Paulo, 25 de jan. de 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/carlos-madeiro/2024/01/25/com-10-mil-casospor-mes-pais-tem-recordede-registros-de-bullying-em-2023.html>. Acesso em: 20 de set. de 2024

NUCCI, G de S. **Código Penal Comentado**. Rio de Janeiro: Forense, 2024.

SAMPAIO, José Adércio Leite; FURBINO, Meire; MENDIETA, David. A declaração universal dos direitos humanos nos espaços digitais: uma necessidade em tempos cibernéticos. **Revista Jurídica**, v. 4, n. 61, p. 30-69, 2020.

## INCLUSÃO, ACESSIBILIDADE, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO: UM ESTUDO SOBRE OS MUSEUS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS (UFPEL)

RAFAELA DOMINGUES CAVALHEIRO<sup>1</sup>; ALINE NUNES DA CUNHA DE MEDEIROS<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [cavalheiro.domingues26@gmail.com](mailto:cavalheiro.domingues26@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [alinencm@gmail.com](mailto:alinencm@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho objetiva refletir como espaços históricos e culturais, especificamente os museus da Universidade Federal de Pelotas, estão implementando práticas de acessibilidade para permitir que Pessoas com Deficiência (PCD) tenham acesso à memória e ao patrimônio. A acessibilidade nesses espaços é um elemento crucial para a promoção da inclusão social e da democratização do acesso à cultura. Em um país onde a diversidade é uma realidade, garantir que todos, independentemente de suas condições físicas ou cognitivas, possam vivenciar e apreciar o patrimônio cultural é uma responsabilidade que não pode ser ignorada.

A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, estabelece diretrizes fundamentais para assegurar que as pessoas com deficiência (PCD) tenham acesso e participação plena em diversos contextos, incluindo ambientes culturais. Conforme disposto no Art. 42, PCDs devem ter garantido o direito de frequentar bens culturais em formatos acessíveis (Lei Federal nº 13.146, Brasil, 2015). Complementarmente, a Lei nº 11.904/2009, que institui o Estatuto de Museus, destaca no Art. 2º que um dos princípios fundamentais dos museus é “V - a universalidade do acesso, o respeito e a valorização à diversidade cultural” (Lei Federal nº 11.904, Brasil, 2009).

Essas legislações visam promover a inclusão e assegurar que todos possam usufruir da cultura e do patrimônio de forma igualitária, no entanto, a implementação dessas diretrizes ainda enfrenta desafios significativos, muitos desses espaços ainda apresentam barreiras que dificultam ou impedem o acesso de Pessoas com Deficiência (PCD). Os museus da Universidade Federal de Pelotas, especificamente os que ficam no Centro Histórico da cidade, Museu do Doce<sup>1</sup>, Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo<sup>2</sup> e Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter<sup>3</sup>, representam um microcosmo desse cenário, cada um deles possui características únicas e diferentes acervos, mas compartilham a necessidade de se tornarem mais inclusivos e acessíveis.

---

<sup>1</sup> O Museu do Doce da Universidade Federal de Pelotas – situado na Praça Coronel Pedro Osório, número 8 – foi criado em 30 de dezembro de 2011. Configura-se como órgão suplementar do Instituto de Ciências Humanas da UFPel e tem como missão salvaguardar os suportes de memória da tradição doceira de Pelotas (UFPEL,2024).

<sup>2</sup> Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo da universidade federal de Pelotas - situado na Praça 7 de Julho, número 180 - inaugurado em 07 de novembro de 1986. É vinculado ao Centro de Artes da UFPel, tem como missão zelar pela preservação e conservação de seu acervo artístico e documental. Garantir a integridade física do acervo de obras de Leopoldo Gotuzzo, patrono do museu (UFPEL,2024).

<sup>3</sup> O Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter da Universidade Federal de Pelotas - situado na Praça Coronel Pedro Osório, número 1 - desde 1991, é um órgão suplementar do Instituto de Biologia da UFPel e tem por missão realizar atividades voltadas ao ensino, à pesquisa e à extensão universitária, focada na área das ciências naturais (UFPEL,2024).

Além disso, é fundamental considerar que a memória coletiva não apenas preserva o passado, mas também molda a percepção atual sobre os direitos das pessoas com deficiência. A construção de um patrimônio inclusivo deve reconhecer as experiências e as lutas dessa população, permitindo que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas. De acordo com o historiador Jacques Le Goff (1990), a memória cria uma conexão entre as gerações humanas e o contexto histórico que as envolve. Essa conexão assume um caráter afetivo, permitindo que a população se reconheça como parte da história, o que implica ter não apenas direitos, mas também responsabilidades em relação à sua comunidade. Nessa mesma linha, o sociólogo Michael Pollak (1992) reflete sobre a memória não apenas como um registro do que aconteceu no passado, mas também como uma ferramenta para compreender o tempo presente e seus conflitos. Nesse contexto, é crucial vincular essas reflexões ao direito das pessoas com deficiência, considerando a memória e o patrimônio como elementos centrais na construção de uma sociedade mais inclusiva e justa. A valorização das experiências dessas pessoas não só enriquece nossa compreensão da história, mas também fortalece seus direitos e sua representatividade na sociedade.

Portanto, o intuito deste trabalho é mostrar quais são as práticas de acessibilidade que têm sido implementadas e de que forma elas impactam a experiência dos visitantes durante as mediações nos museus da UFPEL e sensibilizar a comunidade acadêmica sobre a importância da acessibilidade em ambientes históricos e culturais.

## **2. ATIVIDADES REALIZADAS**

A pesquisa foi realizada por meio de três atividades: visitação mediada aos museus da Universidade Federal de Pelotas; entrevista com integrantes das gestões dos museus; formulário do Google Forms destinado a estudantes da universidade, especificamente estudantes PCDs.

As visitas mediadas possibilitaram uma observação direta do ambiente, enquanto as entrevistas ofereceram um espaço para que os profissionais compartilhem suas experiências e reflexões. O questionário complementa essa abordagem ao trazer a voz dos alunos PCDs para o centro da discussão. Além disso, essa pesquisa busca alinhar-se aos princípios da inclusão e da diversidade, promovendo um diálogo entre os diferentes atores envolvidos no processo de acessibilidade e inclusão.

O público-alvo é a comunidade acadêmica, estudantes PCDs, que podem contribuir com suas vivências e percepções sobre o tema da acessibilidade nos museus. A troca de experiências entre os pesquisadores e os participantes é fundamental para o desenvolvimento de ações mais eficazes e inclusivas. A metodologia adotada baseia-se em uma abordagem qualitativa, que permite uma análise profunda e contextualizada das práticas de acessibilidade nos museus. Ao final do estudo, espera-se contribuir não apenas com dados concretos, mas também com recomendações práticas que possam ser implementadas pelos museus para melhorar a experiência de todos os visitantes.

## **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando os objetivos propostos no início desta pesquisa, os dados analisados através das atividades, revelam um avanço significativo nas práticas inclusivas, refletindo o comprometimento das equipes em oferecer uma



experiência que respeite e valorize a diversidade dos visitantes. A tabela a seguir apresenta os dados coletados a partir das entrevistas:

**Tabela 1: Entrevistas**

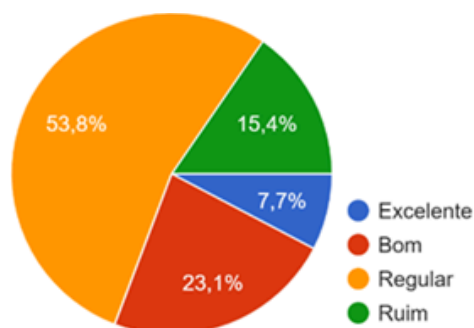
Perguntas	Resposta (Museu de Ciências Naturais Carlos Ritter)	Resposta (Museu do Doce)	Resposta (Museu de Arte Leopoldo Gotuzzo)
<b>Quais as práticas de inclusão e acessibilidade implementadas no Museu?</b>	Em 2019, foi desenvolvido um programa de acessibilidade, que incluiu a análise de questões estruturais e medidas a serem tomadas. O museu possui plataforma elevatória e elevador, além de disponibilizar animais para toque com agendamento e foram implementados QR code com sons de pássaros.	Desde 2016, iniciou um trabalho significativo nessa área por meio do programa de extensão “O Museu do Conhecimento para Todos: Inclusão cultural para pessoas com deficiência em museus universitários”. Esse programa visou não apenas a criação de uma exposição de longa duração acessível, mas também a implementação de um plano museológico que incorpora práticas de acessibilidade em suas atividades.	O museu possui um plano museológico que inclui ações voltadas para à acessibilidade visual, motora e atitudinal.
<b>Existe protocolo de atendimento específico para PcD?</b>	Sim, o museu realiza treinamento para mediadores focado em acessibilidade, preparando-os para atender a diversos públicos. O aluno Leandro Pereira, uma pessoa cega, contribui com o treinamento e desenvolvimento de recursos acessíveis.	Sim, o Museu do Doce possui um protocolo de atendimento específico para pessoas com deficiência. A equipe do Museu já foi capacitada nas questões de acessibilidade, e os mediadores participaram de um curso de formação de mediador.	Sim, nos objetivos estratégicos do plano museológico, há um foco em ser acessível a PcD, incluindo o treinamento e capacitação de toda a equipe.
<b>O museu disponibiliza materiais em formato acessível durante as visitas?</b>	O museu oferece maquete do prédio para orientação espacial, descrição das imagens no Instagram, e desenvolveu um Jogo da Memória Aves em versões inclusivas. Planos futuros incluem audiodescrição e tradução em libras para exposições.	O Museu do Doce disponibiliza materiais em formato acessível durante as visitas, incluindo audiodescrição, audioguia, identificação em braille e letras ampliadas, réplicas táteis da estrutura do prédio e do teto e roteiros em pictogramas.	Sim, dependendo da exposição, o museu oferece audioguia e audiodescrição, além de disponibilizar audiodescrição e legendas em braille para pelo menos três obras de Leopoldo Gotuzzo a cada ano.

A pesquisa realizada através do Formulário do Google Forms obteve 16 respostas de alunos vinculados à UFPEl, sendo que 67,3% dos participantes são estudantes PCDs. Dentre os respondentes, 13 alunos afirmaram já ter frequentado os museus da universidade, enquanto 3 não. As razões apontadas para a não visita incluem desinteresse, falta de informação e dificuldade de acesso. Os estudantes que tiveram a oportunidade de visitar os museus avaliaram suas experiências em relação à acessibilidade conforme as perguntas “4. Se você já visitou algum destes museus mencionados anteriormente, como você avaliaria a sua experiência em termos de acessibilidade?” e “5. Você encontrou recursos de acessibilidade adequados durante a sua visita (Ex: rampas, sinalização em braille, guias em Libras, audiodescrição, banheiros adaptados)?”. Os resultados serão apresentados nos gráficos a seguir:

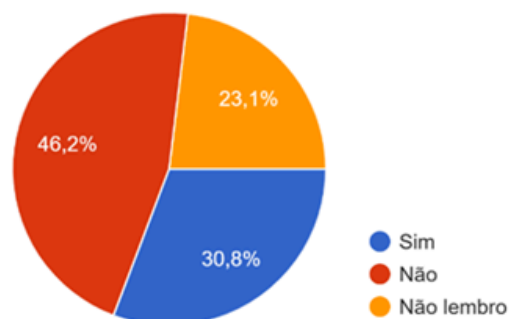
**Gráfico 1:** Referente a pergunta 4

**Gráfico 2:** Referente a pergunta 5





**Fonte:** Questionário do Google Forms



**Fonte:** Questionário do Google Forms

A análise dos dados revela que, embora haja avanços significativos na implementação de programas de acessibilidade, ainda existem lacunas que precisam ser abordadas para garantir uma experiência verdadeiramente inclusiva. Em conclusão, é importante destacar iniciativas como o Projeto de Extensão “Um Museu para Todos: Programas de Acessibilidade”, coordenado pela professora Desirée Nobre Salazar, que visa diagnosticar a acessibilidade dos museus da Rede de Museus da UFPel, proporcionando às instituições bases concretas para atualizar seus Programas de Acessibilidade; e o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI) da UFPel que desempenha um papel crucial ao tornar a universidade mais inclusiva, tanto nas práticas educacionais quanto nas atividades culturais em que se envolvem. Essas ações coletivas reafirmam o compromisso com a acessibilidade e a inclusão.

#### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. Lei Federal nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009. **Diário Oficial da União 2009**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm). Acesso em: 20 de setembro de 2024.

Brasil. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. **Diário Oficial da União 2015**; 7 jul. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 20 de setembro de 2024.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. SP: Editora da UNICAMP, 1990.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5.n. 10, p. 200-212, 1992.

UFPEL. **Núcleo de Acessibilidade e Inclusão - NAI**. 2021. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/nai/>. Acesso em: 20/09/2024.

\_\_\_\_\_. Um museu para todos: **Programas de Acessibilidades**. 2020. Disponível em: <https://institucional.ufpel.edu.br/projetos/id/u1901>. Acesso em: 20/09/2024.

\_\_\_\_\_. **Rede de Museus UFPel**. 2024. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/rededemuseusdaufpel/>. Acesso em: 20/09/2024.

## ESTUDANTE-TRABALHADOR: IMPACTOS NA FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS ESTUDANTES DE CIÊNCIAS SOCIAIS

RAFAELLA HERMES LEMOS<sup>1</sup>; HELENA COSTA DA TRINDADE<sup>2</sup>;

FRANCISCO DOS SANTOS KIELING<sup>3</sup>:

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [rafaellahlemos@gmail.com](mailto:rafaellahlemos@gmail.com)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [helena.cstrindade@gmail.com](mailto:helena.cstrindade@gmail.com)

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas – [franciscokielling@gmail.com](mailto:franciscokielling@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

O ingresso na Universidade é, frequentemente, associado a desafios acadêmicos e pessoais, onde diversos indivíduos precisam conciliar suas responsabilidades acadêmicas com atividades profissionais, seja para garantir sua subsistência ou para adquirir experiência. Vargas & Paula (2013) afirmaram que, apesar de a democratização ter ampliado o ingresso de setores das classes subalternas no ensino superior brasileiro, as políticas públicas de acesso e permanência não contemplam as especificidades do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante, ainda que a maioria dos universitários brasileiros trabalhem ou esteja à procura de trabalho. A dupla condição de trabalhar e estudar é central, visto que, para uma parcela dos estudantes:

“Não existe a opção de abandonar o trabalho para continuar os estudos. O trabalho é pré-condição para concorrer a uma vaga e sobreviver, inclusive no ensino superior público. A rotina daqueles que trabalham de dia e estudam a noite implica em desgaste cotidiano, pois envolve “poucas horas de sono, dificuldades com transporte, falta de tempo para comer, pouco tempo com a família, privação ou postergação de alguns bens de consumo” (Almeida, 1998, p. 24).

O objetivo deste trabalho é avaliar como os alunos do curso de graduação em Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) da UFPel enfrentam o desafio de conciliar a sua carga horária de estudo com seu trabalho. Compreender essa realidade é fundamental para que a Universidade e a comunidade em geral possam reconhecer e compreender os grandes desafios enfrentados por tais estudantes que compõem grande parte da comunidade acadêmica.

### 2. ATIVIDADES REALIZADAS

O presente trabalho teve como público alvo os estudantes do curso de graduação em Ciências Sociais (Licenciatura e Bacharelado) da Universidade Federal de Pelotas, e foi realizado a partir de um formulário do Google, com o objetivo de mapear os estudantes que trabalham e os estudantes que não trabalham. A partir disso, o formulário foi compartilhado com os estudantes pelo coordenador do curso através da plataforma Cobalto. Depois de duas semanas de coleta, foi realizada uma sistematização e análise dos dados recolhidos.

Entre as questões que continham no formulário, foram consideradas como de maior relevância as que abarcavam: idade; quantas pessoas moram na mesma casa; quantas disciplinas cursaram no último semestre; tipo de trabalho exercido (informal, formal, aplicativo, etc.); trabalhar foi uma escolha ou uma necessidade; quantas horas trabalhadas semanalmente; se precisou realizar

ajuste de carga horária; se precisou sacrificar a participação extracurricular; como faz para equilibrar ambos compromissos; e se os professores compreendem essa demanda; além de outras duas descritivas as quais perguntavam de que forma os estudantes acreditam que a Universidade pode melhorar a experiência para quem trabalha e estuda e um espaço para compartilharem algo mais sobre a experiência. Ademais, também houve uma pesquisa em materiais teóricos de pesquisas e trabalhos desenvolvidos anteriormente, de maneira a fundamentar, complementar e agregar conhecimento.

Com 39 alunos participantes, a realização da pesquisa proporcionou informações valiosas e significativas. A seguir, detalharemos os principais achados que refletem a complexidade de se desempenhar ambas as atividades e a relevância do tema abordado:

A idade dos estudantes pesquisados possui uma variação que vai de 18 até 60 anos de idade, com uma concentração maior de estudantes entre 20 e 44 anos. Quando questionados sobre a quantidade de pessoas com que dividem a casa, as respostas variam de maneira considerável, sendo a resposta com maior percentual a que possui 2 moradores (39% das respostas).

No que diz respeito a forma de trabalho dos estudantes pesquisados (informal, formal, bolsa de desenvolvimento profissional, microempreendedor individual, jovem aprendiz, estagiário, trabalho através de aplicativos e/ou “bicos”), 60% dos respondentes alegam ter emprego formal, enquanto apenas 6,7% realizam atividade informal, com 50% dos estudantes trabalhando mais de 40 horas semanais. Em conexão, os estudantes foram questionados sobre se iniciaram suas atividades laborais por escolha ou por necessidade, de maneira que 76,7% dos estudantes alegam trabalhar por necessidade, contra 23,3% que alegam ser uma escolha.

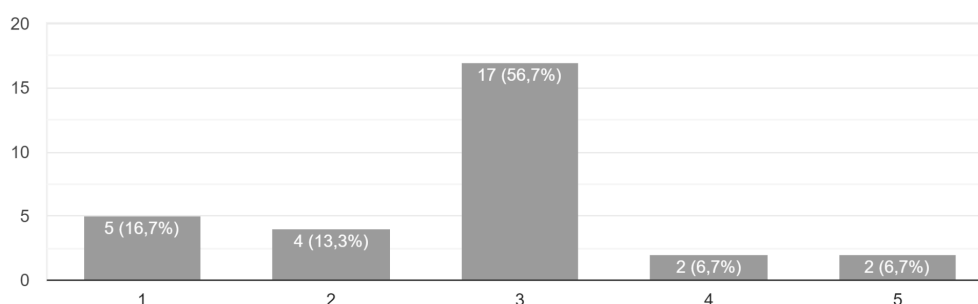
Quando indagados sobre a necessidade de realizar ajustes na carga horária de estudos em função do trabalho, os estudantes relataram que, em muitos casos, foram obrigados a adaptar seus horários de estudo para conciliar as demandas do trabalho, com 83,3% das respostas sendo positivas. Essa situação gera impactos significativos nas rotinas acadêmicas, refletindo a necessidade de um planejamento para equilibrar as obrigações educacionais e profissionais. Como exemplos negativos desse cenário, podemos citar o atraso da formação acadêmica, a diminuição da qualidade do aprendizado e a participação em atividades extracurriculares ofertadas pela própria Universidade. Em relação a esse último elemento, 90% dos entrevistados relataram não conseguir participar de eventos e demais compromissos acadêmicos. Ainda nesse sentido, 39% dos estudantes cursaram no último semestre (2024/1) ou mais disciplinas e, por conta da carga horária de trabalho, 30% alegam que trabalhar e estudar prejudicam o seu desempenho acadêmico.

Ao analisar os dados, percebe-se que há um significativo conflito entre os horários que os alunos têm disponíveis (antes ou após o trabalho) e as atividades extracurriculares. Muitas vezes, os estudantes se veem obrigados a renunciar às atividades que enriquecem e complementam sua formação, uma vez que a carga horária de trabalho, combinada com a carga das aulas, impede a participação em grupos de estudo, grupos de pesquisa e de extensão, além de cursarem disciplinas optativas, que são fundamentais para a formação e para a conclusão da graduação, visto que o curso de Ciências Sociais exige 210 horas complementares para a Licenciatura e para o bacharelado – o que indica um aumento, visto que no currículo antigo correspondia a 200 horas complementares. As disciplinas optativas são frequentemente deixadas para serem cursadas nos

últimos semestres, podendo, inclusive, este ser outro fator que prolonga o tempo de conclusão do curso.

Em resposta à consulta em escala no que diz respeito a compreensão dos docentes acerca dos desafios que os estudantes enfrentam ao trabalhar e estudar ao mesmo tempo, as respostas foram alarmantes, com 1 sendo pouco e 5 sendo muito:

**ESCALA 1** – Em uma escala, o quanto você sente que seus professores têm uma compreensão adequada dos desafios que você enfrenta ao trabalhar e estudar simultaneamente?



Fonte: Formulário do Google, pesquisa própria.

Ademais, a busca por um equilíbrio entre as atividades é uma realidade por grande parte dos estudantes que realizam ambas. Diante das demandas da Universidade e das responsabilidades profissionais, os estudantes frequentemente precisam organizar suas rotinas de maneira a dar conta. Nessa perspectiva, ao analisar as respostas obtidas, nota-se uma variação de experiências e opiniões, refletindo experiências pessoais e distintas. Nesse sentido, a seguir será apresentado as respostas mais impactantes levantadas pelos participantes acerca dessa dinâmica:

**TABELA 1** – Relato dos estudantes ao serem questionados sobre a forma com que equilibram os compromissos acadêmicos com os compromissos de trabalho.

Aluno 1	"Tento fazer no final de semana. Mas geralmente não consigo conciliar."
Aluno 2	"Dando prioridade para o trabalho."
Aluno 3	"Do jeito que dá, às vezes o cansaço é muito que nem abrir um texto eu consigo."
Aluno 4	"Sacrificando horas de sono e lazer."
Aluno 5	"Estudo para as provas e faço os trabalhos no meu horário de almoço."

Fonte: Elaboração própria.

Observando as respostas selecionadas, é possível perceber uma grande dificuldade na conciliação das atividades. A declaração dos estudantes enfatiza que muitos se veem forçados a priorizar o trabalho em detrimento dos estudos, o que pode resultar em compromissos acadêmicos mal realizados e em um acúmulo de tarefas, o que pode levar a um quadro de estresse. Também, a dificuldade dos estudantes em encontrar momentos adequados para leitura e estudo pode impactar diretamente a qualidade da formação. Outro fator que chama atenção é a falta de tempo para descanso e lazer afeta significativamente o desempenho, tanto na graduação quanto no trabalho – mesmo este sendo um direito previsto na Constituição Federal de 1988, é um desafio assegurar o acesso de toda população.

### **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste trabalho buscamos identificar como os estudantes do curso de Ciências Sociais (Bacharelado e Licenciatura) da UFPel enfrentam o desafio de conciliar a sua carga horária de estudo com seu trabalho. Foi possível mapear distintas situações que limitam o pleno aproveitamento acadêmico e que colocam desafios à organização pedagógica.

Diante disso, reconhecemos que se faz necessário que a Universidade considere essas realidades ao desenvolver políticas de apoio, promovendo iniciativas que auxiliem os estudantes a manter-se na instituição, garantindo não apenas seu sucesso acadêmico, mas também seu bem-estar pessoal.

### **4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

TRÓPIA, Patrícia Vieira; SOUZA, Davisson Charles Cangussu de. As portas permanecem semiabertas: estudantes trabalhadores nas universidades federais. **Pro Posições**, São Paulo, 34, p. 1 - 29, 2023

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=CON&numero=&ano=1988&ato=b79QTWE1EeFpWTb1a>. Acesso em: 09 out. 2024.

## **CACHORRO VELHO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA OBRA**

DANIELE SANTOS<sup>1</sup>;  
ALINE SILVA<sup>2</sup>:

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas 1 – daniaguilar24@hotmail.com 1

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – silva.aline.coelho@gmail.com 2

### **1. INTRODUÇÃO**

A proposta deste trabalho nasce de uma das disciplinas obrigatórias do Curso de Licenciatura em Letras Português e Espanhol, “Literaturas de Língua Espanhola III”, em que analisamos narrativas, em especial, latino-americanas. A obra objeto desta reflexão me cativou como leitora e como futura professora da área de Letras. “Cachorro Velho” foi escrita em 2005 pela escritora cubana Teresa Cárdenas (1970-). Essa novela se ambienta no período da escravidão na ilha, de uma forma realista, fazendo com que o leitor se sinta no mesmo cenário das personagens. É uma leitura emocionante, pois narra acontecimentos da escravidão a partir da visão de um dos escravizados da fazenda e, por isso, a leitura tem um caráter realista, individual e, também, coletivo.

As relações entre literatura e história são enriquecidas na observação das estratégias da narrativa em que privilegiam a voz silenciada pela história como o foco a conduzir o narrador. Outrossim, “Cachorro Velho” é proposto por Cárdenas ao público infanto-juvenil e, ainda que a visão romantizada da infância nos faça questionar sua proposição, esse é um livro necessário para entender a perversidade da escravidão sobre os escravizados e suas consequências em nosso continente até os dias de hoje, podendo gerar lutas antirracistas e humanistas.

Nesse sentido, esse trabalho tem por objetivo apresentar e divulgar a obra dessa escritora latino-americana, em uma leitura despretensiosa e curiosa, explicitando sua importância em um cenário racialmente ainda desigual e resultado do vergonhoso processo de escravização e exploração dos corpos (também) africanos em nosso continente.

### **2. ATIVIDADES REALIZADAS**

Afora as discussões fomentadas em sala de aula, minha análise se deteve em pontos importantes da impactante leitura, como sua destinação ao público infantil, as relações entre literatura e história e as estratégias da narrativa, especificamente, que busco relatar a seguir. Além disso, investigar sua autora ampliou minha percepção de seu universo discursivo e de sua luta por representatividade. Teresa Cárdenas nasceu na cidade de Matanzas, em Cuba, no ano de 1970. Sua geração se mostra muito frutífera no cenário latino-americano, com escritoras premiadas e bastante reconhecidas, que por fim ganham notoriedade e muitos leitores no Brasil. Em entrevista ao programa “Trilha das Letras” (janeiro de 2024), Cárdenas conta de sua infância de pobreza, em que vivia em um Cortiço, com bastante precariedade.

Ainda que sua mãe tenha cursado apenas até o 3º ano do ensino primário, foi uma grande influenciadora para que ela se tornasse escritora, pois com os quadrinhos que lhe presenteava, desenvolveu na filha a paixão pela leitura e escrita. Essa motivação para tornar-se escritora que veio ainda na infância, surgiu também quando se frustrava com a ausência de personagens negras nos livros infantis: “as personagens eram sempre meninas brancas, de olhos azuis e cabelos



loiros voando ao vento; em seus livros suas protagonistas são negras.” Ainda que não tenhamos datas precisas, a narrativa, inegavelmente, trata do período de escravidão na Ilha. Nesse sentido, pesquisei sobre as questões de anacronismo, suscitadas na leitura. Segundo Joana Luiza Muylaert, o anacronismo, isto é, atribuir a uma época ou a um personagem ideias e sentimentos que são de outra época, dificilmente se desprende da sua época real, mesmo que seja uma época longínqua. Esse é um dos aspectos de “Cachorro Velho” pois, ainda que escrito em 2005, traz à tona o período de escravidão e faz o leitor se aproximar de um outro tempo que também é nosso tempo. As relações entre literatura e história são próximas e constituem discursos suplementares que nos ajudam a compreender os próprios discursos dos quais somos feitos.

“[...] não existiria uma literatura do presente que não fosse ao mesmo tempo literatura do passado (perdido) e do futuro (por vir). [...] “O anacronismo inerente a todo ato de ler se refere ao potencial de um texto resistir ao seu tempo, não coincidir com o seu tempo, de tomar distância de seu tempo.”” (MUYLAERT, 2017).

Nessa novela em questão, o tempo se dissolve na distante e também presente escravidão na América Latina. Em se tratando de Cuba, é interessante compreender o cenário da ilha naquele então. Sua economia era movida pela plantação de açúcar. Em 1860, o preço da cana começou a despencar, pois o sul dos EUA também começou a plantar e comercializar a cana, principalmente em Luisiana, então, para produzir mais e de forma mais veloz, os fazendeiros cubanos começaram a investir no uso de máquinas nas plantações. (VILCHES, 2001).

Com o uso das máquinas, pessoas brancas foram contratadas para trabalhar nas plantações de cana, pois os africanos careciam de instrução. Isso endividou os fazendeiros porque agora tinham que pagar o salário dos brancos e comprar máquinas. Devido a esses fatores, surgiram os reformistas que pediam pela abolição gradual e indenizada, e até apoiaram o norte dos EUA na guerra da sucessão, pois o norte estadunidense era abolicionista e o sul não, pois queria manter os escravos para continuarem com a plantação de açúcar. Todavia, esse apoio dos reformistas cubanos ao norte dos EUA, não foi devido à ideia de abolição do presidente abolicionista americano Lincoln, mas sim por interesses econômicos.

Em 1789, foi permitido o livre comércio de escravos para todas as nações. Passando a representar mais da metade da população, mais de um milhão de escravos foram levados até Cuba, que foi o penúltimo país a abolir a escravidão, em 1886, ficando apenas atrás do Brasil (1888).

“La importancia de la competencia estadounidense en el mantenimiento de la situación en Cuba era tal, que los reformistas apoyaron al Norte en la Guerra de Secesión. Pero el apoyo no se debió al ánimo abolicionista de Lincoln, sino [...] que el conflicto deterioraría gravemente las industrias azucarera y remolachera sureñas..” (VILCHES, 2001).

Neste ponto, podemos nos voltar à Cárdenas e refletir sobre sua proposta à literatura infanto-juvenil. Teresa diz que escreve sobre temas mais sensíveis para crianças (como a obra “Cachorro Velho”, por exemplo), pois ela pensa que se pode falar sobre qualquer assunto com as crianças, desde que seja do jeito certo, isto é, sem fazer muitos rodeios, inclusive sobre os aspectos mais cruéis de nossa história.

Cachorro Velho é um escravo idoso e manco, a obra conta a história de toda a sua trajetória de vida e narra os acontecimentos ao seu redor de acordo com a

sua perspectiva. O espaço é sempre o mesmo: a fazenda, o que remete a uma prisão, pois a personagem nunca conheceu o mundo fora dos portões da propriedade do 'seu senhor'. A história é contada de forma desesperançosa, talvez pela personagem já ter vivido o suficiente e não ver possibilidade de mudança, aceitando a sua realidade cruel.

Das passagens do livro, destaco duas em particular: uma é quando os senhores da fazenda distribuem roupas para os escravos e, quando Cachorro Velho perguntou onde estavam as suas, recebeu como resposta de que não lhe havia sido mandado nenhuma roupa e ele até apanha do feitor por questionar sobre, mas ele já é idoso e manco, então acaba ficando desfalecido no chão com o golpe; os escravos sentem pena e o cobrem com vários panos. A segunda passagem importante é quando Cachorro Velho recebe um comunicado de que o senhor quer falar com ele, ele sente medo e já vai preparado para morrer, então o senhor lhe dá um saco com roupas novas, mas ele recusa e deixa lá o presente; ao sair da casa, ele ainda pisoteia e suja as escadas da casa do senhor que uma das escravas limpa com tanta dedicação.

Essas duas passagens do livro mostram dois comportamentos diferentes da personagem: na primeira vez é de submissão, de Cachorro Velho pedir por roupas novas, sendo que a roupa representa a dignidade, ainda mais de um idoso e deficiente. "Talvez lhe dessem um paletó ou um corte de pano cru para se cobrir. Com frequência acordava no meio da noite tremendo de frio. Já estava velho, velho demais." (CÁRDENAS, 2005).

Já na segunda vez, o comportamento é de resistência, quando, mesmo precisando das roupas, Cachorro Velho não as aceita, pois sabe que lhe custaram golpes e ofensas, e, para completar, suja as escadas da casa do senhor que uma escrava limpa, como forma de levar essa resistência para outros escravos.

Analisei aspectos estruturais, como tempo, espaço, personagens e narrador. O espaço é um engenho de açúcar em Cuba, que foi o penúltimo país a abolir a escravidão, estando apenas atrás do Brasil. O tempo é no século XIX, até 1886, em que foi abolida a escravidão no país. As personagens são Cachorro Velho e sua mãe, Beira, Ulundi, Súyere, feitor, senhor do engenho, a velha Aroni, Aísa, Asunpción, Keta e mais alguns personagens secundários. O narrador é em 3º pessoa e a história do livro gira em torno do personagem Cachorro Velho.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Cachorro Velho" é uma obra que fala de como os corpos dos escravos eram tidos como objetos de pertencimento dos senhores, e como as suas vidas eram consideradas tão banais e também propriedade do senhor. É um livro de extrema relevância para entender como foi a escravidão a partir dos olhos de um escravo, isto é, uma pessoa que estava inserida dentro deste cenário.

O livro tem uma escrita muito acessível, isto é, ele é abrangente para todos os leitores. E, apesar de ser voltado para o público juvenil, ele também é importante e didático para o público adulto entender sobre esse tema social, que é sobre a questão das pessoas negras na sociedade e entender a relevância da luta contra o racismo.

O livro é destinado para o público infantil para que as crianças possam desde cedo se identificarem com os personagens protagonistas e não passarem pelo mesmo que Teresa Cárdenas passou em sua infância de não encontrar nenhuma personagem parecida com ela nos livros.

“No exame do conteúdo dos livros escolares e literatura infanto-juvenil os negros [...] muitas vezes são personagens tristes, vitimizados e degradados, presos ao que Batista (2003) chamou, em outros contextos, de estética da escravidão.” (Zamora, 2012).

#### **4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CÁRDENAS, Teresa. **Cachorro Velho**. RJ: Pallas, 2005

**Escritora Cubana Teresa Cárdenas é a Entrevistada do Trilha de Letras**. TV Brasil, São Paulo, 31 jan. 2024. Acessado em 03 out. 2024. Online. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=1rz68wppFws&ab\\_channel=TVBrasil](https://www.youtube.com/watch?v=1rz68wppFws&ab_channel=TVBrasil)

ZAMORA, Maria, R, N. **Desigualdade racial, racismo e seus efeitos**. RJ: Fractal, Rev. Psicologia, 2012

VILCHES, Jorge. **La Esclavitud En Cuba Un Problema Político y Económico Del XIX**. España: Revista Hispano Cubana, 2001

MUYLAERT, Joana Luíza. **Literatura E História, Breve Nota Sobre A Atualidade Dessa Relação**. MG: Abralic, 2017

## **ACESSIBILIDADE DIGITAL E AS DIFICULDADES DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NO ACESSO AO SITE E-AULA/COBALTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**

MATHIAS EZEQUIEL MILBRATH<sup>1</sup>; VALTAIR AUGUSTO VIEIRA FIRMINO E SOUZA<sup>2</sup>, ADRIELE KAILANE DE OLIVEIRA COLOSSI<sup>3</sup>; ALINE NUNES DA CUNHA DE MEDEIROS<sup>4</sup>; RENATA CRISTINA ROCHA DA SILVA<sup>4</sup>:

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – [mathias.em@inf.ufpel.edu.br](mailto:mathias.em@inf.ufpel.edu.br)

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – [valtairaugusto@hotmail.com](mailto:valtairaugusto@hotmail.com)

<sup>3</sup>Universidade Federal de Pelotas – [akocolossi@inf.ufpel.edu.br](mailto:akocolossi@inf.ufpel.edu.br)

<sup>4</sup>Universidade Federal de Pelotas – [alinencm@gmail.com](mailto:alinencm@gmail.com)

<sup>5</sup>Universidade Federal de Pelotas – [renatatoufpel@gmail.com](mailto:renatatoufpel@gmail.com)

### **1. INTRODUÇÃO**

A acessibilidade digital é imprescindível para garantir que todas as pessoas, independentemente de suas habilidades, possam participar de forma ativa no ambiente online. Segundo Camargo e Bica (2008), "a impossibilidade de acesso ou utilização da tecnologia traz prejuízos consideráveis ao indivíduo, limitando sua capacidade produtiva e mesmo sua cidadania" (Acessibilidade digital, 2008, p. 42). No contexto educacional, esse cenário é ainda mais desafiador, já que a exclusão digital pode impedir estudantes com deficiência de acessar informações e recursos acadêmicos essenciais.

O site "E-Aula/Cobalto" da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), utilizado pelos estudantes para atividades acadêmicas e de ensino a distância, é uma ferramenta digital importante que apresenta algumas barreiras de acessibilidade, especialmente para pessoas com deficiência visual. Esse artigo tem como objetivo discutir as principais dificuldades enfrentadas por esses usuários e sugerir melhorias que tornem a interface do site mais inclusiva e intuitiva.

### **2. ATIVIDADES REALIZADAS**

#### **2.1. Desafios de Acessibilidade Digital para Deficientes Visuais**

Pessoas com deficiência visual enfrentam uma série de obstáculos ao acessar interfaces digitais, como ressaltado por Camargo e Bica (2008), "a interação com interfaces gráficas constitui grave dificultador para o usuário cego" já que os softwares disponíveis, como DosVox (projeto DOSVOX é desenvolvido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (NCE/UFRJ) e permite que pessoas com deficiência visual utilizem um microcomputador comum (PC) para desempenhar uma série de tarefas, adquirindo assim um nível alto de independência no estudo e no trabalho.) e o Virtual Vision (O Virtual Vision é um software de leitura de telas nacional capaz de funcionar sobre os aplicativos mais comuns utilizados na maior parte dos computadores (utiliza sistema operacional do Windows e reconhece Word, Excel, Internet Explorer, Outlook, MSN, Skype, entre outros) baseiam-se na leitura de elementos textuais, mas não facilitam a navegação por interfaces visuais complexas (Acessibilidade digital, 2008, p. 44). Além disso, como mencionado no estudo, "a falta de um padrão de organização

dos elementos nas telas exige que o usuário cego memorize uma série de comandos e atalhos, o que dificulta o uso intuitivo do mouse e, consequentemente, a navegação" (Acessibilidade digital, 2008, p. 43).

No contexto do site E-Aula/Cobalto, as interfaces são predominantemente visuais, e muitas funções críticas, como a navegação por menus e a leitura de informações acadêmicas, não são adequadamente descritas por leitores de tela. Isso torna a experiência de navegação lenta e confusa para o usuário cego, exacerbando a exclusão digital já mencionada.

## 2.2. Análise do Site E-Aula/Cobalto e Interfaces Educacionais

O site E-Aula/Cobalto integra-se ao sistema Cobalto da UFPEL e tem o propósito de ser um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) para os alunos. No entanto, como apontado por: Polino e Zago (2015), "há uma carência de acessibilidade nas interfaces acadêmicas atuais da UFPEL, que apresentam uma navegação pouco intuitiva, falta de integração entre funcionalidades, e uma experiência fragmentada para o usuário, especialmente quando comparado a redes sociais acadêmicas como Academia.edu e ResearchGate" (SITES DE REDES SOCIAIS, 2015, p. 2).

As diretrizes de design voltadas para uma melhor experiência de usuário, como simplificação da navegação e o uso de descrições textuais claras, são subutilizadas no sistema E-Aula, impactando diretamente a usabilidade do site por pessoas com deficiência.

Outros estudos sobre ferramentas educacionais acessíveis, como o artigo de Kuntz, Ulbricht e Macedo (2013), corroboram com essa análise. Eles destacam que "a acessibilidade em ambientes virtuais de aprendizagem, como o Moodle, depende da aplicação de critérios rigorosos de usabilidade e da sensibilização dos desenvolvedores e gestores sobre as necessidades de alunos cegos" (FERRAMENTA DE INCLUSÃO, 2013, p. 2). O Moodle, por exemplo, já implementa várias dessas diretrizes, incluindo a navegação facilitada por teclado e suporte total a leitores de tela. Esse tipo de abordagem poderia ser incorporado no site E-Aula/Cobalto para torná-lo mais acessível.

## 2.3. Relatos de Alunos

Em conversa com um estudante cego do curso de Jornalismo, na qual o discente utilizou o e-aula, foi relatada dificuldade para navegação na página de mensagens e nas contendo fóruns dentro do ambiente virtual da instituição, as quais o aluno nunca havia utilizado. Verificou-se também que o leitor de tela utilizado pelo estudante (NVDA) não lia as marcações de "Não disponível" e "Destaque" ao lado dos títulos dos tópicos. Além disso, o aluno não estava ciente da existência de um botão para contrair todos os tópicos, e de uma seção destinada ao feedback dos trabalhos. No entanto, a opção no menu para checar notificações não representou um problema para o estudante, tendo em vista que as mesmas são enviadas por e-mail, que o discente checa regularmente.

Ademais, durante a conversa, foram apresentadas algumas sugestões de alterações na interface visando melhorar a acessibilidade do sistema, as quais o estudante concordou serem benéficas. Entre elas, destacam-se a inclusão de uma indicação de fim de página e fim de leitura de feedbacks, a adição de uma marcação de "exercícios domiciliares" antes dos títulos dos tópicos relativos a



esse fim, a transferência do link "acessar" para o início do menu na tela inicial do e-Aula, e o acréscimo de um botão para adicionar novos comentários nos envios de tarefas. Foram apresentadas também algumas sugestões de alterações que poderiam ser implementadas pelos docentes para facilitar o uso da plataforma pelos alunos cegos. Alguns exemplos de propostas são: inclusão de descrições claras acerca das tarefas, tanto na área interna quanto externa do local de envio, a indicação precisa da localização dos links, e a contextualização dos assuntos no início de cada tópico. Essas alterações poderiam melhorar significativamente a experiência de navegação e interação com o ambiente virtual de aprendizado para alunos com deficiência visual.

## **2.4. Propostas de Melhoria**

Para tornar o site E-Aula/Cobalto mais acessível, é necessário aplicar princípios de design universal, como sugerido por Brewer (2004), que envolvem "flexibilidade e múltiplos meios alternativos de utilização e interface" (FERRAMENTA DE INCLUSÃO, 2013, p. 2).

Além disso, as recomendações da W3C, como descrições adequadas para imagens e a criação de menus navegáveis por teclado, são essenciais para garantir que o conteúdo seja acessível a todos os usuários, independentemente de suas habilidades visuais.

A partir dos problemas identificados, sugere-se a implementação de menus simplificados, compatíveis com navegadores de leitura de tela, além da adaptação de todos os elementos visuais com descrições textuais e navegação lógica. Isso inclui estruturar o layout das páginas para que sejam navegáveis sem o uso do mouse, algo essencial para deficientes visuais completos (Acessibilidade digital, 2008) (FERRAMENTA DE INCLUSÃO, 2015). Ferramentas como o Dosvox e o Virtual Vision podem ser melhor integradas ao sistema E-Aula, facilitando a navegação com leitores de tela e garantindo que o site seja intuitivo para usuários cegos.

## **3. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A acessibilidade digital é um direito fundamental, mas a exclusão digital de deficientes visuais em ambientes acadêmicos como o E-Aula/Cobalto da UFPel é um problema que ainda precisa ser resolvido. As dificuldades enfrentadas por esses usuários ao navegar no site são um reflexo da falta de atenção às diretrizes de acessibilidade universal e da carência de usabilidade nas interfaces digitais voltadas ao ensino. Este artigo sugere que melhorias baseadas nas melhores práticas de acessibilidade, como a adoção de um layout navegável por teclado e a inserção de descrições textuais adequadas para todos os elementos visuais, possam não apenas facilitar o uso do site por pessoas com deficiência visual, mas também criar um ambiente mais inclusivo e eficiente para todos os usuários. A implementação dessas sugestões beneficiaria não apenas os deficientes visuais, mas também todos os estudantes da UFPel que acessam o sistema.

## **4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**



CAMARGO, S. F. M. & BICA, F. Acessibilidade digital para cegos: Um modelo de interface para utilização do mouse. XIX Simpósio Brasileiro de Informática na Educação, 2008 (Acessibilidade digital, 2008).

KUNTZ, V. H., ULBRICHT, V. R., & MACEDO, C. M. S. Aplicação de critérios de usabilidade em ferramenta de inclusão de conteúdos acessíveis no Moodle para cegos. Rev. Ergodesign & HCI, 2013 (FERRAMENTA DE INCLUSÃO, 2015).

POLINO, C. A., & ZAGO, G. S. Redes sociais acadêmicas: Proposta de redesign do AVA da UFPel. Universidade Federal de Pelotas, 2015 (SITES DE REDES SOCIAIS, 2015).

## O USO DA LITERATURA INFANTIL NAS PRÁTICAS PEDAGÓGICA PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

IARA MARIA MORAES FERNANDES<sup>1</sup>; SIMONE GONÇALVES DA SILVA<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – iarafernandes30@hotmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – silva.simonegon@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

O presente resumo, apresenta uma reflexão sobre uma educação antirracista na Educação Infantil e as possíveis contribuições da inserção da literatura infantil. As discussões iniciais sobre o tema partiram dos estudos realizados no curso de Pedagogia/UFPEL, especificamente, na disciplina de Currículo: Teorias e Políticas, que trata da constituição do campo de estudos e das teorias do currículo, aborda o currículo escolar, e suas implicações na produção de conhecimento e na produção de identidades e diferenças sociais e culturais, bem como problematizar as relações de gênero e a narrativa étnica e racial e suas implicações na organização da política curricular, no Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

A experiência na disciplina, gerou-me novos olhares meio a profissão, já que atuo como servente em uma escola de educação infantil da rede pública. Diariamente estou em diferentes espaços da escola, inserção que me levou a questionar o vivido, na intimidade das salas de aula, perante a prática pedagógica com base a uma educação antirracista. Percebo na rotina pedagógica a exploração de livros infantis. Por ser um material lúdico que desperta o interesse e imaginário infantil, passei a pensar até que ponto poderia estar sendo usado realmente para uma educação antirracista ou somente para preencher uma exigência da escola devido a obrigatoriedade da lei.

Pensando a respeito OLIVEIRA (2012) menciona que a educação antirracista tem um papel importante na formação de criança e jovens. Neste sentido a constituição federal de 1988 prevê a educação como obrigatória para todos, no entanto devido a negação do racismo e das desigualdades raciais, a lei 11.645 de março 2008 faz reformulações nas diretrizes e bases da educação brasileira, sinalizando para obrigatoriedade da inclusão do ensino da temática história e cultura afro brasileira e indígena no currículo. Todas as conquistas vieram com anos de luta do movimento negro que assim como OLIVEIRA (2012) apoiam a ideia de que a escola é um espaço de diversidade e deve propor uma educação voltada para a equidade. Assim, fazendo com que os alunos sejam incluídos nos espaços escolares e sejam preparados para a vida social como cidadãos que formam uma nação igualitária que vem a fortalecer ideias que visam a melhoria da qualidade de vida para todos. Na mesma direção CLASS (2012) pontua que as crianças de dois anos já entendem a ordem racial e são capazes de perceber as diferenças na cor da pele e nas características físicas. Assim apoiada nas afirmações dos autores e em outros que servirão de aporte teórico para a pesquisa acredito em uma educação antirracista desde a educação infantil.

Desse modo, essa proposta de pesquisa exploratória possibilitará entender se os documentos legais da escola referenciam o assunto, também se o material didático disponibilizado na biblioteca da instituição é apropriado para exploração

do tema, assim como as articulações sobre o tema nas propostas de ensino. Pois, entendo a escola como um espaço e tempo de socialização que pode permitir o fortalecimento da identidade negra desde a educação infantil até os últimos anos da educação básica no qual aponto que a estética e a identidade negra são construídas na trajetória escolar e a mesma tem a responsabilidade com esse indivíduo para que o sujeito possa compreender a complexibilidade de si mesmo e do outro.

## 2. ATIVIDADES REALIZADAS

A pesquisa será de caráter qualitativo por essa abordagem “enquanto exercício de pesquisa, não se apresenta como uma proposta, rigidamente estruturada”, possibilitando “ao pesquisador explorar novos enfoques” (GODOY, 1995, p. 21). Assim, a pesquisa terá como campo empírico uma escola de Educação infantil localizada na cidade de Pelotas Rio Grande do Sul.

Para efetivação do proposto será realizado análise documental e bibliográfica que permitirá uma contextualização crítico-reflexivo dos dados além de entrevista estruturada pois de acordo com GIL (1999) esse “tipo de “entrevista torna-se o mais adequado para o desenvolvimento de levantamentos sociais” (JÚNIOR e JÚNIOR, 2011, p. 240).

Para registro do que será realizado tenciono usar como recursos fotografias e gravações por “permitirem registrar as aspirações humanas, e as mudanças [...] que o tempo impõe (SCHNELL, 1970).

A análise dos dados ocorrerá à luz das teorias, já que, será realizado um aporte teórico, com referenciais fundamentais para compreensão do vivido na prática docentes para novas construções teóricas.

O Brasil é constituído por uma pluralidade cultural enorme, havendo neste sentido uma predominância da população negra, porém existe uma negação constante das pessoas não negras, dessas identidades e de suas culturas. Muitos se escondem numa concepção falsa de democracia racial.

Essa problemática traz um desafio para as escolas que se projetam nas famílias e assim em uma via de mão dupla, uma vez que os adultos transferem para a criança sua compreensão de mundo, do certo e errado, fazendo juízo de valores frente as suas próprias convicções culturais. Dessa forma a escola funciona como mediador para desconstrução e/ou novas apropriações culturais frente às diferenças sociais.

Pensando a partir do vivido e tendo também com base a teoria, foi feito um estudo exploratório com uso de um questionário contendo nove perguntas que foi aplicado a quatro professoras da pré-escola que trabalham em uma escola da rede municipal de Pelotas.

A partir da análise dos dados foi possível perceber que as professoras compreendem a importância de trabalhar o ensino das relações étnico raciais na escola por auxiliar a combater o racismo e valorizar a cultura africana.

Na prática usam como recurso livros infantis como, 'A menina Bonita do laço de Fita', 'O cabelo de Lele' e dentre outros. Todas as professoras utilizam o recurso da literatura para construção de identidades e reconhecimento das diferenças, já que as pessoas não são iguais.

Ficou perceptível a partir da análise das respostas que é viabilizada pela Secretaria de Educação para professores e funcionários. Mas, não foi aprofundada a discussão sobre a formação continuada ofertada. As docentes afirmaram que seus/as alunos/as, todos/as na faixa etária de 4 a cinco anos, até o

momento não expressaram nenhum desconforto em virtude de alguma atitude que fosse discriminatória. Esses dados preliminares foram importantíssimos para refletir acerca da pesquisa que se pretende realizar ao longo do curso de Pedagogia.

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa exploratória contribui para compreender como está sendo realizado o ensino das relações étnico raciais na educação infantil - uma educação antirracista. Na continuidade que será dada a pesquisa seus dados neste sentido os dados poderão trazer indicativos do que é necessário ser modificado, revisto na prática pedagógica, já que pela informações obtidas os livros infantis funcionam como recurso principal para ensino junto aos educandos, e contribuir com uma educação em uma perspectiva antirracista.

### 4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIL, Antônio Carlos. **Modos e técnicas de pesquisa social**. 6º ed, 1999.

GLASS Ronald. Entendendo raça e racismo por uma educação racialmente crítica e antirracista. **RBEP**, Brasília, v. 93. n, 235-883, dez 2012 disponível em <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/rWZGsfTHC7kJPckv3r5s48M/abstract/?lang=pt>. Acesso em 01/09/2024.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa tipos fundamentais**. São Paulo, v. 35, n.3, p, 20-29; 1995.

JÚNIOR, Álvaro F. de Britto, JÚNIOR Nazir Feres. **A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos**. Araxá, v. 7, n. 7, 2011, p. 237-250, 2011.

OLIVEIRA, F. Um estudo sobre a creche. **O que as práticas educativas produzem e revelam sobre a questão racial**. 2004. Dissertação. Mestre em Educação. Programa de Pós-graduação em Educação do Centro de Educação em Ciências Humanas. Universidade Federal de São Carlos.

SCHNELL, Rogério. **O uso da fotografia em sala de aula: Espaço urbano, econômico e sociabilidades – a fotografia como fonte para a história**. Palmeira, 1905 a 1970, 2004.